

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

**TAINÁ MENDES JARA**

**#NenhumaAMenos: REDES SOCIAIS E FEMINISMOS NOS FLUXOS  
INFORMATIVOS DO CASO DE FEMINICÍDIO DE MAYARA AMARAL**

**CAMPO GRANDE-MS**

**2019**

**TAINÁ MENDES JARA**

**#NenhumaAMenos: REDES SOCIAIS E FEMINISMOS NOS FLUXOS  
INFORMATIVOS DO CASO DE FEMINICÍDIO DE MAYARA AMARAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e Representação Social – Linha de Pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Katarini Giroldo Miguel

**CAMPO GRANDE-MS**

**2019**

**TAINÁ MENDES JARA**

**#NenhumaAMenos: REDES SOCIAIS E FEMINISMOS NOS FLUXOS  
INFORMATIVOS DO CASO DE FEMINICÍDIO DE MAYARA AMARAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_ / /

Professora Doutora Katarini Miguel Giroldo - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

\_\_\_\_\_ / /

Professora Doutora Márcia Gomes Marques - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

\_\_\_\_\_ / /

Professora Doutora Paula Melani Rocha - Universidade Estadual de Ponta Grossa

\_\_\_\_\_ / /

Professor Doutor Marcos Paulo da Silva - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
(suplente)

Campo Grande-MS

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Cada etapa desta modesta trajetória acadêmica, cada decisão tomada diante deste tema, cada linha deste trabalho, são a representação de uma história de gerações que fizeram da educação e do amor ao próximo sua principal arma de revolução e sobrevivência perante inúmeras opressões. Agradeço a minha lindamente desajustada família por me dar de herança tais valores e me ensinar a resistir sem perder a ternura.

O seio matriarcal em que cresci talvez ajude a explicar quem sou. Agradeço a rede marcante de mulheres que ajudou a me criar, em especial a minha mãe, Cláudia, e minha avó, dona Narciza. Não tenho dúvidas de que a parte mais difícil, vocês já fizeram por mim. Grata também às primas, irmãs, sobrinhas e amigas por compartilhar com consciência e senso crítico os caminhos que nos foram abertos.

Agradeço ao meu pai, Gerson, por toda doçura e humildade. Por ser um homem com plena consciência de suas limitações e com total disposição para superá-las.

Não poderia deixar de agradecer imensamente à professora Katarini Miguel, minha entusiasmada parceira nesta aventura. Você me deu confiança e tornou este processo muito mais agradável do que costuma ser. Sua ousadia e capacidade de se colocar no lugar do outro tornam a academia um lugar mais afetuoso.

*Voa passarinha, asas são demais  
Enraiza ainda mais coragem todas nós  
Pra que se levante quem desfaleceu  
Nenhuma a menos, nossa força só cresceu*  
(Marina Peralta, 2017)



## RESUMO

Nossa investigação se dedica a analisar os fluxos informativos sobre o caso de feminicídio da musicista Mayara Amaral, ocorrido em julho de 2017, em Campo Grande-MS. Pauta na imprensa local e tema de discussões nas redes sociais, o assunto ganhou repercussão nacional e internacional, ao ocorrer sob o eco das manifestações de uma emergente Quarta Onda Feminista e a partir da publicação, no Facebook, de uma carta aberta elaborada pela irmã da vítima. O depoimento provocou amplo debate sobre violência contra a mulher, o uso da tipificação feminicídio, além de ser o estopim para realização de manifestações pelo País e provocar recirculação e ressignificação dos conteúdos jornalísticos. Tais ações, associadas ao uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e às pautas feministas, desempenham papéis estratégicos singulares. Para entender este fenômeno comunicacional, realizamos pesquisa exploratória de caráter descritivo no *site Campo Grande News* e em 18 veículos nacionais e internacionais. Utilizando de técnicas de Análise de Conteúdo (AC) fizemos uma análise quanti-qualitativa do conteúdo jornalístico detectado a partir de dois levantamentos, um de âmbito local e outro nacional, a fim de mediar as reações desencadeadas com as manifestações nas redes sociais. O confronto dos dados com os conceitos teóricos trabalhados possibilitou a elaboração de inferências que demonstraram a influência das reações feministas, em rede, na cobertura jornalística sobre o caso.

**Palavras-chave:** Estudos de Gênero. Feminicídio. Jornalismo. Movimentos Feministas.

Redes Sociais.

## ABSTRACT

Our research is dedicated to analyzing the informative flows about the musician Mayara Amaral's case of femicide, which occurred in July 2017, in Campo Grande-MS. Based on local press and the topic of discussions on social networks, the subject gained national and international repercussion, as it occurred under the echo of the manifestations of an emerging Fourth Wave Feminist and from the publication, on Facebook, of an open letter prepared by her victim's sister. The testimony provoked a broad debate about violence against women, the use of femicide typification, besides being the trigger for demonstrations throughout the country and provoking recirculation and resignification of journalistic contents. Such actions, associated with the use of ICTs and feminist agendas, play unique strategic roles. In order to understand this communicational phenomenon, we conducted a descriptive exploratory research on the website *Campo Grande News* and in 18 national and international vehicles. Using Content Analysis (CA) techniques, a quanti-qualitative analysis of journalistic content detected from two surveys, one local and the other national, was conducted to mediate the reactions triggered by the manifestations on the social networks. The confrontation of the data with the theoretical concepts worked enabled the elaboration of inferences that demonstrated the influence of feminist reactions, networked, in the journalistic coverage of the case.

**Keywords:** Gender Studies. Femicide. Journalism. Feminist movements. Social networks.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. FEMINISMOS, FEMINICÍDIO E REPRESENTAÇÃO: MOVIMENTOS EM MAR REVOLTO .....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Mulher: o outro, os mitos, o sujeito e além.....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 Luta latino-americana e os mecanismos de combate à violência contra a mulher no Brasil.....</b>	<b>45</b>
<b>2. DISPUTA DE NARRATIVAS: O FEMINISMO NAS REDES, NAS RUAS E NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA.....</b>	<b>58</b>
<b>2.1. Imediatismo, difusão e subjetividade: o feminismo e a reconfiguração dos movimentos sociais.....</b>	<b>65</b>
<b>2.2 #rua: primaveras globais e impactos locais.....</b>	<b>71</b>
<b>2.3 A narrativa jornalística: recirculação de conteúdo e contra-agendamento.....</b>	<b>83</b>
<b>3. JORNALISMO E REDES SOCIAIS: DADOS E INFERÊNCIAS SOBRE O FEMINICÍDIO DE MAYARA AMARAL.....</b>	<b>93</b>
<b>3.1 Afetação local: os fluxos informativos do Campo Grande News.....</b>	<b>101</b>
<b>3.2 Afetação Global: Os fluxos informativos nos veículos nacionais e internacionais.....</b>	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias causou uma mudança sem precedentes na esfera da sociabilidade, ao passo de ser arriscado pensar de forma dissociada o ambiente virtual, ampliado pelo aperfeiçoamento das máquinas, e o real. No campo da Comunicação, estas transformações foram ainda mais profundas, agindo de forma transversal, tanto nas práticas para disseminar informações, quanto para consumi-las. No Jornalismo, foi e é necessário repensar toda forma de produção e difusão de conteúdo, a partir de possibilidades mais horizontais de acesso ao consumidor. Nas ruas, onde se legitimam as mobilizações sociais, as novas tecnologias se tornaram ferramenta quase indispensável de organização, muitas vezes, duplicando a potência das reivindicações.

A prática do jornalismo na internet impacta a produção de notícias e cria novas relações. A horizontalidade entre corporações de mídia e público consumidor, por exemplo, facilitada pelas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), leva o Jornalismo a uma encruzilhada: o contato mais estreito com os receptores pode causar tanto o aperfeiçoamento da prática jornalística, dentro dos parâmetros éticos estabelecidos pela profissão, quanto a reprodução e disseminação de condutas sociais nocivas. Potencializada pelas tecnologias, a participação e reação da sociedade tiveram suas brechas alargadas para manifestação de um contrapoder, frente ao poder exercido pelas instituições sociais; entre elas, o Estado e a própria Imprensa. Dessa forma, os movimentos sociais ganharam espaço e se reconfiguraram nesta realidade (CASTELLS, 2013).

Tratamos, nesta dissertação, desses dois canais de manifestações sociais: os veículos de comunicação convencionais e as redes sociais na internet<sup>1</sup>, influenciando-se mutuamente, para analisar a cobertura de uma ocorrência específica de feminicídio – que denominamos aqui como caso Mayara Amaral e, logo, o debate da condição da mulher na sociedade e a própria violência de gênero, a partir da narrativa dos fatos nessas duas esferas comunicativas. A associação entre estes temas - as lutas feministas a partir do uso das novas tecnologias e das redes sociais, influenciado na produção noticiosa - é um objeto original entre as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de

---

<sup>1</sup> A partir de Recuero (2010), entendemos redes sociais/digitais como um sistema de comunicação, pela internet, conectando rede de pessoas / conjunto de atores e suas conexões. No caso dessa cobertura, estamos tratando mais especificamente da plataforma Facebook, mas não podemos eliminar do horizonte as outras redes em que o assunto pode ser divulgado.

Mato Grosso do Sul (PPGCOM-UFMS). Além disso, realizamos uma investigação quase que de forma simultânea com a ocorrência dos fenômenos, já que, não só o caso de feminicídio estudado ocorreu durante o início das nossas pesquisas, o que gerou uma transformação do nosso objeto, mas, sobretudo, porque estamos vivenciando *in loco* a emergência de uma Quarta Onda Feminista<sup>2</sup>. Por este motivo, vários desafios se impuseram ao longo da produção desse trabalho, inclusive novas referências e novas perspectivas teóricas foram surgindo durante a elaboração da pesquisa; o caso foi se desdobrando e se complexificando enquanto buscávamos entendê-lo sob um olhar analista.

Ignorar conceitos e fatos recentemente colocados no debate nos impossibilitaria ir além de estruturas tradicionalmente racistas, machistas e classistas. Diante da impossibilidade de abrir mão do vasto referencial teórico acumulado ao longo da história, buscamos o diálogo entre autores de diferentes tempos e origens, para mostrar as inúmeras potencialidades dos temas trabalhados.

O comportamento dos veículos jornalísticos e das redes sociais diante dos crimes de feminicídio foi investigado a partir do caso da musicista e professora Mayara Amaral, 27 anos, ocorrido em Campo Grande-MS. Seu corpo, vestido apenas de uma peça de roupa íntima, foi encontrado no dia 25 de julho de 2017, carbonizado em um matagal, localizado na zona rural da Capital sul-mato-grossense. Investigações da polícia concluíram que ela fora morta em um motel, por golpes de martelo na cabeça. O autor do crime foi o técnico de informática e músico, Luís Alberto Barros Bastos, então com 29 anos, com quem a vítima mantinha envolvimento amoroso. Apesar dos elementos colhidos na investigação, o caso, inicialmente, foi configurado como latrocínio, roubo seguido de morte, já que a venda do carro da vítima foi negociada. A tragédia ganhou as manchetes, primeiramente, dos jornais campo-grandenses, que negligenciaram o evidente caso de feminicídio. A pressão de movimentos e grupos feministas nas redes sociais na internet e, em especial, uma carta aberta publicada pela irmã da vítima fez a mídia local rever sua cobertura e identificar o feminicídio. Impulsionado pela dinâmica das redes, o caso conseguiu repercussão nacional e internacional, alcançando veículos de comunicação de grande circulação, como Revista Cláudia, Revista Veja, Folha de S.Paulo e *El País*.

Pauta quase diária dos jornais locais, nos primeiros dias após ocorrido, o assassinato desencadeou reações simultâneas nos veículos de comunicação, com a produção de notícias; e

---

<sup>2</sup> As ondas feministas são uma estrutura utilizada para demarcar os principais acontecimentos e reivindicações do movimento desde o final do século XVIII, com a luta pelo sufrágio feminino, até os dias atuais.

nas redes sociais, por parte de leitores e movimentos feministas que se engajaram na replicação de conteúdo e na organização de mobilizações. A ampla cobertura dos jornais locais e a possibilidade proporcionada pelas redes sociais de participação quase imediata dos leitores revelaram uma influência mútua entre as informações emitidas.

Para entender algumas das particularidades envolvendo o caso Mayara Amaral, além de demonstrar suas potencialidades enquanto objeto de estudo, é necessário entender o feminicídio numa perspectiva reflexiva, como expressão não apenas de um crime, mas como potência política (MARTINS; CARVALHO, 2016), reconhecendo-se que mulheres morrem apenas pelo fato de serem mulheres. Numa perspectiva jurídica, o feminicídio é previsto no Código Penal Brasileiro; porém, um longo caminho foi percorrido até o seu reconhecimento como crime hediondo.

A primeira medida específica de combate à violência contra a mulher no Brasil foi a criação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, com foco em aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos. Apesar de representar um avanço sem precedentes nas políticas públicas, a lei não impediu que a violência continuasse ultrapassando o ambiente doméstico, ou mesmo que chegasse a sua expressão extrema, o assassinato. Por isso, quase dez anos depois, foi promulgada a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio.

Trata-se de uma alteração no Código Penal, que passou a classificar o homicídio de mulheres como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos etc.). “Entende a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando-se crime por razões de condição do sexo feminino” (WAISELFISZ, 2015, p. 7).

Contudo, os avanços constitucionais não foram suficientes para tirar o Brasil da lista dos que mais matam mulheres por questões relativas ao gênero. De acordo com o Mapa da Violência 2015 - levantamento nacional mais completo sobre estes casos -, o País é o 5º em um *ranking* de 83 nações, em assassinato de mulheres. Mato Grosso do Sul, onde ocorreu o caso da musicista Mayara Amaral, foi o nono lugar entre os estados com a maior taxa de homicídio de mulheres. O Mapa da Violência Contra a Mulher 2018, elaborado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Câmara dos Deputados, apontava o estado entre os quatro do País, com maior número de feminicídios noticiados, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia. Os números comprovam a frequência dos casos de feminicídio e sua evidência como problema social.

As medidas são resultado de articulações históricas iniciadas nas últimas décadas do século XIX, pelos movimentos feministas, cujo objetivo inicial era a busca de direitos iguais entre homens e mulheres. O aperfeiçoamento dessas mobilizações, o aprimoramento conceitual das relações de gênero e as críticas internas ao próprio movimento que se constituiu a partir destas reflexões resultaram em desdobramentos estruturados, por algumas teóricas, como ondas (SANTOS, 2016). As reações à aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio, resultado das discussões acumuladas ainda na Segunda Onda Feminista e implantadas durante a transição da Terceira, para o que deve se constituir como a Quarta Onda Feminista, servem como uma espécie de termômetro para medir a expansão dos feminismos caracterizados, atualmente, por uma perspectiva interseccional e com uso intensivo das redes.

A popularização das redes sociais permitiu maior fortalecimento dos movimentos feministas, facilitando a disseminação de ideias e a capacidade de mobilização. Desenvolvidas em rede, as práticas feministas acabaram ganhando nomes próprios. Conforme Ferreira (2015), a associação entre tecnologia e questões de gênero aglutinou diversos grupos, como o Feminismo 2.0, Tecnofeminismo, Posfeminismo, Transfeminismo, Ciberpunk, Pospornografia e Ativismo *Riot Grrrl*. A definição, trazida por Lemos (2009), para a prática de ciberfeminismo, nos dá ideia de como se dão estas dinâmicas: a mobilização é entendida como “uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia” (MARTÍNEZ-COLLADO; NAVARRETE, 2006 apud LEMOS, 2009). Nossa pesquisa se aprofunda nestes fenômenos, a partir do caso da musicista Mayara Amaral.

Para responder à pergunta de pesquisa “como as práticas feministas em rede influenciaram a cobertura jornalística do feminicídio da musicista Mayara Amaral?” foram elaborados três capítulos, sendo dois teóricos e um empírico, em que se expressa nosso plano metodológico e nossas escolhas de pesquisa. Em diálogo com os pressupostos dos estudos culturais, que permitem que as reflexões sejam feitas em uma esfera cultural formada por relações de poder e diferenças sociais e considera a participação ativa das audiências (ESCOSTEGUY, 2015), e ainda da perspectiva latino-americana de pensar os processos da comunicação a partir da cultura e não a partir dos meios (MARTÍN-BARBERO, 2015), iniciamos o trabalho com uma contextualização histórica e conceitual a fim de entender a desigualdade de gênero, utilizando autores como Beauvoir (2016), Bourdieu (2012), Saffioti (2015) e Piscitelli (2009). Sendo a pesquisa realizada diante da emergência da Quarta Onda

Feminista, foi, também, necessário recorrer a autores que nos ajudassem a melhor caracterizar a reconfiguração destes movimentos, além de entender suas reivindicações. Para isto, utilizamos Scott (1995), Machado (2000), Butler (2003), Ribeiro (2017) e Akotirene (2018). Neste primeiro capítulo “Feminismos, feminicídio e representação: movimentos de um mar revolto”, focamo-nos na discussão sobre a violência contra a mulher na América Latina e no Brasil, as ações civis e legislativas que originaram a criação de políticas públicas no sentido de reconhecer e punir crimes especificamente contra o gênero feminino respaldadas pelos levantamentos de Prado e Sanematsu (2017); como o uso dos novos recursos tecnológicos tem reconfigurado os movimentos para destacar tais pautas, utilizando as reflexões de Hollanda (2018), Bogado (2018), Rocha (2017) e Costa (2018).

No segundo capítulo “Disputa de narrativas: o feminismo nas redes, nas ruas e na produção jornalística”, discutimos a participação da mídia, tanto no reforço de estereótipos, quanto como recurso para disseminação de outra narrativa a respeito da mulher, utilizando autores como Martins e Carvalho (2017), Buitoni (2009), Davis (2016), Moreno (2012), Gomes (2009) e Malini e Antoun (2013). Também, aprofundamo-nos em conceitos necessários para entender a posição dos movimentos feministas, em rede, na esfera civil dos movimentos sociais, a partir das definições de Gohn (1997), Santos, B. (2001) e Castells (2013), além das transformações verificadas com a associação de feminismos e tecnologias com os estudos de Lemos (2009) e Ferreira (2015). Ainda discorreremos sobre a potência que estas mobilizações podem ter como mecanismo de contrapoder, utilizando os postulados de McCombs (2004), Silva (2010) e Traquina (2005).

No terceiro capítulo “Jornalismo e redes sociais: dados e inferências sobre o feminicídio de Mayara Amaral”, nos dedicamos a analisar os fluxos informativos sobre este caso. Para demonstrar o comportamento das mobilizações organizadas pelas redes sociais e dos veículos de comunicação responsáveis por cobrir o caso, foi necessário fazer uso de ferramentas metodológicas mais flexíveis. Por isto, baseamo-nos na proposta de Maria Immacolata Vassalo Lopes:

[...] nossa concepção metodológica ressalta que a pesquisa não é redutível a uma sequência de operações, de procedimentos necessários e imutáveis, de normas rigidamente codificadas, que converte a metodologia numa tecnologia, num receituário de “como fazer” pesquisa, com base numa visão “burocrática” de projeto, o qual, fixado no início da pesquisa, é convertido numa verdadeira camisa-de-força que transforma o processo de pesquisa num ritual de operações rotinizadas (LOPES, 2016, p. 101).

A partir de uma análise exploratória de teor descritivo, associada a uma análise quantitativa dos artigos, das notícias, reportagens e notas publicadas sobre o caso, chegamos a um caminho capaz de nos revelar, a partir da cobertura jornalística, a afetação provocada pelas reações expressas nas redes sociais, bem como a recirculação deste conteúdo, em contexto de emergência de uma nova onda feminista. O diálogo com práticas características da Análise de Conteúdo<sup>3</sup> nos permitiu a realização de inferências (FONSECA JÚNIOR, 2011) a fim de desvendar aspectos da cobertura e sua relação os conceitos teóricos apresentados nos dois primeiros capítulos.

Para aplicação de tais técnicas, levantamos, no limite das ferramentas de busca da internet, todos os textos sobre o caso publicados no veículo local, Campo Grande News, e em veículos nacionais e internacionais de diferentes perfis editoriais, como Cláudia, *El País*, Folha de S. Paulo, Veja, Portal Catarinas, HuffPost Brasil e Esquerda Diário, no período de 12 meses, a partir da primeira publicação sobre o assassinato da musicista Mayara Amaral, totalizando 148 publicações. Como referência das reações expressas nas redes sociais, principalmente relativa à classificação do crime como feminicídio, escolhemos a carta publicada pela irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, em sua página pessoal na plataforma Facebook, em 27 de julho de 2017. O depoimento teve mais de 30 mil compartilhamentos e serviu de estopim para a organização de mobilizações de rua contra o feminicídio, em todo o País, e para a guinada na cobertura jornalística que vinha sendo feita sobre o caso. Debruçamo-nos no entendimento desses fluxos desde seu início e buscamos trazer para a dissertação uma interlocução permanente entre conceitos teóricos e realidade empírica.

Nossos resultados melhoraram nossas hipóteses: há influências sim, as redes afetam as narrativas jornalísticas, criam uma disputa, desvelam as fragilidades de entendimento em assuntos específicos, além de colocar em pauta debate mais amplo sobre o assassinato brutal de mulheres, por razão de gênero.

Antes de iniciarmos o percurso teórico, é necessário contextualizarmos a carta da irmã da vítima. A publicação, apesar de um relato pessoal, apresenta caráter feminista e ativista, funcionando como uma espécie de materialização da Quarta Onda Feminista. A consideramos como ponto nevrálgico da mudança da cobertura jornalística, para além das outras mobilizações em rede, também, identificadas nesta pesquisa.

---

<sup>3</sup> Fonseca Júnior (2011, p. 280) afirma que a Análise de Discurso (AC) “em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”.

## Do individual para o coletivo

Quando o corpo da musicista Mayara Amaral foi encontrado em um matagal na zona rural de Campo Grande, em uma área conhecida como Inferninho, no dia 25 de julho de 2017, uma de suas irmãs, a jornalista Pauliane Amaral, estava há quase 10 mil quilômetros de distância, em Liège, na Bélgica, onde havia ido para estudar. Sem condições de voltar a tempo para enterrar a irmã, ela encontrou nas redes sociais uma forma de agir na preservação da memória da vítima de feminicídio e manifestar sua indignação frente ao crime cometido. A carta foi publicada no dia 27 de julho de 2017, no perfil pessoal da jornalista no Facebook, de forma pública, dois dias depois da confirmação da morte de Mayara. Até então, os jornais locais eram a principal fonte de informação sobre o caso, dedicados a noticiá-lo com riqueza de detalhes.

**Figura 1** - Carta escrita pela irmã da Mayara Amaral



**Pauliane Amaral** está com **Mayara Amaral**.  
27 de julho de 2017 · Liège, Bélgica ·

Quem é Mayara Amaral?  
[POR FAVOR, COMPARTILHEM]

Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e um dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão. Desde ontem Mayara Amaral também é vítima de uma violência que parece cada vez mais banal na nossa sociedade. Crime de ódio contra as mulheres, contra um gênero considerado frágil e, para alguns, inferior e digno de ter sua vida tirada apenas por ser jovem, talentosa, bonita... por ser mulher.

Mais uma vez a sociedade falhou e uma mulher, uma jovem professora de música de 27 anos, foi outra vítima da barbárie de homens que não podem nem serem considerados humanos. Foram três, três homens contra uma jovem mulher.

Um deles, Luis Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, por quem ela estava cegamente apaixonada, atraiu-a para um motel, levando consigo um martelo na mochila. Lá, ele encontrou um de seus comparsas.

Em uma das matérias que noticiaram, o crime os suspeitos dizem que mantiveram relações sexuais com minha irmã com o consentimento dela. Para que o martelo então, se era consentido?

Estranhamente, nenhuma das matérias aparece a palavra ESTUPRO, apesar de todas as evidências.

Às vezes tenho a sensação de que setores da imprensa estão tomando como verdade a palavra desses assassinos. O tratamento que dão ao caso me indigna profundamente.

Quando escrevem que Mayara era a "mulher achada carbonizada" que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvida "namorada" hiper-sexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia.

Quando falam da inspiração de Mayara, associam-na com a história do pai e avô e a foto muda: é ela com o violão, porém com sua face cortada. Esse tipo de tratamento não representa quem minha irmã foi. Isso é desumanização. Por favor, tenham cuidado, colegas jornalistas.

Para nossa tristeza, grande parte das notícias dão bastante voz aos assassinos e fazem coro à falsa ideia de que os acusados só queriam roubar um carro. Um carro que foi vendido por mil reais. Mil reais. Um Gol quadrado, ano 1992. Se eles quisessem só roubá-la, não precisariam atrai-la para um motel.

Um dos assassinos, Luis, de família rica, vai tentar se livrar de uma condenação alegando privação momentânea dos sentidos por conta de uso de drogas. Não bastando matar a minha irmã, da forma que fizeram, agora querem destruir sua reputação. Eis a versão do monstro: minha irmã consentiu em ser violada por eles, elas decidiram roubá-la, ela reagiu fisicamente e eles, sob o efeito de drogas, golpearam-na com o martelo – e ela morreu por acidente. Pela memória da minha irmã, e pela de outras mulheres que passaram por esta mesma violência, não propaguem essa mentira! Confiar que a Polícia e o Ministério Público não aceitarão esta narrativa covarde, e peço a solidariedade e vigilância de todos para que a justiça seja feita.

Na delegacia disseram à minha mãe que uma outra jovem já havia registrado uma denúncia contra Luis por tentativa de abuso sexual... Investiguem! Se essa informação proceder, este é mais um crime pelo qual ele deve responder. E uma prova de como a justiça tem tratado as queixas feitas por nós, mulheres. Se naquela ocasião ele tivesse sido punido exemplarmente, talvez minha irmã não tivesse sofrido este destino.

Foi tudo premeditado: ela foi estuprada por dois desumanos.

O terceiro comparsa – não menos monstruoso – ajudou a levar o corpo da minha irmã para um lugar ermo, e lá atearam fogo nela, como se a brutalidade das marteladas no crânio já não fosse crueldade demais. Minha irmã foi encontrada com o corpo ainda em chamas, apenas de calcinha e uma de suas mãos foi a única parte de seu corpo que sobrou para que meu pai fizesse o reconhecimento no IML. "Parece que ela fazia uma nota com os dedos", disse meu pai pelo telefone.

A confirmação veio logo depois, com o resultado do exame de DNA. Era ela mesmo e eu gritei um choro sufocado.

Eu vou dedicar o meu luto à memória da minha irmã, e a não permitir que ela seja vilipendiada pela versão imunda de seus algozes. Como tantas outras vítimas de violência, a Mayara merece JUSTIÇA – não que isso vá diminuir nossa dor, mas porque só isso pode ajudar a curar uma sociedade doente, e a proteger outras mulheres do mesmo destino.

**Mulher achada carbonizada havia saído na Polícia prende suspeito de matar mulher encontrada carbonizada**

**Mayara foi morta espancada em motel por dupla que queria roubar carro**

45 mil comentários · 30 mil compartilhamentos

**Fonte:** Página pessoal de Pauliane Amaral, no Facebook.

Na postagem, que teve mais de 30 mil compartilhamentos até o fechamento da pesquisa, Pauliane questionou as versões oficiais, fez duras críticas à cobertura jornalística da imprensa, utilizando, inclusive, imagens e trechos publicados pela mídia local, e reivindicou o reconhecimento do crime como feminicídio. Posteriormente, a publicação foi editada, para retirada da palavra feminicídio. Como a polícia investigava inicialmente o caso como latrocínio, já que alguns pertences da vítima foram encontrados com o autor do crime, a

palavra foi retirada, sob a justificativa de que poderia atrapalhar nas investigações<sup>4</sup>. No entanto, o tom reivindicatório de reconhecimento do assassinato como crime de ódio em razão do gênero predominou. Mesmo com a alteração, a publicação abriu um debate sem volta.

Jornalista, Pauliane viu, provavelmente, na carta uma forma de disputar a narrativa jornalística vigente até então. Tal intenção fica evidente logo no início da publicação, em que ela pediu para que quem lesse, compartilhasse o texto. Diferente dos repórteres que cobriam o caso, ela contava com um grande trunfo: conhecia a irmã melhor do que qualquer um deles. A relação familiar e a dor da perda em um relato íntimo davam legitimidade mais que suficiente para aquela, aparentemente, simples publicação.

Em relato opinativo, sem fontes oficiais ou estrutura para uma grande cobertura, Pauliane usou de estratégias jornalísticas, para elaborar a publicação. Seu principal enfoque, por exemplo, foi em uma das seis perguntas responsáveis por compor o tradicional *lead* jornalístico<sup>5</sup>: o “quem?”. Por esta escolha, fica nítida a crítica à imprensa. Subentende-se que os jornalistas negligenciaram regras básicas para se elaborar uma notícia, ou, no mínimo, utilizaram-nas de forma superficial.

Enquanto, para a imprensa, Mayara era inicialmente apenas a “mulher carbonizada” ou a garota “que tinha saído para tocar com a banda” - expressões inclusive criticadas pela jornalista -, Pauliane parece nos apresentar outra mulher: “Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e uma dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão” ou “(...) uma jovem professora de música de 27 anos”.

Dáí em diante, Pauliane continuou a trazer perspectiva diferente da dos veículos de imprensa para outros questionamentos básicos do jornalismo. Depois ir além no “quem”, ela responde ao “o quê?": “o crime de ódio contra as mulheres, contra um gênero considerado frágil e, para alguns, inferior e digno de ter sua vida tirada apenas por ser jovem, talentosa, bonita... por ser mulher” ou em “Estranhamente, nenhuma das matérias aparece a palavra ESTUPRO, apesar de todas as evidências”. O “quando?” aparece na juventude da irmã. O “onde?” da imprensa se resume a um quarto de motel. O de Pauliane se aplica a esfera social:

---

<sup>4</sup> A narrativa dos agentes públicos, reproduzida por parte da imprensa, reforça a ideia de que a condenação pelo crime de latrocínio seria mais justa, por prever uma pena maior, de 20 a 30 anos de reclusão, enquanto o feminicídio prevê de 12 a 30 anos.

<sup>5</sup> Conforme Sodré (1999), jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o *lead*, cujos princípios se fundaram na regra dos cinco W e um H; qualquer foca americano sabe que toda notícia deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos: *who*, quem; *what*, que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como [...] Essa técnica jornalística está, hoje, plenamente incorporada à imprensa brasileira (SODRÉ, 1999, p. 394).

“Mais uma vez a sociedade falhou (...)”. A própria mídia é incluída neste espaço: “Às vezes tenho a sensação que setores da imprensa estão tomando como verdade a palavra desses assassinos”.

O “como?” descrito por Pauliane vai além de detalhes como o martelo utilizado nos golpes contra a cabeça de sua irmã, ou o álcool necessário para atear fogo ao corpo da vítima. Percorre os estereótipos a que ela foi resumida nas coberturas feitas pela imprensa:

Quando escrevem que Mayara era a "mulher achada carbonizada" que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia "namorado" hiper-sexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia (AMARAL, 2017).

O questionamento vem acompanhado de ainda mais respostas e um apelo:

Quando falam da inspiração de Mayara, associam-na com a história do pai e avô e a foto muda: é ela com o violão, porém com sua face cortada. Esse tipo de tratamento não representa quem minha irmã foi. Isso é desumanização. Por favor, tenham cuidado, colegas jornalistas. (AMARAL, 2017).

Na tentativa de responder “por quê?” do crime, Pauliane dá também justificativas para seu próprio apelo. É neste ponto, no qual identificamos a transição de um relato pessoal para algo de ordem coletiva:

Pela memória da minha irmã, e pela de outras mulheres que passaram por esta mesma violência, não propaguem essa mentira! Confio que a Polícia e o Ministério Público não aceitarão esta narrativa covarde, e peço a solidariedade e vigilância de todos para que a justiça seja feita (AMARAL, 2017).

O papel do Estado é colocado também em xeque na atuação deste e de outros casos envolvendo violência contra as mulheres:

Na delegacia disseram à minha mãe que uma outra jovem já havia registrado uma denúncia contra Luís por tentativa de abuso sexual... Investiguem! Se essa informação proceder, este é mais um crime pelo qual ele deve responder. E uma prova de como a justiça tem tratado as queixas feitas por nós, mulheres (AMARAL, 2017).

Na conclusão do texto, o caráter reivindicatório do depoimento fica ainda mais evidente e ganha contorno mais coletivo: “Como tantas outras vítimas de violência, a Mayara merece JUSTIÇA – não que isso vá diminuir nossa dor, mas porque só isso pode ajudar a curar uma sociedade doente, e a proteger outras mulheres do mesmo destino”.

Apesar de não associar o texto de forma explícita a nenhuma outra campanha de violência contra a mulher, das inúmeras existentes nas redes sociais, o depoimento de Pauliane dialogou com reivindicações dos movimentos feministas que, naquele momento, haviam, há menos de dois meses, realizado, com adesão massiva em 55 países, o *Paro*

*Internacional de Mujeres* (PIM) e *International Women's Strike* (IWS). Na ocasião, a hashtag #NiUnaMenos, em alusão aos crimes de feminicídio, estampou diversos cartazes de manifestantes que foram às ruas, embora a campanha já estivesse em vigor desde 2011 (GONZALEZ, 2017).

A sintonia da reação à carta de Mayara com estes movimentos pode ser verificada, por exemplo, nas publicações feitas pelo portal jornalístico com perspectiva de gênero *Think Olga*, no Facebook, em que o discurso de Pauliane é reforçado, acompanhado de propostas para melhorar a cobertura da imprensa quanto aos casos de violência contra a mulher. Nesta publicação, o apelo já aparece conectado às campanhas internacionais, com as hashtags #NenhumaAMenos e #NiUnaMenos.

**Figura 2** - Publicação feita no perfil do *site Think Olga*, em 28 de julho de 2017.



**Fonte:** Facebook.

O *site Think Olga* foi também um dos responsáveis por fomentar as manifestações de rua marcadas para serem realizadas em diversos estados do País, contra os feminicídios. A frase “Nenhuma A Menos” apareceu em boa parte dos materiais de divulgação, como podemos verificar nas seguintes figuras.

**Figura 3** - Publicação feita no perfil do *site Think Olga*, em 3 de agosto de 2017, véspera da data marcada para realização de algumas das manifestações.



Fonte: Facebook.

**Figura 4** - Publicação feita no perfil do grupo 8M Brasil, em 02 de agosto de 2017, véspera da realização de algumas das manifestações contra os feminicídios.



Fonte: Facebook.

**Figura 5** - Página de evento criado no Facebook para organização da manifestação em Campo Grande-MS.



**Fonte:** Facebook.

A organização das mobilizações após a publicação da carta de Pauliane Amaral, nas redes sociais, demonstra que a reivindicação por reconhecimento do assassinato de Mayara como feminicídio, já constante nas pautas das feministas, ganhou um potencial adicional, nas duras e, ao mesmo tempo, comoventes palavras da irmã da vítima. Na nossa pesquisa, demonstramos até que ponto as coberturas jornalísticas foram afetadas por estas reações.

## 1. FEMINISMOS, FEMINICÍDIO E REPRESENTAÇÃO: MOVIMENTOS EM MAR REVOLTO

Neste capítulo inicial, discorreremos sobre temas e conceitos necessários para entender a condição da mulher na sociedade. Tais reflexões são resultado da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas políticas, denominadas de feminismos, e desencadeadas diante das situações históricas de opressão vivenciadas por esta minoria social<sup>6</sup>. A partir disso, focamo-nos na discussão sobre a violência contra a mulher, na América Latina e no Brasil; as ações civis e legislativas que originaram a criação de políticas públicas no sentido de reconhecer e punir crimes em razão do gênero; além da participação da mídia no reforço (ou não) de estereótipos existentes.

Ao nos depararmos com casos como o do feminicídio da musicista Mayara Amaral, as reações e emoções imediatas não bastam, e podem até dificultar explicações quanto às motivações para atos extremos. A resposta é complexa e ganha contornos específicos quando a mulher é vítima de violência, não sendo este trabalho, e muito menos uma cobertura jornalística, suficientes para dar explicações integrais e definitivas sobre isto. Entretanto, traçar um panorama histórico e trazer conceitos para o debate sobre a condição da mulher na sociedade ajudam a contextualizar as motivações para crimes tão violentos. Outro fator importante é lembrar que, neste trajeto, apesar do massacre ainda vencer consideravelmente as pretensas conquistas sociais, as mudanças verificadas foram impulsionadas, sobretudo, pela intensa resistência e organização do movimento feminista, tanto no âmbito teórico, quanto no prático.

Para entendermos o contexto em que ocorrem os feminicídios no mundo e o papel dos meios de comunicação neste processo, é necessário adotar alguns pressupostos teóricos. O encontro da história da condição da mulher na sociedade e dos atuais fenômenos comunicacionais, especialmente, a potencialização dos espaços de debates pelo uso das redes sociais, dialoga com aspectos da tradição dos Estudos Culturais.

A possibilidade de não reduzir as pesquisas a um modelo de comunicação faz com que esta tradição contemple o objeto desta dissertação. Tal perspectiva permite que as reflexões sejam feitas em uma esfera cultural formada por relações de poder e diferenças sociais, além de considerar as reações da audiência e sua predisposição à resistência. Em breve síntese

---

<sup>6</sup> Neste trabalho, entendemos por minoria a noção contemporânea estabelecida por Muniz Sodré (2005, p. 11) “refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social”.

sobre esta tradição, a pesquisadora Ana Carolina Escosteguy destaca:

A multiplicidade de objetos de investigação também caracteriza os Estudos Culturais. Isto resulta da convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social. A ausência de uma síntese completa sobre os períodos, enfrentamentos políticos e deslocamentos teóricos contínuos de método e objeto faz com que, de forma geral e abrangente, o terreno de sua investigação circunscreva-se aos temas vinculados às culturas populares e aos meios de comunicação de massa e, posteriormente, a temáticas relacionadas com as identidades, sejam elas sexuais, de classe, étnicas, geracionais, etc. (ESCOSTEGUY, 2015, p. 160).

Tal reflexão vem ao encontro do nosso objeto de pesquisa, que, em linhas gerais, trata da cobertura midiática e das influências da mobilização social sobre um caso específico de feminicídio, tema de caráter identitário, ligado aos estudos de gênero. Os Estudos Culturais se alinham aos pressupostos do pesquisador colombiano Jesus Martín-Barbero (2015). Este muda a pergunta central das pesquisas ao reposicionar o receptor no processo comunicacional que, historicamente, apresenta uma visão instrumentalista dos meios de comunicação, como propunha, por exemplo, a Teoria da Informação.

Barbero parte do princípio de que não faz sentido apoiar-se em políticas que separam aquilo que acontece na cultura, na indústria e nos meios massivos de comunicação.

Pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-lo a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 287).

A partir disso, o autor propõe a ideia de “redes de mediações”. Conceito que abre mão da análise restrita possibilitada pelas teorias funcionalistas, nas quais a mensagem e o receptor compõem um esquema linear de consumo abalado por meros “ruídos”. A perspectiva adotada por ele possibilita “construir uma análise integral do consumo, entendido como *o conjunto de processos sociais de apropriação dos produtos*” (MARTÍN-BARBERO, grifo do autor, 2015, p. 292).

O feminicídio de Mayara Amaral, assim como a violência de gênero, situam-se na esfera cultural e, conforme define Martín-Barbero, estão aliados a outras camadas sociais, mostrando-se, portanto, um campo de análise de amplos aspectos e narrativas. Sendo assim, para fazermos esta leitura de maneira mais precisa, é necessário considerar que:

Se entendermos por leitura “a atividade por meio da qual os significados são organizados num sentido”, resulta que na leitura – como no consumo - não existe apenas reprodução, mas também produção, uma produção que questiona a centralidade atribuída ao texto-rei e a mensagem entendida como um lugar de verdade que circularia na comunicação (MARTÍN-BARBERO,

2015, p. 293).

Para identificar as mediações existentes na relação dos meios de comunicação e a violência em razão do gênero, especialmente o feminicídio, é preciso abrir mão de esquemas rígidos de fluxo de informação, prática possibilitada pelos Estudos Culturais. Nesse sentido, não podemos deixar de lado um apanhado histórico, além de contextualização social, para entendermos a condição da mulher na sociedade, até os dias atuais.

### **1.1 Mulher: o outro, os mitos, o sujeito e além**

“No local, os dois teriam mantido relações sexuais com a jovem, segundo os suspeitos, com o consentimento dela”. “Quando ela percebeu a emboscada, tentou reagir, mas acabou morta”. Estas são algumas das frases encontradas na notícia intitulada “Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro”<sup>7</sup>, cuja apuração é basicamente baseada nos depoimentos dos suspeitos à polícia civil, responsável por investigar o crime. Porém, não é só isso. Mais do que um mero relato, elas representam toda uma construção cultural constituída em torno da imagem da mulher.

Apesar de possuírem elementos importantes para montar o quebra-cabeça da investigação, tais trechos não acrescentam quase nada em termos de apuração jornalística. Entretanto, são indícios importantes para entender o contexto social em que a mulher está inserida. A reprodução constante de aspectos como estes por agentes públicos responsáveis por investigar e julgar casos de feminicídio, por exemplo, e, conseqüentemente, pela imprensa, pode se explicar pelo apego da sociedade aos mitos femininos descritos por Simone de Beauvoir (2016).

A escritora reflete tanto sobre a mulher maculada, associada à imagem da mãe, quanto à profana, associada às bruxas. Papeis estes historicamente atribuídos às mulheres. Cada um deles composto por aspectos de seu tempo, que os diversificam conforme as necessidades econômicas e sociais de cada período. Cenários ditados por homens. Portanto, capazes de limitar a mulher, colocada por Beauvoir, para melhor entendimento, como o *Outro*, às funções cuja finalidade é a manutenção do contexto vigente, no qual os homens são privilegiados. A escritora faz uma crítica a tal prática "Na realidade concreta, as mulheres

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

manifestam-se sob aspectos diversos; mas cada um dos mitos edificadas a propósito da mulher pretende resumi-la inteiramente” (BEAUVOIR, 2016, p. 330).

A tentativa de restrição da mulher a esses mitos ainda ocorre de forma dicotômica, assim como o próprio modelo, que acaba colocando mulheres e homens em lados opostos. Esta polaridade torna ainda mais rígida as estruturas sociais. As brechas para fuga são limitadas; porém, são objetos de busca permanente.

Como as representações coletivas e, entre outros, os tipos sociais definem-se geralmente por pares de termos opostos, a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino. A mãe Santa tem como corretivo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa: por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à Morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo (BEAUVOIR, 2016, p. 330).

Numa confissão feita exclusivamente ao repórter Ullisses Campbell e publicada na revista *Veja*, no dia 5 de agosto de 2018, o autor do feminicídio de Mayara, Luís Alberto Bastos Barbosa, afirmou o seguinte “Fui movido pelo ódio porque tínhamos discutido e ela debochou da minha namorada. Chamei-a de vagabunda e ela me bateu”<sup>8</sup>. Apesar de curta, esta declaração nos permite perceber a reprodução de alguns dos mitos historicamente atribuídos à mulher.

“Ela debochou”, “chamei-a de vagabunda”, “ela me bateu”, declarou o técnico de informática, na mesma reportagem. Tais expressões caracterizam, por exemplo, o papel típico de uma megera. A palavra significa “mulher antipática ou má”, é o equivalente à bruxa; ou “mãe cruel e perversa”<sup>9</sup>. A origem da palavra, também, ajuda a entender seu peso histórico. Megera ou *Megaira* era, na mitologia grega, uma das três filhas de Gaia e Urano e representa a discórdia (NOGUERA, 2017, p. 15).

Expressões com essas conotações permeiam parte das notícias publicadas sobre o caso de Mayara, sob as quais iremos nos debruçar no capítulo de análise propriamente. O outro polo desta dicotomia de mitos femininos passou a ser mais explorado a partir da publicação da carta da irmã de Mayara no Facebook<sup>10</sup>. O apelo por uma cobertura jornalística mais respeitosa à imagem da vítima e mais crítica ao assassino, influenciou o surgimento de publicações com outra perspectiva sobre o caso, mas, nem por isso, alheias à reprodução de padrões sociais vigentes. Os mais de 30 mil compartilhamentos da carta de Pauliane Amaral e

<sup>8</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/fui-movido-pelo-odio/>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

<sup>9</sup> Priberam Dicionário. Brasil: Priberam Dicionário, em [priberam.pt](http://priberam.pt). Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/Megera>. Acesso em: 18 abr. 2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/pauliane.amaral/posts/1637173572993621>. Acesso em: 21 jul. 2018.

toda sua repercussão demonstraram o desgaste dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres. Apesar da força destas figuras, as tentativas de encaixes demonstraram-se frágeis, pois, a figura de Mayara, assim como de muitas mulheres, transcendem esses padrões que persistem ao longo da história. Sobre a mulher criada, Beauvoir (2016; p. 254) afirma “Eles inventaram-na. Mas ela existe também sem essa invenção. Eis por que é, ao mesmo tempo, a encarnação do sonho masculino e seu fracasso”.

Na tentativa de entender o porquê da mulher ser considerada o *Outro* e de onde vem essa submissão, Beauvoir busca elementos na própria Biologia. As diferenças biológicas foram aspectos determinantes no tratamento dado à mulher ao longo da história. Entretanto, não justificam a dominação exercida pelos homens sobre suas companheiras.

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016, p. 65).

As diferenças biológicas entre mulheres e homens também são o ponto de partida para as reflexões do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012). No livro “A Dominação Masculina”, o autor aplica o conceito social de violência simbólica, cunhado por ele, para refletir sobre a relação desigual e opressiva no binário homem/mulher. A expressão denomina parte das ferramentas teórico-metodológicas utilizadas pelo autor para analisar as relações sociais.

A violência simbólica compreende uma forma invisível de poder que impõe significações, colocando-a como legítima, muitas vezes, com respaldos econômicos e sociais. Ela consiste em uma forma de violência exercida pelo corpo, sem coação física, causando danos morais e psicológicos; portanto, tendo efeitos equivalentes ao que é obtido pela força. No caso de Mayara Amaral, e diante dos respaldos pelas políticas públicas brasileiras, é evidente que a violência ultrapassa o âmbito simbólico. No entanto, o conceito é importante para nos ajudar a entender o que leva a reações extremas, como os feminicídios. Para Bourdieu, a dominação masculina seria uma forma particular dessa violência simbólica e, da forma como ocorre, contribui para a perpetuação de atos agressivos, sobretudo contra o gênero feminino:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante

daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2012, p. 8).

A transferência das diferenças biológicas para, praticamente, todos os âmbitos sociais e a sua naturalização são expressão desta violência. Ela acomete tanto aos homens quanto às mulheres. Porém, a força da ordem masculina se impõe e, tratada como algo neutro, faz das mulheres sua principal vítima, extrapolando, muitas vezes, seu caráter de violência simbólica e passando ao âmbito físico. Dialogando com as teorizações de Beauvoir, Bourdieu (2012) conclui que o longo trabalho coletivo de socialização do biológico e da biologização social, produzido nos corpos e nas mentes, gerou uma construção social naturalizada dos gêneros.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Para o sociólogo francês, basicamente, a biologia e o corpo seriam espaços nos quais as desigualdades entre os sexos, resumidas na ideia de dominação masculina, seriam naturalizadas. Tal consequência afeta os mais diversos âmbitos sociais, inclusive as representações feitas nas coberturas jornalísticas. A dificuldade dos agentes públicos e da imprensa em utilizar a palavra feminicídio em casos envolvendo o assassinato de mulheres é expressão dessa naturalização.

É possível perceber a perpetuação destas ideias, fazendo alguns questionamentos a respeito do feminicídio de Mayara Amaral. Qual seria a provável abordagem midiática da morte se esta estivesse ocorrido em outro cenário? Se a relação dela com Luís, seu assassino, fosse assumida publicamente, ou, ainda, ocorresse sob a chancela social do matrimônio? Se as marteladas deferidas contra a cabeça da vítima tivessem acontecido em um cenário doméstico, no caso, a casa que vivessem juntos, como marido e mulher? Em um breve exercício de identificação da naturalização de comportamentos a partir do sexo biológico, cabe até questionar como seria esta abordagem caso a vítima fosse um homem. Certamente, neste contexto, as dúvidas quanto à autoria do crime e de seu enquadramento penal não

seriam tantas quanto as verificadas. Em algumas destas situações hipotéticas, o crime ocorreria no âmbito privado do lar, atribuído historicamente à mulher, assim como o papel de esposa, que ela desempenharia. Portanto, a naturalização das diferenças biológicas contribuiu para a manutenção das desigualdades existentes e, conseqüentemente, para a submissão da mulher.

Para entender a posição de homens e mulheres na sociedade em uma perspectiva mais aprofundada, foi necessário aperfeiçoar os conceitos colocados em debate. O binarismo masculino e feminino, baseado no biológico, mostrou-se insuficiente para compreender e demonstrar todas as estruturas sociais que compõem essas relações, além de limitar a elaboração de alternativas para superação das desigualdades. Nesse sentido, passou-se a adotar o conceito de gênero. Embora Beauvoir não traga, no primeiro volume de “O Segundo Sexo”, lançado em 1949, uma definição definitiva para a palavra, foi ela uma das responsáveis por colocar em discussão as inúmeras construções sociais acerca do feminino. Ao proferir a célebre frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a escritora francesa rompe com a naturalização imposta a partir da perspectiva biológica. As formulações de Beauvoir são o principal exemplo da inauguração de um produtivo e efervescente aperfeiçoamento teórico dentro do movimento feminista.

Algumas décadas se passaram, até se dar nome à proposta de Beauvoir de romper com a imposição biológica à qual a mulher é submetida. Em 1963, o termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, no Congresso Psicanalítico Internacional, em Estocolmo. Conforme Piscitelli (2009), o episódio é narrado pela bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway, no artigo “Gênero para um dicionário marxista”. Stoller propôs o uso do conceito de *identidade gênero*, numa tentativa de diferenciar natureza e cultura. Desta forma, o sexo estaria vinculado à Biologia, e o gênero ao âmbito cultural. “O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa marcada pelo gênero, um homem ou uma mulher” (PISCITELLI, 2009, p. 124).

Gênero é, basicamente, a construção social do masculino e do feminino. A separação das esferas biológica e cultural foi fundamental para desnaturalizar comportamentos atribuídos aos homens ou às mulheres. A quebra de pensamento abriu caminho não apenas no âmbito teórico, mas gerou possibilidades práticas para superação das desigualdades e da condição de submissão atribuída à mulher.

O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se

atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outros são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo *gênero* para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade (PISCITELLI, 2009, p. 119).

Conforme Piscitelli, o movimento feminista atuou, decisivamente, no sentido de repensar as desigualdades até então estabelecidas, e influenciou diretamente nos estudos de gênero. O rompimento com a naturalização imposta pelo sexo genital possibilitou ainda debates para além da própria condição da mulher, já que, ao deixar a classificação pelo corpo, a condição de outros indivíduos, como hermafroditas, chamados nos dias atuais de intersexos<sup>11</sup>, também ganhou espaço para melhores formulações, além daqueles que não se identificam com os traços genitais com os quais nasceram.

Embora apresente diversas possibilidades, a disseminação do termo gênero não se deu sem debates dentro do movimento feminista. Entre os receios, estava o de que a substituição do termo mulher(es) por gênero relativizasse as formulações quanto à dominação masculina e as desigualdades entre homens e mulheres, aspectos que foram o foco dos estudos feministas durante décadas. Conforme Piscitelli, tais formulações foram fundamentais para criar um sujeito político com força histórica, talvez inédita até então:

As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram viabilizar estratégias para acabar com sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação e trabalharam, recorrentemente, com uma série de categorias e conceitos fundamentais, sobretudo de mulher, opressão e patriarcado (PISCITELLI, 2009, p. 133).

Diante desta preocupação, a socióloga Heleieth Saffioti (2015) propôs pensar a sociedade sob uma perspectiva patriarcal de gênero, especialmente para entender as agressões sofridas pelas mulheres. Para a autora, a designação “violência de gênero” não é suficiente para abarcar toda a carga histórica que perpassa as agressões contra a mulher. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres; portanto, é necessário complementá-lo e reconhecer a necessidade de resgatar (e reforçar) o conceito de patriarcado, para uma definição mais precisa.

Dessa forma, o termo patriarcado, associado ao gênero, indicaria a existência de uma

---

<sup>11</sup> “[...] aqueles que nasceram tendo desenvolvido parcial ou completamente os órgãos sexuais masculinos e femininos” (PISCITELLI, 2009, p. 124).

primazia masculina em um passado remoto, cujos resquícios são verificados, ainda, nos dias atuais. Conforme Saffioti (2015), a situação de dominação da mulher e sua própria sujeição, muitas vezes ocorrida de forma pacífica, são respaldadas por um pacto maior; por isto, difícil de ser rompido.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido de liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um tributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 56).

Além de ajudar a entender as rígidas estruturas em que a violência contra a mulher está assentada, a noção de contrato social, e, conseqüentemente, contrato sexual, ajuda a explicar situações que precedem a ocorrência dos feminicídios. Muitos são cometidos por homens de alguma ligação afetiva com a vítima (marido, ex-marido, namorado, ex-namorado, amante); geralmente, sob a justificativa de ciúmes, não aceitação da separação e rejeição por parte da vítima. Portanto, características com uma evidente carga de controle sexual sob os corpos femininos. Diante disto, uma parcela das feministas acredita que abandonar o conceito de patriarcado significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATEMAN, 1993 *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 58).

Apesar da proposta de utilizar a perspectiva de sociedade patriarcal de gênero, a própria Saffioti considera que, durante muitos anos, o uso do termo homem representava uma categoria universal, portanto, gênero passou a se referir propriamente à mulher. Além disso, o termo gênero compreenderia, também, as relações igualitárias, possibilitando análises para além da desigualdade. Ao aliá-lo ao termo patriarcado, fica explícita uma relação hierarquizada entre seres socialmente desiguais.

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais

existente em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre a sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações - devassa é a mais comum - contra assassinada (SAFFIOTI, 2015, p. 48).

Embora o patriarcado seja considerado um sistema de dominação masculino, cuja ideia central ainda paira sobre os dias atuais, ele é alvo de críticas entre as teóricas feministas, por se referir a uma estrutura fixa, ligada a determinado contexto histórico e, por isso, limitante e com risco de expressar a naturalização da própria dominação da mulher. Além disso, o patriarcado estaria atrelado à dominação masculina ocorrida sob a ótica ocidental, que está historicamente ancorada em pressupostos de propriedade, no sentido mercadológico, excluindo, portanto, outras formas de supremacia masculina em sociedades com diferentes valores, especialmente no campo econômico. Já o “termo ‘gênero’ remete a uma não fixidez nem universalidade das relações entre homens e mulheres. Remete à ideia de que as relações sócio-simbólicas são construídas e transformáveis” (MACHADO, 2000, p. 3).

Apesar de reconhecer as limitações e possibilidades de cada um destes termos, a antropóloga Maria Zanotta Machado (2000) lembra que os dois conceitos não se situam no mesmo campo de referência e, por isso, baseada no “estado da arte” da própria Saffioti, considera o uso simultâneo de patriarcado e gênero.

O conceito de gênero não implica deixar de lado o de patriarcado. Ele abre possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo do “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade (MACHADO, 2000, p. 4).

Considerando a possibilidade de coexistência dos dois conceitos e a perpetuação de algumas estruturas de poder, Machado questiona se seria mais apropriado, nos dias de hoje, falar-se em “patriarcado contemporâneo”. No entanto, não deixa de reconhecer suas limitações e a necessidade de aperfeiçoar os conceitos.

As relações patriarcais, devidamente definidas em suas novas formas e na sua diversidade encontram-se presentes na contemporaneidade, mas seu uso implica um sentido totalizador, quer seja na sua versão adjetiva ou substantiva, e empobrece os sentidos contraditórios das transformações.

Entendo que as transformações sociais contemporâneas dos lugares das mulheres e dos homens e dos sentidos das diferenças de gênero, fogem ao aprisionamento do termo “patriarcado”. A utilização do conceito de relações de gênero, não define, *a priori*, os sentidos das mudanças, e permite construir metodologicamente uma rede de sentidos, quer divergentes, convergentes ou contraditórios (MACHADO, 2000, p. 3).

Desde os anos 1980, o conceito de gênero passa por reformulações. Prova dos intensos e transformadores debates travados nesse campo é a postura da historiadora Joan Scott. Defensora do gênero como categoria de análise, ela afirma que seu compromisso é, sobretudo, com os estudos relativos à diferença sexual (PISCITELLI, 2008, p. 265). Entre suas principais contribuições, está o reconhecimento do gênero, não apenas como simples referências descritivas às relações entre os sexos, mas como uma possibilidade refinamento teórico. “O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo” (SCOTT, 1995, p. 6). Apesar da defesa, ela reconhece a necessidade de aperfeiçoamento do conceito de gênero:

Mesmo se nesse uso o termo “gênero” afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são: ele não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo o “gênero” é portanto um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O “gênero” é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1995, p. 8).

Por esses motivos, mesmo com as transformações teóricas e práticas no movimento feminista, não se pode ignorar as etapas que nos levaram ao patamar de debate conceitual em que nos encontramos, como a desigualdade de direitos e a submissão da mulher, sendo essas últimas indispensáveis para entender as motivações que levam aos casos de feminicídio. Tal reflexão não impediu que as debates fossem aperfeiçoados. Conforme Machado (2000, p. 3), muitas estudiosas feministas que utilizam o conceito de gênero são vistas “como otimistas, talvez utópicas, e responsáveis por deixarem na obscuridade a força da presença do patriarcado na contemporaneidade, ainda que com novas roupagens”.

Em uma crítica radical, a filósofa Judith Butler propõe afastar o gênero da ideia binária contida na relação entre masculinidade e feminilidade, pois isso representaria uma limitação ao campo semântico do conceito. Para ela, quando o conceito gênero é teorizado como independente do sexo ele “se torna um artifício flutuante, com consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003, p. 24). Além de demarcar de forma mais incisiva a separação entre sexo, no

âmbito biológico, e gênero, no campo cultural, além da esfera do desejo, Butler questiona se a mais recente estrutura criada funciona, também, de alguma forma, como fator limitante do sujeito.

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

O gênero da forma colocada por Butler é resultado de um processo de esmiuçar os conceitos existentes, mas, também, de aceitar suas convergências e possibilidades de transformação. Por isso, em uma proposta pós-moderna, ela considera a incompletude do termo gênero. Tal postura permite pensar a ruptura com o binarismo feminino/masculino, sendo a Teoria *Queer*, corrente de pensamento criada para melhor compreensão da diversidade de sexualidade e expressões culturais, uma das principais representantes dessa mudança. A partir disso, é possível pensar em um período pós-feminista, no qual o conceito de gênero não trate de algo absoluto, portanto, com potencial mais abrangente, inclusive na relação com outras áreas sociais.

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permite múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e defenidor (BUTLER, 2003, p. 37).

As contribuições teóricas das feministas não pararam por aí. Ao aderir à proposta de descolamento do conceito de gênero do âmbito biológico e, por sua vez, não aceitar que este seja tratado como uma categoria universal, como denominações cunhadas anteriormente, Butler dialoga com as transformações verificadas na esfera cultural da sociedade, atualmente. Paralelamente ao aperfeiçoamento de gênero, outras elaborações conceituais são feitas nos estudos relativos a esse assunto. As feministas, também, debatem temas como o *feminist stand point* (ou ponto de vista feminista) para legitimar não só as formulações teóricas das feministas, como a particularidade da opressão vivida pelas mulheres, além de enfatizar o seu protagonismo nessa luta. Conforme a filósofa brasileira, Djamila Ribeiro (2017), a origem do termo *feminist stand point* é imprecisa; no entanto, ele cabe como ponto de partida para entender o surgimento da expressão “lugar de fala”. Popularizada nos debates virtuais e moldada pelos movimentos sociais, a frase passou a ser utilizada “como forma de ferramenta

política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, p. 58). No entanto, a ideia carregada pela expressão contempla um debate anterior, proposto, sobretudo, pelas feministas negras, como modo de reconhecer as diferentes formas de opressão e como elas podem agir, simultaneamente, sob determinado indivíduo. Conforme essa perspectiva, a mulher negra seria a mais nítida expressão desta coexistência.

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 59).

Elementos identificados na condução da nossa pesquisa demonstram a necessidade de entender o que é o lugar de fala, para explicar a forma como foi feita a cobertura jornalística do caso. Embora uma das intenções de Pauliane tenha sido ressaltar as virtudes da irmã assassinada, a publicação em carta aberta no Facebook traz elementos sobre quais locais sociais Mayara Amaral ocupava: “Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e uma dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão”. Em outro momento do texto, a jornalista se refere à irmã como uma “jovem professora”.

Portanto, sem desconsiderar a brutalidade do crime cometido e as garantias constitucionais dada a toda e qualquer vítima de violência, precisamos apontar esses aspectos, para encontrar uma explicação para repercussão nacional e internacional do feminicídio de Mayara. Ao ressaltar que irmã pertence ao gênero feminino, Pauliane traz de forma implícita toda a carga histórica de opressões sofridas pelas mulheres. A descrição dada pela irmã demonstra também que a vítima contava com alguma estrutura familiar e pertencia ao meio acadêmico, inclusive com produção intelectual de relevância em sua área de pesquisa. Neste ponto, devemos considerar que Mayara ocupava duas posições privilegiadas na sociedade: estrutura familiar relativamente sólida e acesso ao ensino Superior. Além de ser uma mulher de fenótipo branco e da classe média.

Outra reportagem, publicada pelo *site HuffPost Brasil*, traz o depoimento de uma amiga da vítima, com novos elementos, os quais ajudam a nos situarmos sobre a posição da vítima no mundo. “Mayara tinha história. Era mulher com ascendência indígena, que nasceu numa cidade de fronteira e vivia na periferia de Campo Grande (MS)”<sup>12</sup>. Com isso, percebemos que, se, por um lado, a posição social de Mayara é considerada privilegiada em

<sup>12</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres\\_a\\_23063968/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/)>. Acesso em: 29 jun. 2019.

relação a outras vítima de feminicídio; por outro ponto de vista, ela compõe também alguns locais socialmente desfavoráveis. Isso ajuda a entender que cada vítima de feminicídio possui realidades particulares. No entanto, ao observarmos de forma um pouco mais ampla a cobertura jornalística de casos de feminicídio, notamos que a imprensa acaba sendo seletiva diante desses elementos, correndo o risco de favorecer padrões sociais opressivos.

Suscitam-nos questionamentos, por exemplo, as divergências na cobertura de outro caso de feminicídio, ocorrido no mesmo período do assassinato de Mayara Amaral. Simbolicamente, a outra vítima, também, se chamava Mayara. No entanto, a morte de Mayara Fontoura Holsback, 18 anos, não recebeu a mesma atenção da imprensa, que o caso da violonista. Foi no dia 15 de setembro de 2017, pouco mais de um mês depois do feminicídio de Amaral, e o caso, também, foi abordado pelo *site* local Campo Grande News. Nosso levantamento apontou que, no primeiro ano do fato, o *site* publicou 37 notícias e reportagens sobre o caso Holsback, enquanto as menções a Amaral foram feitas em 103 publicações, durante os primeiros 12 meses, a partir da ocorrência do feminicídio. O segundo caso, também, não figura em veículos de imprensa nacionais.

A reportagem “Os feminicídios provaram em 2017 que nenhuma “Mayara” está a salvo”<sup>13</sup>, publicada pelo Campo Grande News, no dia 31 de dezembro de 2017, aponta algumas diferenças de cunho social nas trajetórias das duas vítimas de feminicídio. Sobre Holsback, a repórter escreve “Moradora da periferia e oriunda de uma família que queria, mas não podia ajudá-la, Mayara foi buscar os próprios caminhos. Ainda adolescente conheceu, segundo uma amiga, a paixão de sua vida: o *handebol*. Foi na escola que formou laços para além do próprio lar. Foi na escola, também, que tentou sonhar para além do que a condição lhe permitia” .

Identificar o local de fala das vítimas de violência permite, principalmente, um debate estrutural, no sentido de reconhecer e articular os diferentes tipos de opressão. “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” (RIBEIRO, 2017, p. 61).

O termo, emergente na Terceira Onda Feminista, da qual vamos tratar mais à frente, no entanto, cabe aqui uma problematização, foi inaugurado em 1989, pela pesquisadora Kimberlé Crenshaw com a publicação do artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and*

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

*Sex: A Black Feminist Theory and Antiracist Politics*<sup>14</sup>. Contudo, já em 1851, Sojourner Truth, considerada a pioneira do Feminismo Negro, já questionava quanto à sobreposição de diferentes tipos de discriminação. Escravizada e vendida em leilão, aos nove anos de idade, junto ao gado, ela é autora do discurso improvisado “Não sou eu uma mulher?”, proferido durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio.

Nesses fragmentos a intelectual pioneira articula, raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando se a maternagem obrigatória revela o destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados (AKOTIRENE, 2018, p. 21).

Sob a ótica da interseccionalidade, a mulher negra reúne o maior número de elementos analíticos das opressões. “Quando ausentes os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos” (AKOTIRENE, 2018, p. 60). Embora não seja o foco desta pesquisa, a perspectiva da interseccionalidade suscita questionamentos.

Ainda, conforme a pesquisadora baiana Carla Akotirene, as opressões são estruturais; por isso, precisam de um método analítico mais amplo. “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem” (AKOTIRENE, 2018, p. 33).

Uma preocupação é que a proposta da interseccionalidade tivesse a intenção de hierarquizar as opressões. Akotirene explica que tal risco não existe; porém, reconhecer as identidades permite pensar formas de superação desta estrutura. “Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, resignificadas pelas opressões” (AKOTIRENE, 2018, p. 41).

O aperfeiçoamento teórico e prático realizado pelo movimento feminista se deu de forma entrecruzada. Nesse sentido, a transformação dos conceitos e das problemáticas não necessariamente representam a superação da condição anterior. Algumas reivindicações teóricas, por exemplo, só foram atendidas ou ganharam destaque nos debates, anos depois de serem propostas. Outros desafios ainda permanecem, mesmo diante de reconhecida adesão, como é o caso do conceito de gênero. Embora a separação de sexo, no âmbito biológico, e

---

<sup>14</sup> Tradução: Desmarginalizando a Intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista e negra da doutrina antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista.

gênero, na esfera cultural, seja norma no movimento feminista e na academia, no texto final da Lei nº 13.104/2015, a *Lei do Feminicídio*, a palavra gênero foi substituída pela expressão “sexo feminino”, depois de pressão da bancada religiosa (PRADO e SANEMATSU, 2017).

É preciso considerar que todo o desdobramento teórico apresentado aqui tem como motor pelo menos 200 anos de debates constantes e muitos mais de resistência. No entanto, para melhor compreender as etapas históricas que caracterizaram o movimento feminista, aderimos ao termo *ondas*, embora esta forma construção cronológica seja alvo também de críticas, especialmente por se alicerçar em ideias colonizadas, as quais, inevitavelmente, carregam opressões estruturais. Akotirene afirma que:

[...] a interseccionalidade revela o círculo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas que não passaram experiências da colonização, sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negra, sem estar preso às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos (AKOTIRENE, 2018, p. 30).

Apesar disso, a estrutura das *ondas* facilita o entendimento e, também,, dialoga com as tentativas de explicar as ações das feministas mais recentes. Em artigo, a filósofa Magda Guadalupe dos Santos (2016) explica que o termo é elucidativo, enquanto um projeto que ainda não se completou, tanto em sentido cronológico, quanto em formulações teórico-temáticas.

Na esfera filosófica, o termo *ondas* (*kymata*) é usado por Platão, em *A República*, para nomear as dificuldades a serem enfrentadas para se constituir uma cidade justa. Pode-se dizer que, com todas as diferenças entre o que projeta o filósofo e os feminismos, nos dois casos o que se põe em relevo são as enormes dificuldades que devem ser vencidas para a efetivação de um projeto, dificuldades que não se apresentam como simples, mas necessárias à consecução da finalidade maior: a construção de uma sociedade justa. A cada onda dos feminismos, assim como a cada da *kallípolis* (da bela e boa cidade de Platão), um a um os obstáculos se apresentam, são reconhecidos e vivenciados, seja em moldes dialéticos, seja enquanto controvérsias, e uma nova etapa, uma nova onda se apresenta como algo necessário de ser reconhecido e aprendido (SANTOS, 2016, p. 33).

A chamada Primeira Onda Feminista se inicia com ações pontuais, ainda no século XVIII. Entre os acontecimentos mais emblemáticos registrados na época, está a criação da “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, redigida na França, em 1791, por Olympe de Gouges. No texto, além de reivindicar a igualdade de direitos para as mulheres – lema que caracterizou essa primeira fase do feminismo -, ela tocou em pontos considerados ousados para a época, como maior representação feminina no parlamento, o direito ao trabalho e à igualdade de salário, o direito à propriedade para as mulheres casadas e a reforma das leis

matrimoniais; além da igualdade penal para os sexos. Tal protesto levou a feminista a ser guilhotinada dois anos depois (PETERLE, 2009).

O movimento feminista se intensificou nas últimas décadas do século XIX, quando as mobilizações centraram-se na conquista do sufrágio feminino. O movimento, iniciado na Inglaterra, e, depois, em outros países da Europa e América do Norte, teve resultado apenas em 1893, quando o direito ao voto foi instituído, pela primeira vez, na Nova Zelândia.

No Brasil, apesar de iniciativas individuais serem verificadas no mesmo período, assim como uma discussão neste sentido durante a elaboração da Constituição de 1891, o voto feminino somente foi conquistado quase 40 anos depois. A historiadora Céli Regina Jardim Pinto, no livro “Uma História do Feminismo no Brasil”, faz um relato que retrata bem a indiferença com que a reivindicação das brasileiras era encarada, além de motivar uma reflexão sobre a importância da língua como fator de representatividade, debate que, também, permeia o uso do termo feminicídio.

A questão do direito ao voto para as mulheres tinha atualidade e foi discutida na Constituinte republicana de 1891, tendo como defensores figuras tão ilustres como os posteriores presidentes da República Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. O projeto não foi aprovado, mas a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres. A não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. A Constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens. Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada (PINTO, 2003, p. 16).

Como forma de protestar contra a exclusão do voto feminino da Constituinte, algumas mulheres fundaram, em 1910, o Partido Republicano Feminino. A opção por este tipo de agremiação, mesmo sem ter conquistado a participação no processo eleitoral, deixou evidente o caráter político da iniciativa. Posteriormente, foi criada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que, juntamente a ações individuais em todo o Brasil, mantiveram acesa a chama da luta até 1932, quando o primeiro Código Eleitoral Brasileiro estabeleceu o voto feminino. Foi apenas em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, que esse direito foi posto em prática. No entanto, a conquista foi anulada com o governo tendo se transformado em uma ditadura. O direito ao voto foi retomado pelas mulheres apenas em 1945, com a redemocratização (PINTO, 2013).

É diante da conquista do voto e das mudanças verificadas a partir da garantia deste direito, dando à mulher alguma participação oficial na vida pública, não sendo mais esta restrita apenas ao âmbito privado, que surge a Segunda Onda do Feminismo. O lançamento do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, foi determinante para constituir as bases que norteariam a luta das mulheres até os anos de 1980. As reflexões feitas nesta Segunda Onda Feminista deixaram de ter um caráter meramente reivindicatório, como na primeira, levando a questionamentos mais aprofundados sobre a condição feminina na sociedade e a um olhar crítico sobre o próprio movimento. Verificou-se nesse período, um significativo avanço teórico na tentativa de explicar os diferentes motivos que levam à opressão da mulher.

Ao se debruçarem sobre um estudo aprofundado da condição da mulher, as feministas desenvolvem, também, neste período, divergências significativas dentro do movimento. Segundo Descarries (2000), a segunda onda perpassa por três correntes distintas do feminismo, as quais, em sua concepção, lançam estratégias para a liberação feminina. São elas: Corrente do Feminismo Igualitário, Corrente do Feminismo Radical e Corrente do Feminismo da Femitude. O primeiro seria uma espécie de herdeiro do movimento sufragista, mais focado na busca por igualdade de direitos. O Feminismo Radical, surgido em 1970, lutou, principalmente, contra o determinismo biológico no desempenho dos papéis sociais, como o da maternidade. Já o Feminismo da Femitude representa a conciliação da mulher com o feminino e com a própria maternidade; porém, numa perspectiva mais coerente e conexa com a realidade. (DESCARRIES, 2000).

O rompimento com esta etapa nasce principalmente da crítica ao caráter elitizado e da exclusão de inúmeras mulheres, como as negras, orientais e pobres, destas pautas reivindicatórias. Portanto, o pensamento feminista da segunda onda seria basicamente calcado numa narrativa hegemônica das feministas brancas ocidentais (PISCITELLI, 2008).

As reflexões feitas neste período abriram espaço para o que veio a ser o debate central da Terceira Onda do Feminismo, iniciada ainda nos anos de 1980. Conforme Santos (2016, p. 34), o que se torna evidente neste período “é a rejeição das grandes teorias, das categorias e conceitos abstratos da racionalidade usados até então”. Enquanto na segunda onda, o discurso feminista se consolidou, nesta, ele ganha diversidade. Passa de feminismo a feminismos e amplia o debate de forma a dar visibilidade a outras minorias.

[...] para K. L. Caldwell (2000), a terceira onda do feminismo, que se desenvolveu nos anos 1980 e 1990, desafia os paradigmas unitários de gênero construídos pelas feministas brancas, de classe média, nos anos 1960 e 1970. A decepção com modelos e discursos realizados por feministas

brancas levaram outros coletivos de mulheres a utilizarem suas próprias experiências de exclusão, opressão e discriminação, bem como de resistência, relacionadas à raça e sexualidade, principalmente para desenvolver formas próprias de trabalhar com os conceitos de gênero e feminismo, já que o enfoque dado pelo feminismo ao gênero como exclusiva fonte de opressão das mulheres não logra estabelecer relações entre sexismo e outras formas de dominação (MAYORGA, 2014, p. 226).

As categorias desenvolvidas neste período são variadas. Surge, como já adiantamos, o conceito de interseccionalidade, formulado pelas feministas negras; reconfigura-se, também, o campo do feminismo radical e se fala até mesmo em transfeminismo (ROCHA, 2017). Para esta dissertação, vamos assumir uma perspectiva interseccional, já que se dialoga mais intensamente com o contexto vivido pelas mulheres latino-americanas, incluindo as brasileiras, além de nos ajudar a compreender melhor as próprias estatísticas de feminicídio. Ao propor o entrelaçamento de diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe, capacidades físicas e/ou mentais, a interseccionalidade nos ajuda a entender o porquê de mulheres negras e pobres estarem entre as principais vítimas de violência.

Em 1977, um manifesto do *Combahee River Collective*<sup>15</sup>, coletivo de feministas negras e lésbicas lançou um influente manifesto, defendendo a luta articulada, não apenas contra a opressão das mulheres (HENNING, 2015, p. 103). “A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar” (DAVIS, 2008, p. 79 *apud* HENNING, 2015).

Com o passar dos anos, a proposta de articulação de múltiplas diferenças e desigualdades foi aperfeiçoada.

É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266).

É na Terceira Onda Feminista que ocorre uma forte pressão para desconstrução do conceito de gênero. Judith Butler, como vimos, é uma das principais questionadoras da binaridade dos gêneros masculino e feminino. A filósofa propõe uma resignificação do conceito, a partir de sua ampliação. Para ela, o patriarcado teria criado uma matriz heterossexual normativa, na qual os sujeitos deveriam ser enquadrados (ROCHA, 2017). É importante ressaltar que foram consequência deste período as principais medidas de combate

---

<sup>15</sup> O coletivo, baseado em Boston, entre 1973 e 1980, defendia uma luta articulada, não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas, também, contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismo, heterossexismo e exploração por classe social.

à violência contra a mulher no Brasil: a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como *Lei Maria da Penha*, destinada a combater a violência doméstica; e a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que, além de reconhecer o assassinato por razões do “sexo feminino”, torna a penalidade mais rigorosa.

A escritora Heloisa Buarque de Hollanda explica a dificuldade do movimento feminista no Brasil de dialogar com as pautas das lutas feministas que surgiam na Europa e nos Estados Unidos, responsáveis por inaugurar a Terceira Onda Feminista. Reivindicações no sentido de “o pessoal é político” e do direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual e ao fim das desigualdades no trabalho e no contexto familiar, esbarraram em valores pregados, por exemplo, pela Igreja Católica, considerada uma das principais instituições progressistas na época, além de confrontar com estratégias do Partido Comunista, de focar em uma luta mais ampla. Por serem dois importantes parceiros na luta contra a ditadura militar, vigente no Brasil entre 1964 e 1985, as iniciativas feministas acabaram se articulando com estas instâncias.

O resultado foi uma fragilização inicial do nosso feminismo, que mostrava certo recuo em relação ao feminismo internacional, concentrando-se prioritariamente, nas questões trabalhistas, na demanda por creches, no controle da violência doméstica e no enfrentamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres ao longo da década de 1970 (HOLLANDA, 2018, p. 14).

Embora as leis Maria da Penha e de Femicídio resultem de reivindicações feministas oriundas dos anos 1990 e da primeira década dos anos 2000, elas são sancionadas em um momento de emergência de uma nova fase do feminismo. Em um relato pessoal, Heloisa Buarque de Hollanda compara as reivindicações da Terceira Onda Feminista, em que iniciou sua militância, a etapa que se desenha. A escritora descreve a Quarta Onda Feminista da seguinte forma:

[...] vejo claramente a existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração (HOLLANDA, 2018, p. 12).

Apesar das inúmeras tentativas, conceituar de forma definitiva a Quarta Onda Feminista é um desafio, afinal, é uma etapa ainda em construção e ocorre de forma difusa, sendo esta última característica potencializada pelo uso das novas tecnologias como ferramentas de mobilização e disseminação de informação. Com feministas conectadas, esta

fase tem sido marcada pela popularização e democratização do feminismo na rede ou por meio dela. “As bandeiras são diversas, como vimos, e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo” (CAZARRÉ, 2016 *apud* ROCHA, 2017, p. 77).

Conforme Ferreira (2015, p. 3), a relação entre feminismo e tecnologia é verificada desde os anos 1970; entretanto, ganha força a partir dos anos 1990, com o surgimento da ideia de Ciberfeminismo, definido, basicamente, como um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital. Na verdade, esta associação entre tecnologia e questões de gênero aglutinou diversos grupos com diferentes denominações, como o próprio Ciberfeminismo, além de Feminismo 2.0, Tecnofeminismo, Posfeminismo, Transfeminismo, Ciberpunk, Pospornografia e Ativismo *Riot Grrrl*.

Com a popularização das tecnologias no século XXI, tais iniciativas se tornaram mais frequentes e ganharam novos formatos. Em países pobres ou em desenvolvimento, como os da América Latina, a associação entre feministas e novas tecnologias levou a um cenário singular de mobilizações. Discussões antes restritas a pequenos círculos sociais, como a academia, alcançaram outras camadas. A própria dissociação entre o âmbito biológico e o cultural, que resultou na adoção do conceito de gênero, proposta há pelo menos 40 anos, ainda era desconhecida de boa parte das pessoas e, talvez, ainda o seja; no entanto, sem dúvida, uma proporção maior de mulheres acessou estes debates a partir dos anos 2000.

Apesar de começar no Canadá, a Marcha das Vadias tornou-se uma espécie de ensaio para a eclosão da Quarta Onda Feminista no Brasil. A primeira marcha do País ocorreu em junho de 2011, em São Paulo. Posteriormente, ela ocorreu de forma quase simultânea em diversas capitais. Com o objetivo principal de combater a culpabilização, por parte da sociedade, das vítimas de estupro, tal movimento trouxe duas das principais características que marcam as mobilizações feministas posteriores. Além de possuir caráter global, as mulheres participantes das marchas utilizaram o corpo como plataforma de expressão. Muitas foram para as ruas, vestidas de roupas íntimas a fim de mostrar que, independentemente, do que vestissem, tinham de ser respeitadas.

A pesquisadora Maria Bogado (2018, p. 32) afirma que se nota nas novas manifestações feministas uma “busca por horizontalidade, a recusa na formação de lideranças e a priorização total do coletivo”. Além disto, é possível constatar uma “linguagem política

que passa pela performance e pelo uso do corpo como a principal plataforma de expressão”<sup>16</sup>. Daí para frente, o feminismo ganhou mais terreno. Assim como na Marcha das Vadias, as plataformas virtuais tiveram papel significativo nas campanhas que vieram. Em 2014, campanhas virais como Chega de Fiu Fiu e #NãoMereçoSerEstuprada viralizaram nas redes sociais.

Nos anos seguintes, a *#hashtag* continuou acompanhando as pautas feministas na campanha #PrimeiroAssédio. A *#hashtag* é uma palavra que agrega as demais, criando significados e unindo diferentes pessoas que tratam de um mesmo tema, numa determinada rede social. É composta do símbolo do jogo da velha, cujo nome, em Inglês, é *hash*. A *#hashtag* é utilizada, principalmente, no Twitter, para falar sobre determinado tema, iniciar uma discussão em grupo ou divulgar um evento. Para especialistas, elas são uma espécie de metadados, que existem para agregar informações semelhantes<sup>17</sup>. No mesmo período das campanhas, ocorreu também a “popularização de youtubers feministas como Jout Jout e Canal das Bee. Houve também a organização do que pode ser o primeiro partido feminista do Brasil, a Partida” (CAZARRÉ, 2016 *apud* ROCHA, 2017, p. 77).

É importante ressaltar que estas mobilizações se intensificaram em uma conjuntura de ameaça aos direitos adquiridos, iniciada com crise do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2014, e seu posterior *impeachment* em 2016<sup>18</sup>. Os ataques por parte dos setores conservadores tiveram as minorias como alvo principal, entre elas as mulheres.

Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo “Fora, Cunha!”, no dia 13 de novembro (BOGADO, 2018, 29).

Martinez (2017, p. 5) analisa que estas medidas se tornaram expoente de “uma anti-democracia golpista”, levando milhares de mulheres a se organizarem pelas redes sociais e irem às ruas das principais capitais brasileiras, ao menos três vezes em 2015. Estas manifestações chegaram a ganhar a alcunha de “Primavera Feminista”, uma referência à

<sup>16</sup> Bogado (2018) considera que as mobilizações de junho de 2013 contribuíram para o fortalecimento dos movimentos feministas no Brasil. Inicialmente, questionando o aumento no preço das passagens no transporte público, as Jornadas de Junho, além de revelarem uma crise da democracia representativa, mostraram uma nova linguagem política.

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/08/noticias/especiais/934728-a-palavra-e---hashtag-hashoque.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/08/noticias/especiais/934728-a-palavra-e---hashtag-hashoque.html)>. Acesso em: 29 jun. 2019.

<sup>18</sup> A retirada da presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) foi articulado por setores da extrema direita, por meio do conluio entre Câmara dos deputados, Senado Federal e Poder Judiciário.

“Primavera Árabe”<sup>19</sup>, também caracterizada pelo uso maciço das redes digitais.

O caso do feminicídio da Mayara Amaral abarca muitos dos elementos que caracterizam a Quarta Onda Feminista. Fato interessante é que as inovações para mobilizações proporcionam a amplificação de reivindicações anteriores. Morgado (2018, p. 33) analisa que a “grande questão que une todas as tendências do novo feminismo, traduzida numa infinidade de perspectivas, desdobramentos, nuances e percepções, é a da violência contra a mulher”. Não podemos deixar de considerar que mesmo as sufragistas, protagonistas da Primeira Onda Feminista, já reagiam contra violências que as impediam de participar da vida democrática.

Embora o uso das tecnologias seja um fator preponderante para caracterizar a Quarta Onda Feminista, é importante ressaltar que o desenvolvimento do feminismo e das questões de gênero não se deram apenas no campo do ativismo, mas continuaram a ser aperfeiçoados no âmbito teórico. Santos (2016) afirma que não se pode desconsiderar nessa etapa os estudos sobre feminismo descoloniais e a revisão de pressupostos de um pós-feminismo. As manifestações, reivindicações e os estudos das mulheres latino-americanas, também, têm se sobressaído como diferencial nesta nova fase do feminismo. A argentina María Luisa Feménias é uma das que tem se destacado nas leituras sul-americanas dos feminismos (SANTOS, 2016). Outra prova da intensificação latino-americana são as marchas emblemáticas realizadas nos últimos anos; entre elas, está a paralisação das mulheres argentinas, organizada pelo coletivo #NiUnaMenos, em decorrência do feminicídio da adolescente Lúcia Perez, 16 anos, a qual foi drogada, estuprada e morta por empalamento, em Mar del Plata, em outubro de 2016. Dias depois do assassinato, mulheres pararam seus afazeres durante uma hora, contra os feminicídios em Buenos Aires. Manifestações, também, foram registradas na Guatemala, Espanha e no México.

O feminicídio de Mayara Amaral ainda ocorreu sobre o eco desses protestos. A mobilização das argentinas influenciou mulheres do mundo inteiro e levou à organização, no dia 8 de março de 2017, da Greve Internacional das Mulheres – também denominada *Paro Internacional de Mujeres* (PIM) e *International Women’s Strike* (IWS) –, com adesões em mais de 55 países. Uma das fundadoras do movimento #NiUnaMenos, a ativista e especialista em gênero, Cecília Palmeiro, afirmou que a palavra de ordem #NiUnaMenos - retirada de um

---

<sup>19</sup> Conforme Pena (2019), entende-se por Primavera Árabe a onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano, em que a população foi às ruas, para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida, a partir do final de 2010, na Tunísia, com a derrubada do ditador Zine El Abidini Ben Ali.

dos poemas da mexicana Susana Chávez, assassinada em 2011, por denunciar crimes de feminicídio - foi traduzida e utilizada na Coreia e na Polônia (GONZALEZ, 2017). As palavras foram traduzidas também para o Português e utilizadas em diversas publicações nas redes sociais, sobre o caso de Mayara, além de aparecer em cartazes dos protestos realizados entre final de julho e agosto de 2017, em decorrência de sua morte.

## **1.2 Luta latino-americana e os mecanismos de combate à violência contra a mulher no Brasil**

O protagonismo das mulheres latino-americanas e caribenhas na Quarta Onda do Feminismo não é por acaso. Esta região, que inclui o Brasil, registra altas taxas de violência contra a mulher, fato que justifica a adesão massiva e frequente à manifestações realizadas nestes países, nos últimos anos. Os crimes contra o gênero feminino incluem a violência doméstica e sexual, sendo o feminicídio sua expressão máxima.

Provas de que as ocorrências de violência contra a mulher estão ligadas a uma série de fatores, em que a cultura machista se fortalece pela impunidade e pelas políticas públicas inexistentes ou de aplicações ineficazes, são as estatísticas verificadas nas diferentes formas da expressão de ódio pelo feminino. Nos países da América Latina e Caribe, estima-se que uma em cada três mulheres maiores de 15 anos tenha sofrido violência sexual, o que alcança a categoria de epidemia, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OPAS, 2013). Tais atos levam a números ainda mais alarmantes. Outro levantamento mostra que 14 dos 25 países do mundo, com taxas mais elevadas de feminicídio, estão nesta região (ONU MULHERES, 2017).

As latino-americanas e caribenhas tiveram e têm um papel essencial para tirar o assassinato de mulheres da invisibilidade. O termo feminicídio foi cunhado, pela primeira vez, pela estudiosa africana, Diana Russel, 1976, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres (MENEGHEL e HIRAKATA, 2010). Entretanto, o contexto de violência brutal com que estes crimes ocorrem na América Latina levou o conceito de feminicídio (ou femicídio) a ser aperfeiçoado pela pesquisadora mexicana Marcela Lagarde, no início dos anos 2000. A partir de sua definição, a palavra ganhou, também, um caráter político, com o propósito de denunciar a falta de respostas do Estado a estes crimes.

Com o propósito de abarcar a impunidade penal como característica dessas mortes, a pesquisadora elaborou o conceito de feminicídio: “há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de

trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso, o feminicídio é um crime de Estado (LAGARDE, 2008, *apud* PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 59).

Quando a qualificação de feminicídio para designar um crime específico ainda era apenas um debate, Saffioti (2015) destacou a importância do aperfeiçoamento da linguagem para evidenciar diferenças existentes na nossa sociedade. Nesse caso, pesa o fato da palavra “homicídio” carregar explicitamente uma referência ao masculino, o prefixo de homens. Segundo a socióloga “a língua é um fenômeno social e, portanto, sujeito permanentemente de mudanças, é interessante criar novas palavras a expurguem o sexismo” (SAFFIOT, 2004, p. 51).

Foi necessário que uma década de mortes sumárias de mulheres ocorresse, impunemente, para que os feminicídios ganhassem visibilidade. A Cidade de Juarez, no México, ficou conhecida, internacionalmente, pelo assassinato e desaparecimento de dezenas de mulheres, entre 1993 e 2003. A cidade é uma das maiores do país e conta com 2,6 milhões de habitantes. A Anistia Internacional denunciou que, nesse período de dez anos, desapareceram, nesta cidade, 370 mulheres. A maioria das vítimas era operária das “maquiladoras” (empresas transnacionais que montam sucursais em países de Terceiro Mundo) surpreendidas, violadas e assassinadas no trajeto do trabalho (MENEGHEL e HIRAKATA, 2010).

Embora na perspectiva de Marcela Lagarde, o termo feminicídio já englobe a ocorrência de um genocídio feminino, a antropóloga “Rita Segato defende a criação de outra categoria dentro do feminicídio, o femigenocídio, que define como o feminicídio dirigido ao sexo feminino como um todo impessoal, ou seja, crimes letais desprovidos de qualquer carácter interpessoal” (LOBO, 2016, p. 46). A intenção dessas denominação é não pôr dúvida quanto ao fator de gênero ser motivador destes crimes. Em geral, as autoridades têm dificuldade em reconhecer o assassinato de mulheres como feminicídio, fora de uma relação íntima. No caso da Mayara, por exemplo, apesar de todas as evidências características de um crime de feminicídio, a polícia civil sustentou a hipótese de um crime de latrocínio, roubo seguido de morte. A relação informal com o assassino foi fator preponderante no rumo que as investigações tomaram.

A partir da inegável necessidade de se elaborar políticas públicas específicas para coibir os crimes de feminicídio, 16 países da América Latina adotaram legislação penal sobre femicídio/feminicídio. A primeira iniciativa partiu da Costa Rica, em 2007, seguida de Guatemala e Colômbia, em 2008. Em 2010, El Salvador e Chile. Em 2012, México, Nicarágua

e Argentina adotaram medidas, seguidos de Bolívia, Honduras, Peru e Panamá, em 2013. No ano seguinte, foi a vez de Equador e Venezuela. O Brasil foi o último a entrar para lista, instituindo, apenas em 2015, a *Lei do Feminicídio*. Recentes, as medidas demonstram a consolidação de décadas de reivindicações das feministas e ganham corpo num momento de emergência da Quarta Onda Feminista.

As medidas ajudaram a dar mais precisão aos registros e, conseqüentemente, às estatísticas. Conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), ligada às Nações Unidas, em 2016, foram registrados 1.831 casos de feminicídio em 16 países da América Latina e Caribe; enquanto, em 2015, foram registrados 1.661. Entre os anos 2010 e 2014, foram registrados, a cada ano, cerca de 1.000 feminicídios (ONU MULHERES, 2017). Na América Central, os números são ainda mais devastadores, duas em cada três mulheres são assassinadas por razões de gênero (PNUD, 2009).

Apesar dos avanços, os números ainda são imprecisos. Além de existirem países que ainda não adotaram legislação específica para estes tipos de crime, devemos considerar o despreparo de autoridades na aplicação destas medidas as quais podem levar ao subregistro dos casos que não são adequadamente tipificados como feminicídios. Falta de recursos orçamentários para aplicação de políticas públicas, despreparo dos agentes públicos, dificuldades de acesso à Justiça, além da naturalização da violência contra a mulher, são outros fatores que dificultam o combate aos feminicídios na América Latina.

Mesmo recente, a criminalização da violência contra a mulher no Brasil é considerada exemplar e possui dois importantes mecanismos legislativos que, em certa medida, complementam-se: a *Lei Maria da Penha* e a *Lei do Feminicídio*. Este duplo respaldo constitucional oferecido às vítimas ajuda na identificação do tipo de crime cometido; no entanto, a forma como é aplicada pode funcionar como obstáculo para tipificação dos crimes na sua forma mais cruel, o feminicídio.

A Lei nº 11.340, conhecida como *Lei Maria da Penha*, foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois da pressão dos movimentos feministas. O caso que dá nome à lei foi emblemático e ganhou repercussão internacional.

Ainda na década de 1980, a cearense e biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes foi vítima de tentativa de homicídio, duas vezes, pelo seu marido Marco Antônio Herredia Viveiros, um professor universitário de Economia. Primeiro, ele lhe deu um tiro pelas costas, o que a levou a ficar paraplégica; em outra oportunidade, ele tentou eletrocutá-la durante o banho numa banheira. O réu foi condenado duas vezes, mas conseguiu passar quase duas décadas em liberdade, mesmo depois da sentença. Maria da Penha teve de recorrer à

Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual demorou 18 anos, até em 2001, para responsabilizar o País, por omissão e negligência. A Organização dos Estados Americanos (OEA) recomendou ao Brasil a criação de políticas públicas que inibissem as agressões no âmbito doméstico em desfavor das mulheres<sup>20</sup>.

Levantamentos feitos à época da sanção demonstravam que havia muitas mulheres em situações ainda piores do que de Maria da Penha. Dados da pesquisa Mapa da Violência, do Instituto Sangari/2011, a partir de informações do DATASUS/Ministério da Saúde, mostraram que, entre 1998 e 2008 – período de apenas 10 anos – cerca de 42 mil mulheres haviam sido mortas no País, o que significa 10 mulheres assassinadas por dia. E 40% das mulheres foram mortas dentro de casa (OIT, 2012).

Mais do que apenas uma alteração do Código Penal, a Lei Maria da Penha dispõe sobre a criação de todo um aparato estatal de combate à violência contra a mulher, o qual serve de respaldo para crimes ocorridos além do âmbito doméstico.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2016).

Um ano antes da sanção da lei, durante seu processo de discussão e implementação, liderado pelo Consórcio de Organizações Feministas e de Mulheres, o governo federal instituiu a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e criou a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Tais mecanismos, assim como a própria abrangência da medida, fizeram a Organização das Nações Unidas (ONU) considerar, em 2008, a Lei Maria da Penha uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres (OIT, 2012).

A existência da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi essencial para a criação de toda uma estrutura institucional que viabilizasse a aplicabilidade da lei e sua manutenção. Quando foi criado, em janeiro de 2003, o órgão era ligado à Secretaria de Governo da Presidência da República. Porém, em outubro de 2015, a secretaria deixou de ter *status* de ministério, devido a uma redução de pastas, realizada pela presidenta Dilma

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Rousseff, sendo incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Em maio de 2016, o presidente interino Michel Temer extinguiu o MMIRDH e atribuiu suas funções ao Ministério da Justiça. A secretaria está sob a alçada do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, recriado em 3 de fevereiro de 2017.

A Lei nº 13.104/2015 foi um dos últimos atos simbólicos, envolvendo a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, antes de iniciado seu desmonte e corte de repasses. Instituída quase dez anos depois da *Lei Maria da Penha*, a *Lei do Femicídio*, classifica o homicídio de mulheres na categoria de crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade, como por exemplo, com mulheres grávidas, em casos envolvendo crianças e adolescentes, ou caso as mortes ocorram na presença de filhos. Entende a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando-se crime por razões de condição do sexo feminino (WAISELFISZ, 2015).

É imprescindível entender a *Lei Maria da Penha*, para avaliar a aplicação da *Lei do Femicídio*. Isso porque, conforme demonstrado, boa parte do assassinato de mulheres ocorre em ambiente doméstico, tratando-se de um tipo específico de feminicídio.

Para compreender o feminicídio íntimo é preciso retomar os parâmetros estabelecidos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) desde 2006: violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de orientação sexual (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 16).

A *Lei Maria da Penha* traz pontos importantes para evitar a ocorrência dos feminicídios íntimos, ao definir o chamado ciclo de violência. Perceber essas características podem motivar as vítimas a reconhecer uma ameaça e buscar ajuda para sair desta situação. Além disso, a determinação prevê medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência, com afastamento, ou até a prisão preventiva do agressor.

Apesar de serem, em certa medida, determinações complementares, é importante ressaltar o retrocesso verificado na *Lei do Femicídio* em relação à *Lei Maria da Penha*. A proposta inicial da lei formulada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM) definia feminicídio como:

[...] a forma extrema de violência de *gênero* que resulta na morte da mulher, apontando como circunstâncias possíveis a existência de relação íntima de afeto ou parentesco entre o autor do crime e a vítima; a prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima; mutilação ou desfiguração da

mulher, antes ou após a morte (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 13).

No entanto, o texto foi alterado durante a tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado e, no momento da aprovação no Congresso Nacional, a palavra ‘gênero’ foi retirada da Lei. A substituição dela pela expressão “sexo feminino” desconsidera os estudos – responsáveis justamente pela transformações teóricas propostas pelos movimentos feministas, os quais buscam desconstruir a noção de que o sexo não se trata de um conceito biológico e, conseqüentemente, natural. Desta forma, abre-se brecha para ocultar que há relações desiguais de poder, construídas cultural e socialmente, e que resultam em atos violentos (PRADO e SANEMATSU, 2017).

Já a Lei Maria da Penha representa um avanço muito importante nesse sentido. O uso da palavra gênero, em seu texto, permite que a medida ampare, também, mulheres que sofrem violência dentro de uma relação homoafetiva, por exemplo. Além disso, conforme definido pelo parágrafo único do artigo 5º, as relações pessoais ali enunciadas independem de orientação sexual. Desta forma, juristas passaram a interpretar que a aplicação da lei valeria, também, para outros gêneros que se identificassem com o sexo feminino (MELITO, 2016).

Apesar de *Lei Maria da Penha* considerar que a violência pode ocorrer dentro de qualquer relação íntima, verificamos a extensão restrita de sua aplicação, a qual acaba incidindo na execução da *Lei do Femicídio*. O costume de aplicar penalidades a casos de violência ocorridos dentro de relações íntimas dificulta o reconhecimento da ocorrência de feminicídios fora de uma estrutura familiar padrão. Entretanto, apenas o feminicídio íntimo se encaixa nos parâmetros estabelecidos pela *Lei Maria da Penha*, sendo a Lei nº 13.104/2015 mais abrangente. Pessoas que vivem outros tipos de relação, como por exemplo, sexo casual ou relação homoafetiva, ainda acabam se vendo desamparadas pela determinação de 2015, devido à forma parcial como é interpretada e aplicada pelos agentes do Estado.

No caso de Mayara Amaral, por exemplo, houve um debate em torno da tipificação do crime, se tratava-se de um latrocínio, roubo seguido de morte, ou um feminicídio. A investigação da polícia civil sustentou a primeira hipótese, já que o suspeito chegou a negociar a venda do carro da vítima, além de subtrair outros pertences de Mayara. Mesmo o crime apresentando características explícitas de um feminicídio, a possibilidade não foi considerada, imediatamente, pela polícia e nem pela mídia, que baseou as apurações em fontes oficiais.

É importante considerar que as primeiras apurações do crime foram apresentadas pela polícia, em coletiva de imprensa, contando com a presença dos três suspeitos de matar a

musicista. A versão ali apresentada era apenas preliminar, além de parcial. Mesmo assim, foi sustentada durante boa parte das investigações.

O teor das informações apresentadas nessa ocasião nos revela a reprodução de práticas de abordagem comuns em casos de violência contra a mulher e de feminicídios. Diversos aspectos irrelevantes foram expostos e contribuíram para um julgamento da própria vítima: o assassinato ter acontecido em um motel; o suposto sexo a três entre a vítima e dois dos suspeitos antes de ser morta; a relação informal que ela tinha com o assassino e o suposto uso de drogas por Mayara na noite do crime. Tais elementos são importantes para elucidação do crime, mas, não necessariamente se mostram eficazes para alcançar uma resposta judicial à altura. Esses aspectos, também amplamente divulgados pelos veículos de imprensa, pouco acrescentam em termos de interesse público. Além disto, tais argumentos foram utilizados como munição pela defesa do réu confesso, na ocasião do julgamento ocorrido, um ano e oito meses após o crime, em 29 de março de 2019, para influenciar o voto dos jurados. Mesmo assim o crime foi tipificado como feminicídio, sendo Luís Alberto Bastos condenado a uma pena de 27 anos e dois meses.

Diante da exploração de pormenores do crime, que muito revelam sobre o contexto da opressão vivida pela mulher na sociedade, verificamos que, além de ser morta, Mayara passou por um processo de violência institucional, comum em casos de feminicídio. Não se preservou sua privacidade; com isso, ela foi revitimizada na violação de seu direito à memória, levando a um processo de linchamento moral, causando extremo sofrimento aos amigos e familiares.

Esse julgamento e a tentativa de culpabilização da vítima tiveram influência na tipificação do assassinato de Mayara como feminicídio. Entre as dificuldades na aplicação da Lei do Feminicídio, está justamente a naturalização de certos comportamentos esperados da mulher. Quando elas subvertem esse padrão social, é como se merecessem ser punidas e perdessem o direito à defesa.

Outro fator que dificulta o reconhecimento do feminicídio é o de que as ocorrências de violência contra a mulher acabam sendo mais facilmente reconhecidas como crime, quando ocorrem dentro de uma estrutura familiar, quando praticadas pelos companheiros ou ex. No caso de Mayara, a relação não convencional entre ela e o assassino foi um fator que dificultou o reconhecimento a enquadramento do crime. Certamente, o tratamento seria outro caso a vítima mantivesse um relacionamento formal com o assassinado, publicamente assumido e com históricos de violência, por exemplo.

Nesse contexto, é interessante acionar a denominação crimes de proximidade, sugerido

por Martins e Carvalho (2016, p. 132), para não se limitar às noções de crimes passionais e circunstâncias tradicionalmente consideradas, ampliando o espectro de crimes contra mulheres “tanto em suas dinâmicas de ocorrência, quanto no estabelecimento de critérios para sua apreensão estatística”. Além disso, os autores destacam a importância de contextualizar bem esses crimes, para que seja possível reconhecê-los, inclusive, na potência política que eles representam. Apesar de a Lei do Femicídio deixar explícito que a relação íntima não é pré-requisito para o enquadramento do crime, é sob esta perspectiva que as investigações policiais e as coberturas jornalísticas ocorrem.

Diante das dificuldades em reconhecer estes tipos de crime, foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (ONU MULHERES, 2016). O documento, que visa promover o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e julgamento desses crimes, coloca como feminicídio a morte de mulher, cometida por pessoa com quem a vítima tenha tido vínculo íntimo, tais como marido, companheiro, amante. Porém, também, reconhece o feminicídio não íntimo, que inclui a possibilidade do crime ser cometido por um amigo, alguém com quem a vítima tenha se negado a ter uma relação sentimental ou sexual, ou, até mesmo, um estranho (PRADO e SANEMATSU, 2017). Desse modo, o documento não deixa dúvidas quanto ao caráter da relação entre Mayara e seu algoz.

Para tipificar adequadamente o crime, é preciso compreender como as razões de gênero influenciaram ou não no desfecho fatal. A análise das circunstâncias, dos meios e modos empregados para a prática do crime, assim como as características do agressor e da vítima e o histórico de violência podem ajudar a revelar as razões de gênero por trás do assassinato de uma mulher (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 53).

Há, ainda, no assassinato violento de Mayara, outros elementos que permitem identificar razões de desigualdades de gênero como motivação, por exemplo, a tentativa de limitação profissional e econômica, já que o autor roubou o carro e instrumentos de trabalho da vítima. Mais tarde, soube-se que, na verdade, essas atitudes ocorreram na tentativa de ocultar o crime. Também, é evidente o desprezo pela mulher e pelo feminino, na forma como ocorreu feminicídio. As marteladas despendidas justamente na cabeça de Mayara são muito emblemáticas. É como se o autor tivesse a intenção de destruir o cérebro da vítima, símbolo da autonomia intelectual da pesquisadora. Além disso, o corpo foi jogado em um matagal, vestido apenas de roupa íntima e, posteriormente, incendiado, negando à vítima a preservação física – sua beleza por assim dizer -, mesmo depois de morta. Assassinatos com requintes de crueldade são característicos nos casos de feminicídio, bem como, o uso de instrumentos que

causam dor e sofrimento à vítima<sup>21</sup>.

O interessante e, ao mesmo tempo, desafiador, na *Lei do Femicídio*, é a amplitude de sua aplicação. Instituída para tornar mais severa as punições para casos de violência contra a mulher, a Lei nº13.104, de 9 de março de 2015, altera o Código Penal Brasileiro e coloca o crime de feminicídio como circunstância qualificadora do delito de homicídio. A medida alterou também a Lei nº 8.072/90, a lei de crimes hediondos. Esta foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, um dia após as celebrações do Dia Internacional da Mulher, realizadas em 8 de março. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

Antes de se falar da aplicação da medida, é importante mostrar o contexto que motivou a sua sanção. No ano em que foi instituída, a segunda edição especial do Mapa da Violência – Homicídios de Mulheres no Brasil, divulgada em 2015, apresentou o quantitativo dessas mortes no intervalo de 1980-2013. Conforme os registros do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), nessas mais de três décadas, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número, quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres, em 1980, para 4.762, em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que, em 1980, era de 2,3 vítimas por 100 mil, passou para 4,8, em 2013, um aumento de 111,1%. Na época, esta taxa colocava o Brasil na quinta posição em um *ranking* de 83 nações. No levantamento anterior, realizado em 2010, o País estava na 7ª posição.

Ao aplicarmos um recorte racial às esses números, como propõe a metodologia da interseccionalidade, verifica-se uma discrepância considerável e importante para entender como a violência contra mulher sofre a influência de outros problemas sociais, como o racismo e a pobreza, já que as classes sociais mais baixas são formadas, na sua maioria, por pessoas negras e pardas. Além disto, podemos somar a esses fatores até mesmo a questão do acesso mais facilitado à informação, por mulheres de classes sociais com maior poder aquisitivo. Conforme o levantamento de 2015, o número de mortes violentas de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013 (WAISELFISZ, 2015).

Nesse levantamento, Mato Grosso do Sul, estado onde ocorreu o feminicídio de Mayara Amaral, apresentou a nona maior taxa de homicídio de mulheres, enquanto Campo

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao). Acesso em: 29 jun. 2019.

Grande ficou na 23ª posição entre as capitais. No *ranking* dos 100 municípios com mais de 10 mil habitantes do sexo feminino, com as maiores taxas, figuraram as cidades de Caarapó (32°), Amambai (34°), Jardim (77°) e Aparecida do Taboado (94°).

Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2018, registrou nos 12 meses de 2017, a ocorrência de 4.539 homicídios de mulheres. Aumento de 6,1% em relação a 2016. Do total registrado, 1.133 foram considerados, pela polícia, como feminicídio. O órgão responsável pela pesquisa acredita que o número de feminicídios registrado poderia ser ainda maior. O pouco tempo de vigência da lei, sancionada em 2015, além da dificuldade de a polícia reconhecer os crimes, foram apontados como explicação para existência de subnotificações. No relatório, Mato Grosso do Sul apareceu em situação melhor em relação ao Mapa da Violência, ficando na 13ª posição, com 27 feminicídios em 2017. Número menor do que em 2016, quando foram registrados 34 crimes desse tipo no estado.

Organizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Câmara dos Deputados, o Mapa da Violência Contra a Mulher 2018 faz uma importante constatação quanto aos feminicídios registrados naquele ano. Conforme o documento, em 2018, 15.925 mulheres foram assassinadas em situação de violência doméstica.

Esses dados mostram uma diferença significativa quando comparados com as informações de órgãos de Segurança Pública. A imprensa noticia 3,8 vezes mais feminicídios do que o registro policial. Muito disso deve-se ao processo de determinação em cada esfera. Enquanto a imprensa faz uma categorização prévia, um registro de homicídio de mulheres em situação de violência doméstica, identificando o feminicídio em sua natureza fática; os órgãos de segurança pública ainda possuem resistência em categorizar o mesmo crime como homicídio doloso praticado contra a mulher por “razões da condição de sexo feminino”. Algumas das razões para isso estão relacionadas com a comprovação material do dolo e com o machismo institucional que ainda persiste em muitas instituições de Segurança pública (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 53).

Tal constatação demonstra maior abertura da imprensa em identificar os feminicídios do que os próprios órgãos do Estado, responsáveis por investigar e julgar esses casos. Devemos lembrar que, apesar disso, os veículos de comunicação ainda demonstram dificuldade em abordar os casos de violência contra mulher, e boa parte dos obstáculos para melhor elaboração das notícias ocorre pelo fato de as instituições serem uma fonte de informação dos jornalistas. Logo, se o Estado pratica machismo institucional, a imprensa acaba reproduzindo isso. No caso de Mayara, por exemplo, a coletiva de imprensa realizada para apresentação dos suspeitos de cometer o crime, ainda no início das investigações, levou a uma série de violações à memória da vítima, como mostraremos nos capítulos seguintes.

Os dados levantados pela Câmara dos Deputados apontam que a maioria (90,8%) das

vítimas de feminicídio são mulheres entre 18 e 59 anos. Cerca de 6,7% das vítimas possuíam menos de 18 anos de idade. As idosas foram vítimas de feminicídio em 6,7% dos casos noticiados pela imprensa brasileira entre janeiro e novembro de 2018. No que se refere à natureza do crime, a maior parte dos assassinos dessas mulheres foi cometido por seus companheiros, ex-companheiros, namorados e esposos. Eles representam 95,2% dos algozes. Os parentes, em especial os pais, avós, irmãos e tios, respondem por cerca de 4,8% da autoria dos crimes.

Nesse levantamento, Mato Grosso do Sul figura entre os quatro estados com maior número de feminicídios noticiados. Em São Paulo, influenciado pelo volume populacional, há a maior concentração de notícias sobre feminicídio. Foram mais de 3 mil casos veiculados pela imprensa. Em seguida: Rio de Janeiro (1.186 casos), Distrito Federal (869), Bahia (788) e Mato Grosso do Sul (786).

Devemos considerar diversos aspectos para oscilação dos dados referentes a Mato Grosso do Sul; entre eles, o aprimoramento dos mecanismos de combate à violência contra a mulher no estado. Os altos índices levaram a Capital, Campo Grande, a ser o primeiro município do País a ter uma Casa da Mulher Brasileira. O espaço foi inaugurado em janeiro de 2015, poucos meses antes da sanção da *Lei do Feminicídio*.

O espaço, que, também, foi uma iniciativa da SPM, integra serviços especializados para os diversos tipos de violência contra a mulher: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. Tal estrutura oferece a possibilidade de um atendimento mais humanizado<sup>22</sup>, além de evitar que as mulheres vítimas de violência enfrentem a chamada “rota crítica”:

[...] o caminho fragmentado e tortuoso que a mulher percorre buscando o atendimento do Estado, arcando com as dificuldades estruturais existentes, como de transporte de um atendimento para outro, repetindo o relato da violência sofrida reiteradas vezes e, ainda, enfrentando com frequência a violência institucional por parte de profissionais que, pouco sensibilizados, reproduzem discriminações contra as mulheres nos serviços de atendimento (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

Apesar desta estrutura, é preciso considerar que inúmeros casos de feminicídio ainda são subnotificados, ou seja, carecem de registros adequados ou não são corretamente

<sup>22</sup> Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulher – SPM. **Casa da Mulher Brasileira**. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

enquadrados, tanto nas delegacias, quanto no próprio trâmite do processo na Justiça. Embates como esse podem ser verificados no próprio caso de Mayara Amaral.

O projeto Menina dos Olhos, desenvolvido pelo Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul (MPE), a partir de 2017, realizou o cadastramento de todos os delitos de feminicídio consumados ou tentados ocorridos no Estado, a fim de monitorar os inquéritos policiais e processos judiciais. O levantamento traz um panorama regional de como funciona a tramitação desses casos, em instâncias do Estado, até o seu julgamento.

Conforme o dossiê do projeto, divulgado em agosto de 2017, no 1º ano da vigência da lei do Feminicídio, de 09/03/2015 a 08/03/2016, identificou-se um total de 51 ocorrências registradas como feminicídio em Mato Grosso do Sul. Apesar de a maior parte destes casos ter sido apurada e encaminhada à Justiça – três foram arquivados devido ao suicídio do autor, logo depois de ter cometido crime -, houve a desclassificação do crime de feminicídio em onze ocorrências, sendo denunciadas como crime de lesão corporal ou ameaça. Do total de 35 feminicídios consumados e tentados, 16 foram julgados, com a condenação dos réus, e 19 aguardavam julgamento, até o período analisado.

No 2º ano da vigência da lei do Feminicídio, 09/03/2016 a 08/03/2017, os registros praticamente dobraram. Identificou-se um total de 98 ocorrências. Foram denunciados 69, sendo 28 consumados e 41 tentados. Deste total, 12 foram julgados, os réus condenados, e 57 ainda aguardavam julgamento. Além disso, no ano de 2017, de 01/01/2017 até 22/08/2017, foram registradas 42 ocorrências de feminicídios, sendo 16 consumados, e 26 tentados<sup>23</sup>. No primeiro semestre de 2018, os dados ainda são alarmantes. Foram registrados 30 boletins de ocorrência, com 21 vítimas fatais e 10 tentativas de feminicídio.

Os diferentes levantamentos apresentados demonstram uma preocupação em registrar os feminicídios de forma quantitativa. No entanto, tais dados nos trazem uma realidade superficial e parcial dos casos, agravados pelas subnotificações. Martins e Carvalho (2016), ao discutirem os crimes de proximidade contra mulher em razão do gênero, ressaltam o caráter limitante desses estudos no sentido de fazer o enfrentamento político e legal. Para os pesquisadores “[...] os dados estatísticos estão longe, por exemplo, da indicação precisa do número de mortes, das circunstâncias em que elas ocorreram e de outros dados que permitam compreender detalhes das dinâmicas de ocorrência, particularmente aquelas relativas aos agressores” (MARTINS; CARVALHO, 2016, p. 138). No entanto, é importante considerar

---

<sup>23</sup> Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul – MPE/MS. **Projeto “Menina dos Olhos”**. 2017. Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/downloads/dossie-feminicidio.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

que, por conta da fragilidade das notificações, alguns desses levantamentos se respaldam no próprio registro feito pela imprensa dos casos de feminicídio.

## **2. DISPUTA DE NARRATIVAS: O FEMINISMO NAS REDES, NAS RUAS E NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA**

Embora os casos de feminicídio abordados pela imprensa apresentem elementos de desprezo pela condição das vítimas – seja na escolha das palavras utilizadas ou das imagens que acompanham esta produção –, esta característica não é exclusividade de coberturas factuais do jornalismo policial, caracterizado por um seguimento jornalístico focado em cobrir o desempenho das instituições responsáveis pela administração das infrações legais dos cidadãos, e que com grandes chances de trazer coberturas sensacionalistas<sup>24</sup>.

A percepção dicotômica (megera e imaculada) a que tentaram resumir a mulher ao longo da história é, nitidamente, reproduzida pela imprensa. Mesmo os veículos jornalísticos destinados a este público funcionaram e ainda funcionam como uma espécie de reforço à manutenção desses estereótipos, chegando, algumas vezes, a formas ainda mais cruéis.

É o caso da imprensa feminina, que reforça, de forma romantizada, a condição subalterna da mulher na sociedade. Buitoni (2009), ao analisar a utilização da mulher como mito, nesses veículos, afirma que, além de uma constante cultural, esta produção especializada tem, ao longo dos séculos XIX e XX, separado qualidades ideais de realidade, além de insistir em chavões como “eterno feminino” e “mundo da mulher”. “Os temas tradicionais da imprensa feminina resumem-se a meia dúzia de itens: moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades, um conto etc.” (BUITONI, 2009, p. 25).

A cobertura jornalística estereotipada, supondo ser de interesse da mulher apenas amenidades, acaba contribuindo para a perpetuação do sentimento de inadequação a determinados padrões - de comportamento e beleza. Esta imposição impacta muitas mulheres, levando-as a diversos tipos de violência, inclusive de forma simbólica, como afirma Bourdieu (2012), e em diferentes ambientes. Verifica-se, em alguns casos, um sentimento de culpa pela agressão sofrida, justificada, inclusive, pela falta de enquadramento por parte das vítimas a esses padrões.

É importante ressaltar que essas representações têm origem em um determinado padrão feminino em que muitas mulheres não se encaixam. Mesmo a histórica contraposição entre as representações sacras e profanas do feminino são calcadas em parâmetros, na maior

---

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas1\\_c.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas1_c.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2019.

parte, ocidentais, brancos e heterossexuais, excluindo disso negras, índias orientais, homossexuais e uma gama de outras diversidades. Davis (2016) mostra como a construção de estereótipos fortemente difundidos em determinados momentos, além de subjugar a mulher branca, excluíram a mulher negra escravizada de forma estética e intelectual, ignorando, inclusive, o contexto que viviam no âmbito doméstico:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 24).

Como consequência dessas construções sociais, as representações reproduzidas pela imprensa podem adquirir caráter arriscado ao passarem a imagem da mulher de uma condição passiva - a consumidora de amenidades, pouco representativa nos espaços ditos sérios, modelos para disseminação de padrões de beleza, alvos de erotização - para uma condição agressiva em casos envolvendo a violência. Esses padrões são ainda mais específicos, conforme as diversidades sociais presentes em uma mesma mulher.

A pesquisadora Rachel Moreno (2012) dá a esses padrões adotados pela mídia o nome de invisibilidade seletiva, apontada por ela como um dos elementos responsáveis pelo cerceamento do direito universal à expressão. “A mídia se apropria seletivamente de determinados comportamentos nos quais decide focar, em detrimento de outros, que ficam à sombra. Seleciona os que lhe interessam ou os que não consegue mais ignorar” (MORENO, 2012, p. 29). Os casos de violência de gênero são um exemplo nítido de como os polos destas abordagens podem ser cruéis e impactar de forma negativa na sociedade.

A violência de gênero aparece também, mas sempre isolada de seu contexto, ponderações, consequências – torna-se visível somente quando tem o potencial de atrair e prender a atenção -, personalizando-a, explorando imagetivamente o sofrimento e espetacularizando-a enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (como quando se exibiu, por dias a fio, a história do sequestro de Eloá, no ABC paulista; mas os suicídios ou as tentativas de estupro no metrô não são noticiados) [MORENO, 2012, p. 26].

O caso citado por Moreno (2012) é emblemático para exemplificar como a imprensa vem abordando os casos de feminicídio. A adolescente Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, foi

mantida em cárcere privado e, depois, morta pelo ex-namorado, em outubro de 2008, em Santo André-SP. A interferência dos meios de comunicação marcou este caso. Prova disso foi a entrevista concedida por telefone, pelo ex-namorado de Eloá, Lindemberg Alves, 22 anos, ao programa “A Tarde é sua”, da Rede TV, apresentado pela jornalista Sônia Abrão, enquanto ele mantinha a adolescente presa no apartamento, sob a mira de um revólver. A entrevista foi marcada pela forma cordial como os jornalistas trataram Lindemberg, buscando minorar a situação, tratando-a como uma fatalidade, um crime “passional” isolado, o que demonstra total desprezo pela condição da vítima e deixa de lado qualquer aspecto de gênero existente no fato. A iniciativa foi repetida por outros veículos de comunicação. Um ano depois, foi divulgado que meios de comunicação disputavam uma exclusiva com o assassino; portanto, tratando-o como uma celebridade<sup>25</sup>.

A mídia acabou transformando uma tragédia em espetáculo e, como em outros muitos casos, promoveu a notoriedade dos autores dos crimes. Mesmo diante das possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias e da capacidade crítica dos consumidores de informação, as abordagens jornalísticas, por serem elementos de consulta das audiências, podem desempenhar papel tanto no sentido de intensificar as opressões, quanto de reduzi-las. “A imprensa tem um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre o feminicídio” (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 141).

Apesar das reconfigurações, ao longo dos anos, quanto ao papel do jornalismo na sociedade, atender ao interesse público ainda é o preceito básico da profissão. Abrir mão dessa parte essencial da imprensa poderia implicar a deterioração do próprio discurso de autolegitimação que o sustenta. Conforme Wilson Gomes (2009), a imprensa surge num contexto de alinhamento com o discurso burguês, liberal e iluminista, em que princípios da liberdade de opinião, de autonomia em relação ao Estado e de afirmação democrática estavam em voga. Posteriormente, o Jornalismo passa de um conjunto de serviços, exclusivamente destinados a suprir a arena da opinião civil, para de serviços voltados à promoção do mercado de informações segundo o interesse das audiências, a chamada imprensa empresarial. Impactado pelas transformações econômicas e políticas, o Jornalismo, mesmo em contexto de restrita participação popular nas decisões, sustenta-se na prestação de serviços.

---

<sup>25</sup> VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. O caso Eloá: análise da abordagem de feminicídio na mídia. In: *Fazendo Gênero 9: Diáspora, Diversidades e Deslocamentos*, 2010. Disponível em : <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299010\\_ARQUIVO\\_semiramis-eloafeminicidio.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299010_ARQUIVO_semiramis-eloafeminicidio.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

[...] à esfera civil, disponibilizando os repertórios de informação, os estoques cognitivos – ainda mais necessários em tempos de desmobilização cívica e de distanciamento crescente entre esfera civil e esfera política – de que a cidadania necessita para tomar posição nos campeonatos eleitorais (GOMES, 2009, p. 78).

Na tentativa de entender o papel da imprensa nos dias atuais, Gomes (2009) cogita a possibilidade de retomada do público, a partir do discurso de autolegitimação do Jornalismo, mantendo-o como serviço de interesse público e transformando o sujeito em leitor. No entanto, o pesquisador alerta para as consequências graves, especialmente no que tange à ética jornalística, afinal, nem sempre, o que é de interesse do leitor condiz com os valores da profissão. Além disso, o pesquisador reconhece que há outros princípios que legitimam o jornalismo, como a instantaneidade, não sendo o interesse público algo absoluto a orientar essa prática. No entanto, todos eles exigem um contrato de confiança imprescindível à manutenção do ofício.

O jornalismo se apresentará na cena contemporânea como a instituição por excelência num tipo de mediação preciosa entre o indivíduo e o mundo, a mediação representada pelos quadros temporais de informação, dos quais crescentemente depende para orientar escolhas, basear planejamentos, formar a própria opinião, montar perspectivas, selecionar pessoas, instituições e posições, formar afetos e disposições internas, construir sonhos e esperanças (GOMES, 2009, p. 86).

Entendemos as tensões e dificuldades enfrentadas nas redações e nas coberturas jornalísticas; no entanto, é preciso ter um horizonte normativo para exercer o ofício. Diante do contrato com o leitor a que se refere Gomes (2009), é compromisso dos jornalistas e dos veículos de imprensa o aperfeiçoamento das práticas jornalísticas, inclusive diante do processo de interação com o público, podendo a ausência de autocrítica resultar em grandes desgastes ao Jornalismo. Casos como o de Eloá e Mayara são exemplos de quando a imprensa, de alguma forma, falha no cumprimento de seu papel.

As notícias e reportagens produzidas sobre casos de violência contra mulheres costumam reforçar estereótipos, culpabilizam a mulher, revitimizando-as; abordam o crime de forma sensacionalista; desconsiderando a memória da própria vítima e seus familiares; por exemplo, ao abordar aspectos da vida íntima, que, em geral, nada acrescentam em termos de informação. Prado e Sanematsu (2017) destacam, ainda, aspectos como a recusa do termo ‘feminicídio’, o uso de expressões como ‘crime passional’, ‘ciúmes’, autor ‘fora de si’ ou ‘descontrolado’, para tentar justificar a ocorrência dos crimes. Tais elementos, frequentemente utilizados pelos autores e sua defesa, e, também, por autoridades responsáveis pelas investigações, são reproduzidos com grande destaque pela imprensa. Estes elementos, somados a outros, ajudam a reforçar estereótipos sobre papéis de gênero e comportamentos

socialmente esperados das mulheres.

Ao noticiar um feminicídio, raramente a imprensa estimula uma reflexão sobre as causas daquela violência. Sabe-se que muitas dessas mortes envolvem um contexto de desrespeito e menosprezo à condição feminina, por vezes até de misoginia e ódio. Fora da situação de violência doméstica, são exemplos de feminicídio os assassinatos de mulheres acompanhados de violência sexual e/ou mutilação dos corpos, especialmente em áreas como seios, genitais e rosto (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 145).

Na cobertura jornalística do caso Mayara Amaral, podemos verificar algumas dessas características. Apenas no título da notícia “Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro<sup>26</sup>” já identificamos certos elementos. Embora tenha sido baseada em informações preliminares da investigação policial, encontramos, nessa notícia, a tentativa de justificar o crime (queria roubar carro), além do destaque ao local em que o feminicídio teria ocorrido (um motel), sendo que este último elemento evidentemente não muda o fato de a vítima ter sido espancada até a morte e, muito menos, a intenção da dupla em roubar o veículo, hipótese, inclusive, descartada no decorrer da investigação. No texto, por exemplo, ainda aparece a seguinte frase “No local, os dois teriam mantido relações sexuais com a jovem, segundo os suspeitos, com o consentimento dela”. Aqui, é nítida a necessidade das autoras da notícia em evidenciar os aspectos íntimos da vítima e o fato de ter ocorrido com seu consentimento, mesmo ela não estando mais ali para confirmar tais acontecimentos.

Estes exemplos são sinais da pouca preocupação dos jornalistas em saber os motivos que levaram até o feminicídio. Mesmo o assassino tendo reconhecido que se relacionava com a vítima antes daquele episódio, a notícia em questão não contextualiza a relação e se havia histórico de violência. Além disso, o caso foi abordado de forma ampla no período que ocorreu, diferente do seu desenlace, que não ganhou os mesmos destaques nas páginas policiais, passando, assim, uma percepção de impunidade (MORENO, 2012, p. 80). No capítulo 3, vamos evidenciar que as notícias do caso Mayara se concentraram nos dois primeiros meses depois da descoberto o assassinato. Com o desdobrar das investigações, foi revelado que, dias antes de morrer, Mayara havia cogitado romper o relacionamento com o assassino, elemento que reforça ainda mais a tese de feminicídio. A naturalização da ideia de posse do homem sob a mulher acaba sendo um dos motivos que, comumente, leva a estes crimes. Mesmo assim, tal fator foi, ao menos inicialmente, ignorado pela imprensa.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Uma abordagem de qualidade por parte dos veículos de comunicação é essencial não só para informar os leitores, mas, também, para uma resolução justa do crime. Sem isso, a mídia acaba agindo como cúmplice da violência contra a mulher (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015). Em casos com grande repercussão na imprensa, operadores do sistema de Justiça admitem que a mídia pode influenciar no processo penal “tudo o que for veiculado na imprensa, respeitadas as regras processuais, poderá ser usado no plenário do júri, para beneficiar ou prejudicar a defesa do réu (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 142).

Apurações mais precisas, checagem dos fatos e interpretação da lei não carecem de conhecimento especializado sobre determinadas questões, como as de gênero, nos casos de feminicídio. Além disso, considerar os próprios parâmetros estabelecidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007) ajudam na elaboração de uma abordagem mais reflexiva, cumprindo-se o papel social do Jornalismo.

Em seu artigo 6º, o código coloca entre os deveres do jornalista “divulgar os fatos e as informações de interesse público”; “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”; além de “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias”; e “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”. O artigo 11 define que o profissional não pode divulgar informações “de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”<sup>27</sup>.

O respeito a estas determinações contribui para a qualidade das coberturas jornalísticas, especialmente em casos de violência. Além disso, estimulam outras formas de apuração, em alternativa às desgastadas técnicas adotadas, rotineiramente, nas redações, acabando por limitar o Jornalismo, algumas vezes, sujeitando-o a abordagens cruéis. Em casos de feminicídio, é importante saber que o problema individual é apenas uma oportunidade para estabelecer uma conexão com os aspectos socioculturais envolvidos, como noções de desigualdade de direitos e sentimentos como posse, controle e direito sobre o corpo e vida das mulheres (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 144).

Para auxiliar nas coberturas jornalísticas relacionadas aos casos de feminicídio, o “Dossiê violência contra as mulheres”, organizado pela Agência Patrícia Galvão, traz algumas

---

<sup>27</sup> Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, 2007. Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2018.

orientações aos jornalistas e às jornalistas que se deparem com pautas envolvendo o assassinato de mulheres, no dia a dia das redações. As apurações preliminares devem ser acompanhadas de duas perguntas “esse assassinato poderia ter sido evitado?” e “o crime teria ocorrido da mesma forma se a vítima fosse um homem?”.

Tais questionamentos possibilitam superar um dos problemas mais comuns nessas coberturas: o de raramente estimular a reflexão sobre as causas da violência contra as mulheres. O dossiê coloca, ainda, em destaque, a necessidade de romper com a “régua maniqueísta” utilizada para medir o grau de culpabilidade nesses casos. “Em um extremo, a mulher que se encaixa no papel socialmente esperado; no outro, o monstro agressor” (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

Outras orientações são dadas no sentido de ver, no crime abordado, uma oportunidade de ampliar o debate sobre as desigualdades de gênero:

Além de evidenciar os casos em que o Estado falhou ao não evitar essas mortes violentas, a imprensa pode mostrar também como a sociedade vem falhando ao educar meninos e meninas para se relacionarem de forma respeitosa e não-violenta. Como construtor e destruidor de preconceitos e estereótipos culturais que moldam visões e comportamentos, o jornalismo pode contribuir para a promoção de debates mais aprofundados sobre as raízes da violência contra as mulheres e a importância de uma educação que aborde a igualdade de gênero e o respeito à diversidade e aos direitos humanos (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

A pesquisadora e jornalista Débora Prado (2018)<sup>28</sup> propõe a utilização de uma “lente desnaturalizada e engajada” para abordar os casos de violência contra a mulher. Entre os exemplos colocados por ela, estão: revelar construções e naturalizações; informar sobre a real magnitude da violência de gênero; divulgar e avaliar os serviços disponíveis/cobrar as ausências; buscar causas, fatores e soluções; estimular/apoiar mobilizações; acompanhar os debates sobre as propostas legislativas; mostrar que o combate à violência contra as mulheres é um compromisso assumido pelo Estado brasileiro, ao assinar tratados e convenções internacionais; quebrar a invisibilidade da diversidade das mulheres, de nossas vivências e nossos saberes; questionar paradigmas hegemônicos, como neutralidade, objetividade, universalidade, pares de oposição; valorizar referências/vozes não hegemônicas; romper hierarquias; contribuir com críticas para problemas, buscando superá-los.

---

<sup>28</sup> Estas informações foram apresentadas pela jornalista coordenadora de projetos do Instituto Patrícia Galvão e pesquisadora, Débora Prado, na palestra “Desigualdades, gêneros e comunicação”, realizada no dia 15 de junho de 2018, no Intercom Centro-Oeste, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande-MS.

Apesar da necessidade de aperfeiçoamentos das coberturas jornalística, é preciso considerar, também, as mudanças ocorridas, principalmente, pelo aumento na capacidade de diálogo com o público. “Recentemente as mídias tradicionais, têm abarcado com mais frequência temas minoritários, como diversidade e injustiças relacionadas a gênero, sexualidade e padrões de beleza. Essa virada certamente é fruto da pressão das redes” (COSTA, 2018, p. 55). Com o surgimento da Quarta Onda Feminista, cuja principal característica está justamente na forte aliança com as tecnologias, podemos verificar no Brasil, especialmente a partir de 2013, o surgimento de vários veículos de comunicação *online* focados em trabalhar, exclusivamente, com conteúdo feminista, sob uma ótica engajada e contra-hegemônica, como o proposto por Prado. Alguns exemplos de *bloggers*, *youtubers* e *sites* com esta proposta são o Blogueiras Negras, Não me Kahlo, *Think Olga*, Blogueiras Feministas, Nós Mulheres da Periferia, Revista AzMina e *Canal das Bee*.

A maior parte dessas iniciativas pode ser classificada como o que Malini e Antoun (2013) chamam de midialivrismo ciberativista. Segundo esses autores:

[...] o midialivrismo ciberativista reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias, e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação *um-todos* (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 21).

Esse tipo de plataforma surge a partir de iniciativas de caráter ciberativistas, ou seja, mobilizações coletivas que se desenvolvem, simultaneamente, em redes sociais físicas e digitais. Aliada aos feminismos, estas ações ganham, também, a alcunha de Ciberfeminismo. No entanto, é importante destacar que tais práticas não param no âmbito *online* e, além de ganhar as ruas, há uma “transposição das redes para o papel” (COSTA, 2018, p. 55). Estes conceitos e suas relações com o feminicídio da musicista Mayara Amaral serão tratados, com mais detalhamento, no próximo item.

## **2.1. Imediatismo, difusão e subjetividade: o feminismo e a reconfiguração dos movimentos sociais**

Para entender as práticas que caracterizam as mobilizações de uma suposta Quarta Onda Feminista, cujas estratégias ganham maior potência e alcance com o uso das tecnologias e das redes sociais na internet, é importante lembrar que há contexto mais amplo, com extensa e complexa bagagem histórica, a dos movimentos sociais. Maria da Glória Gohn (1997), ao

realizar um apanhado dos paradigmas, conceitos e das categorias dos movimentos sociais, fala da dificuldade em teorizá-los. Conforme a pesquisadora, o maior desafio estaria no fato de que eles acontecem fora das estruturas convencionais de organizações sociais e, na maioria das vezes, questiona-nas e trazem alternativas aos modelos sociais, econômicos e culturais existentes. Na tentativa de não isolar e reduzir a complexidade deste conceito a uma definição específica, ela busca reconhecê-los como:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sobre as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se transformam e acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos (GOHN, 1997, p. 19).

Apesar da intensa dinâmica e diversidade dos movimentos sociais, nesta dissertação, verificamos que as mobilizações feministas, especialmente as desenvolvidas na Quarta Onda, aproximam-se do paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Além de recente - passou a ser constituído ao final dos anos 1970 e início dos 1980 -, esta perspectiva é a que melhor dialoga com as mobilizações nas redes sociais e, também, tem forte influência nos estudos sobre movimentos sociais da América Latina, que constituem o interesse desta pesquisa. Apesar de a teoria dos Novos Movimentos Sociais ter origem europeia, com a globalização da economia e das mobilizações sociais dos anos 1990, ela, assim como outras, acabou se internacionalizando e constituindo, especialmente no contexto latino-americano, posturas metodológicas híbridas. Conforme Gohn (1997, p. 15), este paradigma “parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais”.

A pesquisadora afirma que os NMS são constituídos de três características. A primeira seria a construção de um modelo social baseado na cultura. Isto representa um rompimento parcial com a perspectiva anterior, a marxista, que tinha uma visão estruturalista da cultura. Apesar de continuar a considerar a cultura como ideologia, os NMS minimizam o atrelamento íntimo entre ideologia e consciência de classe, que caracterizavam fortemente as definições anteriores de movimentos sociais.

O rompimento com o Marxismo, também, ocorre no âmbito da ação dos indivíduos. É daí, que surge a segunda principal característica dos NMS. Conforme Gohn (1997), o Marxismo trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade.

Dessa forma, ele não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, como o cultural, que acabam submetidos ao campo econômico. Sendo assim, o que há de inovador nos NMS é “o retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas” (GOHN, 1997, p. 122).

A terceira característica deste paradigma é o surgimento de um novo sujeito histórico. O que antes era predeterminado e redutor de humanidade passa a um conceito quase oposto e com maior número de possibilidades.

Ao contrário, o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários (GOHN, 1997, p. 122).

Analisando as mobilizações decorrentes do assassinato da musicista Mayara Amaral, podemos constatar algumas dessas características. Por exemplo, o fato de a luta contra o feminicídio não estar necessariamente ligada a uma classe social específica, aglutinando perfis diversos, tanto nas manifestações em rede, quanto nas ruas. Porém, é preciso considerar que embora baste se identificar com o gênero feminino para ser vítima deste crime, a comoção poderia não ocorrer da mesma forma, caso se tratasse de uma mulher negra e periférica, por exemplo. A metodologia da interseccionalidade propõe o cruzamento de diferentes tipos de opressão para análises mais precisas, o que dialoga com as configurações dos NMS. Apesar de essa pesquisa não debater de forma aprofundada as contradições dos NMS, é necessário considerar que os rompimentos com paradigmas anteriores podem não seguir o mesmo ritmo das mudanças sociais e, por isso, alguns conceitos e algumas práticas, inclusive os colocados em debate nesse trabalho, não dão conta de ser totalmente explicados pelos NMS.

A partir dessa reflexão, retomamos a ideia de Gohn (1997) de que os movimentos sociais estão em constante transformação, podendo, inclusive, voltar a dar destaque a elementos que estiveram esquecidos por algum tempo, já que, não obrigatoriamente, seguem uma lógica linear. Tais possibilidades explicam a heterogeneidade dos NMS da América Latina frente a dos países europeus, como ressalta Boaventura de Sousa Santos (2001). Independentemente das influências regionais, estes movimentos já trazem consigo a complexa possibilidade de viver, na mesma intensidade, a hegemonia do mercado e a luta contra ele. Isso, somado à diversidade dos movimentos, acaba tornando ainda mais desafiadora a criação de um novo paradigma baseado em experiências regionais.

Ao identificar as características que os NMS da América Latina introduziram nas

décadas de 1980 e 1990, na relação regulação-emancipação e na relação subjetividade-cidadania, o sociólogo português destaca a complexidade que os NMS carregam, além de identificar algumas características que podem ser constatadas nas mobilizações em rede, em especial, aqui desencadeadas após o feminicídio de Mayara Amaral, como a relação mais horizontal entre os sujeitos participantes e o diálogo com mobilizações mundiais de combate à violência contra a mulher.

La novedad más grande de los NMSs reside en que constituyen tanto una crítica de la regulación social capitalista, como una crítica de la emancipación social socialista tal como fue definida por el marxismo. Al identificar nuevas formas de opresión que sobrepasan las relaciones de producción, y ni siquiera son específicas de ellas, como son la guerra, la polución, el machismo, el racismo o el productivismo; y al abogar por un nuevo paradigma social, menos basado en la riqueza y en el bienestar material del que, en la cultura y en la calidad de vida, denuncian los NMSs, con una radicalidad sin precedentes, los excesos de regulación de la modernidad. Tales excesos alcanzan no sólo el modo como se trabaja y produce, sino también el modo como se descansa y vive; la pobreza y las asimetrías de las relaciones sociales son la otra fase de la alienación y del desequilibrio interior de los individuos; y finalmente, esas formas de opresión no alcanzan específicamente a una clase social y sí a grupos sociales transclasistas o incluso a la sociedad en su todo (SANTOS, B., 2001, p. 178).

Diferentemente de Gohn (1997), Santos (2001) faz uso de um linguajar menos científico para caracterizar os Novos Movimentos Sociais. Numa comparação com o que ele chama de velhos movimentos sociais, como o movimento dos trabalhadores na América Latina, ele constata algumas diferenças, como a transformação na noção de temporalidade necessária à emancipação. O que, antes, tinha como objetivo uma libertação futura, a qual seria possível apenas com a supressão da opressão existente, passa a constituir uma luta por objetivos mais imediatos, sem, necessariamente, a superação das dominações anteriores e ainda presentes.

Al contrario, la emancipación por la que se lucha, tiene como objetivo transformar lo cotidiano de las víctimas de la opresión aquí e ahora y no en un future lejano. La emancipación o comienza hoy o no comienza nunca. De ahí que los NMSs, con la excepción parcial del movimiento ecológico, no se movilicen por responsabilidades intergeneracionales (SANTOS, B., 2001, p. 178).

No caso dos movimentos feministas, por exemplo, ao mesmo tempo em que se verifica a ampla conquista do sufrágio feminino, principal reivindicação da Primeira Onda Feminista; três ondas depois, a naturalização de comportamentos pelo sexo e a violência contra a mulher continuam a ser alvo das lutas que pautam a Quarta Onda Feminista.

Santos (2001) destaca, também, como característica desses movimentos sociais, o

caráter global-local de suas pautas de mobilizações. Semelhantemente ao imediatismo, este elemento pode ser percebido em mobilizações como a Marcha das Vadias, ocorrida em 2011 e considerada um dos pontos de partida para inauguração da Quarta Onda do Feminismo no Brasil. As mobilizações se iniciaram no Canadá, batizadas como *Slutwalk*. O movimento surgiu porque, em janeiro daquele ano, na Universidade de York, um policial afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque”<sup>29</sup>. Três meses depois, foi realizada a primeira passeata pelo fim da culpabilização da vítima em casos de agressão sexual. Esta mobilização foi apenas o estopim para que várias outras ocorressem no mundo. No Brasil, depois de manifestações pontuais, em 2012, organizou-se a primeira “Marcha Nacional das Vadias”, realizada em mais de 20 cidades.

O caráter local-global pode ser considerado a principal característica destas mobilizações. Entretanto, o motivo que desencadeou os protestos – um fato pontual, em uma universidade do Canadá – mostra o caráter imediatista dessa pauta. Apesar de fazer parte de um conjunto histórico de reivindicações dos movimentos feministas, essa pauta de mobilização, aqui, ataca uma postura específica: a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual. As mobilizações têm efeito parecido com um grito de “basta” em massa e dispensam, ao menos em um primeiro momento, o complexo fardo teórico desenvolvido pelas feministas até então, que optam por uma síntese de fácil assimilação, baseada no combate a uma violência vivida, quase que cotidianamente, pelas mulheres. Portanto, na perspectiva dos Novos Movimentos Sociais “lo cotidiano deja de ser una fase menor o un hábito descartable para pasar a ser el campo privilegiado de la lucha por un mundo y una vida mejores” (SANTOS, B., 2001, p. 180).

Apesar de a Marcha das Vadias ser considerada um importante marco para os feminismos, especialmente na América Latina, levando à conscientização de muitas mulheres e criando uma rede que pode ser acionada conforme novas demandas surgem, podemos, também, notar uma descontinuidade. Conforme Santos (2001, p. 180), as novas lutas emancipatórias dispõem de uma temporalidade absorvente, capaz de envolver, em um único momento, todos os fins e todos os meios, tornando difícil um planejamento e uma acumulação. O feminicídio de Mayara Amaral, por exemplo, motivou a organização de mobilizações de ruas em Campo Grande-MS, onde ocorreu o crime, e em outras capitais brasileiras. Os protestos ocorreram, de forma mais intensificada, no período de cerca de um

---

<sup>29</sup> Marcha das Vadias CWB: Movimento pelo fim da violência de gênero e da culpabilização da vítima. Por que Vadias?. Disponível em: <https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias/>. Acesso em: 23 jul. 2018.

mês depois do assassinato, não sendo verificada a mesma potência em período posterior. Diante desses exemplos, notamos que as práticas as quais caracterizam os NMS são próximas das práticas ciberativistas, cujo uso das novas tecnologias acentua o caráter difuso dessas mobilizações sociais.

Essas características impactam sob a relação subjetividade-cidadania. Os NMS estariam mais focados na afirmação da subjetividade frente à cidadania. Conforme Santos (2001, p. 180), as lutas não são necessariamente políticas e, sim, antes de tudo, pessoais. Tal postura representa a potencialização de uma democracia participativa frente ao modelo representativo. Portanto, elas não são políticas na noção restrita de Estado e Partido, mas são políticas no sentido de serem públicas e coletivas. Neste ponto, vemos mais claramente o rompimento com a noção marxista de classe social. Estes grupos costumam se organizar de forma mais difusa, podendo ser maiores ou menores do que as classes, o que dificulta a interferência do Estado, tanto numa possível desarticulação, quanto na sua superação das mobilizações, com a concessão de direitos. Segundo Santos (2001, p. 180), os Novos Movimentos Sociais têm um lugar no marco da sociedade civil e não no marco do Estado, diferentemente dos partidos políticos e sindicatos tradicionais.

Portanto, o caráter mais subjetivo desses movimentos não os obriga, necessariamente, a se investirem de características institucionais, como a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo. Com foco na luta dos trabalhadores do campo no Brasil, esse movimento possui identidade visual própria, além de todo um aparato de comunicação articulado. No caso dos movimentos sociais de gênero, as ações podem ser tanto individuais, como em grupos, tanto de ambiente *online*, como nas ruas, e podem possuir identidades visuais diversas e coletivamente produzidas.

Conquistados em um período em que estes movimentos contemporâneos já se desenvolviam, os principais marcos legais de combate à violência contra a mulher, no Brasil, a *Lei Maria da Penha* e a *Lei do Feminicídio*, podem servir como exemplo de um período de transição entre velhos e novos movimentos sociais, em que é possível se verificar a forma de penetração reivindicatória dos velhos movimentos nas decisões do Estado. Tais medidas foram implantadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que durou de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, até 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Ao analisarmos este partido, verificamos sua relação intrínseca com os movimentos sociais. Scherer-Warren e Krischke (1987, *apud* SANTOS, B., 2001, p. 177), ao exemplificar a heterogeneidade dos movimentos sociais brasileiros, citam as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), organizadas por fiéis da igreja católica; trata-se do novo sindicalismo urbano e,

também, o rural, além de movimentos feministas e de jovens. Movimentos que compuseram a base do PT e cujas pautas, ao menos inicialmente, nortearam seus planos de governo. Alguns pontos colocados pelos movimentos sociais, como o combate à violência contra a mulher, converteram-se em políticas públicas durante a gestão petista, a partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão criado em 2013, que manteve caráter de ministério até outubro de 2015. A criação da Lei do Femicídio foi um dos últimos atos emblemáticos da secretaria, antes de iniciado seu desmantelamento, a partir de 2019.

Neste sentido, é possível observar a maneira difusa como os NMS podem se desenvolver. Afinal se, de alguma forma, suas demandas são apreendidas pelo Estado, tanto sua característica de descontinuidade, quanto sua negação à democracia representativa não são absolutas. Santos (2001, p. 181) afirma que é justamente nessas “impurezas” que reside a verdadeira novidade dos NMS da América Latina e sua extensão aos países centrais como elemento revitalizantes da emancipação dos movimentos em geral. Em pleno desenvolvimento, tais mobilizações ganham caráter ainda mais complexo, aliadas às novas tecnologias, além de potencializar ações ativistas, com a difusão de uma leque mais diversificados de pautas.

## **2.2 #rua: primaveras globais e impactos locais**

Para entender as possibilidades e a potência dos movimentos sociais no ambiente em rede, é preciso considerar que a relação da sociedade com as tecnologias se tornou tão estreita nas últimas décadas, ao ponto de ser arriscado analisá-las de forma isolada. Marshall McLuhan em “Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem”, de 1969, já antevia esta transformação, não só no campo das mídias. Ao defender o prolongamento de homens e mulheres, pelas tecnologias de qualquer tipo, desde a lâmpada, aos suportes de comunicação de massa, como a televisão, sua perspectiva adquiriu um caráter premonitório:

Durante as idades mecânicas projetamos nossos corpos no espaço. Hoje, depois de mais de um século, de tecnologia elétrica, projetamos nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo tempo e espaço (pelo menos naquilo que concerne ao nosso planeta). Estamos nos aproximando rapidamente da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pelo qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana, tal como já se fez com nossos sentidos e nossos nervos através dos diversos meios e veículos (MCLUHAN, 2007, p. 17).

A relação verificada por ele só se intensificou ainda mais com o passar dos anos. Um exemplo é a nossa relação com os *smartphones*, atualmente. No entanto, este ser humano

prolongado não representa uma submissão às tecnologias e nem necessita estar com elas ao alcance das mãos, para ser impactado por esta relação. As potencialidades das tecnologias foram ampliadas e deixaram de ser meramente instrumentais. A transformação dessa relação, também, possibilitou a emergência de uma nova forma de organização social, baseada em rede. Conforme Cardoso e Castells (2005, p. 17), a base microeletrônica deu novo caráter a uma velha forma de organização social, a ocorrida por meio de redes.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CARDOSO, CASTELLS, 2005, p. 20).

Essa associação interfere em todos os âmbitos sociais, ainda que ponderemos a restrição de acesso. Economia, cultura, conhecimento, sociabilidade, comunicação e política são impactados pelas transformações tecnológicas. Para guiar esta pesquisa, vamos considerar principalmente as mudanças verificadas no âmbito da sociabilidade<sup>30</sup>.

Para entender como a internet favorece a organização dos movimentos sociais, Manuel Castells parte da premissa de que as relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade; entre elas, o próprio Estado. Devido aos conflitos e às contradições sociais, “onde há poder há também contrapoder” (CASTELLS, 2013, p. 10), sendo este último formado pela capacidade de atores sociais de desafiar os poderes institucionais, com o objetivo de terem seus valores e interesses representados. É na insatisfação, seguida de ações, que residem e atuam os movimentos sociais e, independentemente das transformações tecnológicas ocorridas, eles se mantêm como alavancas da mudança social:

Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjunção de degradação das condições materiais da vida e a crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos levam as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas (CASTELLS, 2013, p. 157).

A perspectiva de Castells dialoga com a configuração de Novos Movimentos Sociais

---

<sup>30</sup> Veiga e Dornelas (2014) utilizam Simmel para definir o conceito de sociabilidade como uma forma de socialização marcada por um caráter lúdico e estético, inscrita no terreno do sensível. “Ela se distingue das relações formais e estratégicas, que almejam a obtenção de resultados específicos (econômicos, religiosos, sexuais etc), e tem no estar-com-o-outro o seu próprio fim”. Tal caráter “se opõe às relações cristalizadas da sociedade (como a política em sua dimensão institucional), e se remete às relações anárquicas, contraditórias e fusionais que cimentam a criação da comunidade e impulsionam as diferentes formas de agregação”.

traçada por Gohn (1997) e Santos (2001) e é potencializada pelo uso das novas tecnologias. Foi diante dessa configuração, que verificamos as primeiras ações de impacto dos movimentos sociais, conectados em rede, no mundo árabe, entre 2009-2011. Conforme Castells (2013), uma série de manifestações foi deflagrada depois que o vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, 26 anos, ateou fogo no próprio corpo, às 11h30 da manhã, de 17 de dezembro de 2010, diante de um prédio do governo. A ação foi seu último grito de protesto contra o repetido confisco, pela polícia local, de sua banca de frutas e verduras, depois de ele se recusar a pagar propina. O fato ocorreu na cidade Sidi Bouzid, que possui pouco mais de 40 mil habitantes, e foi registrado pelo primo de Mohamed, responsável por distribuir o vídeo na internet. A partir de então, e de outras ações de autoimolação, vários protestos foram deflagrados e tomaram o País, mesmo sob a repressão selvagem da polícia, que matou dezenas de pessoas e deixou centenas feridas.

As manifestações ocorridas no mundo árabe influenciaram outras, em todo o mundo. Na Europa e nos Estados Unidos, as referências aos protestos ocorridos na Tunísia foram explícitas:

Na primeira manifestação de massa realizada na praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, milhares gritavam “A Tunísia é a solução!”, modificando de propósito o lema “O Islã é a solução!”, que havia dominado as mobilizações sociais no mundo árabe nos últimos anos. As palavras de ordem referiam-se à derrubada da ditadura de Ben Ali, que fugira de seu país em 14 de janeiro, após semanas de protestos de pessoas comuns que conseguiram sobrepor-se à sangrenta repressão do regime. Quando os Indignados da Espanha começaram a acampar nas principais praças das cidades de todo o país, em maio de 2011, proclamaram que “A Islândia é a solução!”. E quando os nova-iorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street, em 17 de setembro de 2011, chamaram seu primeiro acampamento de praça Tahrir, da mesma forma que os ocupantes da praça Catalunya, em Barcelona (CASTELLS, 2013, p. 23).

Também, podemos perceber referências às manifestações ocorridas no mundo árabe nas mobilizações ocorridas no Brasil em julho de 2013. Coordenada pelo Movimento Passe Livre (MPL), as manifestações, inicialmente, eram focadas na defesa da redução da tarifa do transporte público em São Paulo, mas acabaram se espalhando pelo Brasil e ampliando suas reivindicações<sup>31</sup>. A influência das mobilizações árabes ecoou também, nos movimentos feministas. Como citado no capítulo anterior, a expressão “Primavera Feminista” foi utilizada para se referir aos diversos protestos ocorridos em 2015, diante das ameaças de retrocesso em direitos já garantidos na constituição brasileira, como o aborto em casos específicos. O

<sup>31</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/mobilizacao-social-de-junho-de-2013-levou-o-governo-propor-cinco-pactos>. Acesso em: 26 jul. 2018.

batismo é uma clara analogia à “Primavera Árabe” que, coincidentemente, também, caracterizou-se pelo uso massivo das redes sociais (MATINEZ, 2017).

Os protestos ocorridos no mundo árabe, assim como os influenciados por eles, colocaram em evidência a força da associação entre as tecnologias e os movimentos sociais. “Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (CASTELLS, 2013, p. 8). O uso destas ferramentas potencializou ainda mais características dos chamado Novos Movimentos Sociais. Na análise que fez dos principais protestos ocorridos a partir de 2009, inclusive ocorridos no Brasil, Castells verificou que os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal. Sustentaram-se na internet e em assembleias locais, para debate coletivo e tomadas de decisão.

A realização de assembleias demonstra um aspecto importante dessas mobilizações. Elas significam que, apesar das inovações proporcionadas pelas tecnologias, a ocupação dos espaços físicos é indispensável para legitimar as reivindicações feitas pelos movimentos sociais, além de aumentar significativamente as chances de converter tais demandas em mudanças efetivas, com impacto real na vida das pessoas. Conforme Castells (2013, p. 16), os espaços ocupados têm desempenhado papel importante na história da mudança social, por três motivos: eles criam uma comunidade baseada na proximidade; eles não carecem de significado, pois, geralmente, são espaços carregados de poder simbólico; e acabam se tornando um espaço público de deliberação.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013, p. 16).

Como contrapoder, os movimentos sociais garantem, também, sua efetividade mediante um processo de comunicação autônoma, o qual ocorre “nesse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano” (CASTELLS, 2013, p. 16). Já que a próprias empresas de mídia constituem uma instituição de poder, é necessário achar seu equivalente do outro lado, para que estas vozes sejam ouvidas, os movimentos ganhem adeptos e se organizem internamente, para que possam coordenar ações de forma ampla. Esta autonomia da comunicação é construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio e pode ser vista, no atual contexto, como fundamento dos movimentos de protesto.

A Internet e as redes sociais digitais permitem que a mudança social seja resultado de uma intensa ação comunicativa e fazem com que este espaço fortalecido de contrapoder adquira características próprias. Algumas delas podem ser identificadas nas mobilizações da Quarta Onda Feminista, da qual, as motivadas pelo feminicídio de Mayara Amaral fazem parte.

Em termos de gênese, esses movimentos costumam ter caráter espontâneo em sua origem “geralmente desencadeado por uma centelha de indignação” (CASTELLS, 2013, p. 162). Tal “centelha” motivou, certamente, a publicação da carta da irmã da Mayara Amaral no Facebook, dias após sua morte. No entanto, a publicação pegou carona na onda de mobilizações feministas ocorridas naquele momento. Desta forma, constatamos que as mobilizações iniciadas nas redes sociais, mesmo com caráter aparentemente difuso, acabam penetrando formas consideradas mais convencionais de comunicação, visto que o depoimento de Pauliane Amaral deu ampla divulgação ao caso, pautando a mídia nacional. Outra característica apontada por Castells como sendo comum nesses movimentos é o fato de, apesar de ter início nas redes sociais da internet, eles se legitimam, de fato, ao ocupar o espaço urbano. A morte de Mayara motivou manifestações presenciais em Campo Grande e outras capitais brasileiras, entre os meses de julho e setembro de 2017.

As mobilizações foram conectadas também, por meio de redes de múltiplas plataformas. “Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet.” (CASTELLS, 2013, p. 160). No caso de Mayara, seu antigo perfil no Facebook foi transformado na página “Em memória de Mayara Amaral”<sup>32</sup>, mais atualizado nos primeiros meses depois do feminicídio de Mayara. Depois, as contribuições ficaram mais escassas, ocorrendo apenas em situações pontuais, geralmente, motivada por algum novo desdobramento do caso repercutido pela imprensa ou por familiares da vítima, por meio do próprio Facebook. Homenagens em memória da Mayara estão entre as manifestações mais comuns.

Apesar de se darem em torno de um fato pontual, o feminicídio de Mayara Amaral, as mobilizações organizadas a partir disso têm consonância com movimentos nacionais e

---

<sup>32</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/profile.php?id=100002068751886&ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/profile.php?id=100002068751886&ref=br_rs). Acesso em: 30 jun. 2018.

internacionais de combate à violência contra a mulher, como o “Ni Una Menos”, iniciado na Argentina, em 2015. Desta forma, o caso se enquadra, também, na caracterização dada por Boaventura de Sousa Santos e Castells de que os movimentos originários nas redes são, simultaneamente, locais e globais.

Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização (CASTELLS, 2013, p. 161).

O caráter das publicações nas mídias sociais relativas ao assassinato de Mayara e o impacto disto sobre a cobertura dos veículos de comunicação se estenderam às ruas. Manifestações de rua foram marcadas para ocorrer em seis capitais do País, entre os dias 5 e 16 de agosto de 2017. Em Campo Grande, o protesto ocorreu no dia 4 de agosto, com concentração na Praça Ary Coelho. A visibilidade da iniciativa e o diálogo com movimentos internacionais de violência contra a mulher deram, às ações iniciadas nas redes sociais, um caráter *ciberativista*. Pelo menos seis mobilizações foram organizadas presencialmente, tendo como eixo o feminicídio de Mayara.

Para adentrarmos às discussões sobre ciberativismos, é necessário entender o conceito que deu origem a esta expressão: o ativismo; além de sua diferenciação em relação às práticas denominadas militantes. Numa perspectiva mais etimológica, o historiador Alfredo Veiga-Neto (2012) afirma que as duas palavras, militância e ativismo, “fazem parte de um mesmo campo semântico que nos remete à forma latina *agĕre*: ag (adiante, para frente) + gerĕre (produzir, carregar, proceder) = impelir para frente, fazer avançar” (VEIGA-NETO, 2012, p. 273).

A diferença entre as duas estaria mais centrada no campo prático. A militância estaria ligada a uma lógica de obediência hierárquica, já o ativismo se funda na maior liberdade possível. “Enquanto a militância é necessariamente coletiva, o ativismo é acentuadamente individual” (VEIGA-NETO, 2012, p. 273). Ao militante não cabe o questionamento contínuo ao ideário que o norteia, apenas segui-lo, juntamente a seus pares. Embora o ativismo, também, trate-se de um conjunto de ações, o mais importante é o compromisso ético com os outros e consigo mesmo, antes de agir no coletivo.

Malini e Antoun (2013) recorrem à crítica marxista aos modos de produção e à noção revolucionária russa, para diferenciar militância de ativismo. “O militante, a partir desta concepção, tornava-se alguém que sacrificava a realização da própria vida no altar dos

interesses da revolução” (MALINI; ANTOUN, 2013, 143). Portanto, este modelo estaria dissociado da vida ativa. A causa estaria acima disto. Já a noção ativista é menos rígida:

O ativismo recusa a militância para construir uma vida ativa ao mesmo tempo pública e secreta através dos sistemas hipermídia, inventando modos de viver no novo meio que reúnam realização individual e atividade comunitária como expressões de um mesmo combate político (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 143).

A noção mais ampla do que é ativismo permite, inclusive, que este englobe até mesmo práticas militantes. Os movimentos feministas podem ser um exemplo disso. Mesmo se tratando de um movimento social consolidado, suas ações, especialmente as verificadas na Quarta Onda Feminista, ganharam um caráter mais horizontal, facilitada pelo uso das novas tecnologias e redes sociais da internet. No entanto, verificamos que, mesmo as práticas mais difusas, em algum momento, passam a contar também, com a legitimidade das noções teóricas desenvolvidas em ambientes considerados intelectuais. Não podemos desconsiderar que, algumas vezes, a sociedade escolhe fazer uso de noções mais teóricas, que práticas. Dessa forma, ainda é possível verificar, mesmo no ativismo, resquícios de uma noção hierárquica, que caracteriza as práticas militantes.

A associação das práticas ativistas e militantes com as tecnologias permitiu uma reconfiguração dos movimentos sociais, além de abrir espaço para uma mudança na forma deles se comunicarem interna e externamente. O Ciberativismo é a expressão utilizada para denominar parte dessas práticas. Este conceito parte da própria concepção de Ciberespaço, definido em 1984, por Willian Gibson (MALINI; ANTOUN, 2013). Apesar de não ser mais possível pensar, separadamente, estes espaços, físico e virtual, devido à relação intrínseca criada entre ser humano e tecnologia, é importante falarmos da sua origem, para entendermos a configuração dos novos movimentos sociais com a internet.

Conforme Malini e Antoun (2013, p. 20), a invenção do Ciberespaço está diretamente ligada à organização de grupos ativistas. A expressão aparece no *Neuromancer*, romance de Willian Gibson, de 1984, descrita como um “território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens”. É diante disso, que surge o Ciberativismo como “sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 21). Mais do que ativismo social, os ciberativistas podem ser definidos como *hackers* de narrativas, ao fazerem de grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a disseminação de informações.

Na história da militância política, a Internet dos grupos de discussão vai inaugurar a política de vazamento como *modus operandi* para fazer chegar aos diferentes usuários de todo o mundo as informações privilegiadas sobre a situação social de regimes políticos fechados, a crítica a poderes

econômicos e militares num contexto de bipolaridade mundial, ou mesmo ser a base de sustentação da articulação política de movimentos feministas, ambientalistas e estudantis, amparados em torno de instituições não governamentais que usam as BBSs e a Usenet para organizar suas lutas ou para vazarem notícias que sofrem barreiras das censuras políticas e econômicas locais. O aparecimento do ciberativismo – numa versão hacker e comunitária – rompe com o próprio ativismo social que se realizava até então no campo da comunicação social. Na época, a “guerrilha midiática” acontecia com a produção de contrainformação usando o meio da radiodifusão (rádio, especialmente). Com a invenção do ciberespaço, a guerra de informação ocorre de modo subterrâneo, entre aqueles que possuem centrais de comunicação mediadas por computador. Em síntese: os *hackers* de narrativas fazem dos grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais; ao mesmo tempo, que peritos em programação computacional – os *hackers* de código – não param de inventar linhas de comando que tornam a Internet mais livre, num período em que a ideologia proprietária em torno dos direitos autorais se intensifica entre os desenvolvedores de tecnologia (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 21).

Portanto, verificamos que as práticas desenvolvidas a partir da noção de Ciberespaço ultrapassaram até mesmo a noção de Ciberativismo, que tem como foco principal radicalizar os direitos fundamentais, e podem ser apreendidas, inclusive, pela imprensa, de forma a especificar a medida que impactam na sociedade.

Podríamos definir «ciberactivismo» como toda estratégia que persigue el cambio de la agenda pública, la inclusión de un nuevo tema en el orden del día de la gran discusión social, mediante la difusión de un determinado mensaje y su propagación a través del «boca a boca» multiplicado por los medios de comunicación y publicación electrónica personal (UGARTE, 2007, p. 85).

Para Urgarte (2007) o Ciberativismo não é uma técnica, mas uma estratégia e pode envolver a todos. Estamos fazendo ciberativismo quando publicamos numa rede ou enviamos um e-mail ou SMS. As causas podem ser as mais variadas possíveis: a promoção de um livro pelo autor, a disseminação de uma reivindicação, ou até a divulgação do produto de uma pequena empresa. Há dois modelos básicos de estratégias “La primera es la lógica de campaña: construir un centro, proponer acciones y difundir la idea. La segunda es iniciar un swarming, un gran debate social distribuido con consecuencias, de entrada, imprevisibles” (URGARTE, 2007, p. 86).

Diante dessas definições, podemos considerar que a carta publicada nas redes sociais, pela irmã de Mayara Amaral, por ser uma iniciativa individual, tem caráter ciberativista, não só por sua intenção – dar visibilidade ao crime de feminicídio e criticar a postura das instituições responsáveis por investigar e informar o caso -, mas, também, pela dinâmica de livre circulação proporcionada pelos mais de 30 mil compartilhamentos no Facebook.

A lógica ciberativista pode, também, ser verificada no caminho percorrido pela carta, partindo, inicialmente, de uma estrutura de comunicação de *um-todos* para *muitos-muitos* a milhares de pessoas que compartilharam o conteúdo. É importante lembrar que este percurso se deu para além das redes sociais, não somente pela identificação com o conteúdo, ancorado, certamente, nas vivência real dos usuários que disseminaram a causa, e pela repercussão nos veículos convencionais de imprensa.

A articulação de temas como a violência contra a mulher, a imagem da mulher na mídia, a série de mobilizações de rua organizada via redes sociais, assim como a repercussão nos veículos jornalísticos a partir do drama pessoal da família da Mayara Amaral carregam os principais elementos que caracterizam a Quarta Onda Feminista. Antes de elencá-los, vamos mostrar importantes episódios de associação entre feminismo e tecnologia, ocorridos de forma paralela às transformações verificadas nas estratégias de mobilização em rede. O Ciberfeminismo, por exemplo, é um dos conceitos em que essa associação se expressa de forma mais explícita, pois demonstra, no próprio nome, os impactos da popularização do acesso à internet. Mesmo diante dessas mudanças, o prefixo *ciber*, comum nas expressões Ciberespaço, Ciberativismo e Ciberjornalismo, manteve-se como forma de caracterizar o protagonismo da internet nessas práticas.

A proposta ciberfeminista surge a partir desta possibilidade de redimensionamento dos movimentos sociais proporcionada pelas tecnologias, apesar de a própria origem dos movimentos feministas não estar ligada apenas ao surgimento de um espaço na Economia e no mercado, mas à própria popularização da mídia de massa, que se intensificou um consumo acelerado de representações dos papéis da mulher (LEMOS, 2009).

O termo Ciberfeminismo foi cunhado pela primeira vez, em 1991, pelo grupo australiano de mulheres artistas e ativistas, denominado VNS Matrix, responsável pelo Manifesto Ciberfeminista. Entretanto, a inspiração para a criação do termo data de 1985, do “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista”, de autoria da escritora Donna Hawaray. Apesar de nunca ter utilizado diretamente o termo Ciberfeminismo, a teórica é considerada uma das responsáveis por uma nova leitura dos movimentos feministas, especialmente sob a ótica das tecnologias como ativismo político (LEMOS, 2009, p. 41). Tal manifestação indicou uma apropriação dessas ferramentas para manifestar as reivindicações das feministas.

No início dos anos 1990, “a relação entre feminismo, tecnologia e internet incorporou o discurso estético e político produzido pelo tráfico de signos, artefatos culturais e a ressignificação crítica de códigos normativos ligados à feminilidade” (FERREIRA, 2015, p.

204). Tais práticas se manifestaram, principalmente, no campo das artes gráficas. Muito dos conteúdos produzidos neste período buscavam representar a força da mulher, por meio das imagens que retratavam, sobretudo, seus corpos. Com o desenvolvimento dessa relação, permitiu-se que novos discursos de representação do feminismo entrassem em cena.

Na relação entre feminismos, tecnologia e internet esses grupos apostaram no potencial transformador dessa articulação, no que diz respeito à apropriação de novas tecnologias, nos seus processos mais horizontais de funcionamento, nos novos espaços a serem ocupados (a internet entendida como um desses lócus por excelência) e na desconstrução de categorias pré-fixadas e unitárias do binarismo de gênero (FERREIRA, 2015, p. 205).

Uma das vertentes precursora desta relação, por exemplo, é a inserção de mulheres em profissões ligadas às novas tecnologias. Esta perspectiva teve grande intensidade entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, e possui um caráter emblemático, já que se posiciona como uma disputa por igualdade de gênero em um ambiente de trabalho predominante masculino, o das novas tecnologias (MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE, 2006 *apud* LEMOS, 20115). Sabemos que esta luta não é/foi exclusividade nesse espaço; porém, o combate à supremacia masculina neste ambiente é emblemático, por representar, também, a abertura de possibilidades ainda maiores de disputa do discurso. Com estas ferramentas, as mulheres puderam dar às potencialidades de disseminação de conteúdo proporcionadas pelas tecnologias, um caráter ativista e político, no sentido de, por exemplo, questionar a ordem patriarcal de gênero vigente.

O ciberfeminismo em sua multiplicidade permite tanto o questionamento político através da atuação de redes ativistas (como no caso do Brasil) bem como a manifestação e construção de novos símbolos, linguagens e representações do feminino perante essas redes tecnológicas através da atuação de mulheres artistas em diferentes partes do mundo (LEMOS, 2009, p, 87).

Embora o debate sobre a atuação das mulheres com ferramentas e estratégias tecnológicas tenha surgido na Terceira Onda Feminista, foi na Quarta Onda Feminista, que esta associação foi ampliada e agiu com ainda mais força. Ferreira (2015) afirma que, nos últimos 20 anos, este campo, o qual articula interesses teóricos e práticas políticas, tem crescido, extrapolando a própria noção de Ciberfeminismo.

A partir dos anos 2000, as análises incorporaram uma visão interseccional sobre o tema e passaram a abranger diversas temáticas, como o papel e a presença das mulheres na história da informática e da tecnologia, de inclusão e exclusão digitais e os usos das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) em relação ao que se tem entendido como empoderamento das mulheres e suas organizações (FERREIRA, 2015, p. 205).

Para justificar a necessidade de incorporação de uma visão interseccional, algumas

autoras apontam para a presença de uma “fratura tecnológica de gênero” resultado de um *habitus* tecnológico binário, hierárquico e desfavorável às mulheres (NATANSOHN, 2013 *apud* FERREIRA, 2015). Diante dessa lógica, para medir o grau da fratura, seria necessário considerar diversos marcadores sociais, como gênero, classe, raça, idade e nacionalidade. Analisando o campo da tecnologia, podemos perceber outros fatores excludentes, como o domínio da Língua Inglesa, adotada, geralmente, neste meio; porém, sem predomínio nos países latino-americanos, por exemplo, além da própria capacidade de acesso à rede e ao uso das tecnologias.

No Brasil, as práticas caracterizadas como ciberfeministas se intensificaram nos últimos anos. A Marcha das Vadias, ocorrida em 2011, pode ser considerada um marco das mobilizações que articulam feminismo e novas tecnologias. O movimento foi marcado, também, por outros elementos característicos da Quarta Onda Feminista: a *performance* e o uso do corpo como plataforma de expressão. Tais práticas representam um resgate da proposta já expressa nas artes gráficas ciberfeministas do início dos anos 90. Na ocasião, as mulheres que se manifestaram contra a culpabilização das vítimas em casos de estupro foram às ruas, com roupas íntimas, para dizer que nada, muito menos as roupas usadas, justificam a violência. Nesses casos, o corpo é utilizado como artifício de provocação, como forma de questionar as normas de gênero, os padrões de beleza vigentes, além do próprio controle do corpo feminino, pela sociedade, no que tange à reprodução, além das regras de apresentação do corpo feminino nos espaços públicos. Portanto, funciona como uma espécie de bandeira. Bogado (2018, p. 35) afirma que a prática lembra o fenômeno dos microfones-humanos “um método de propagação da voz que tem o corpo humano como tecnologia”. No entanto, a pesquisadora afirma que, ao se apropriar dessa ferramenta, o feminismo apresenta uma variação crucial:

O microfone-humano vinha sendo usado para decidir as pautas do movimento ou para emitir comunicados breves como as decisões de trajeto de um protesto ou de organização prática de grupos de trabalho. Contudo, no uso do microfone-humano apropriado pelas recentes manifestações feministas no Brasil, as singularidades pessoais emergem com mais ênfase. Assim, as ruas passam a reverberar claramente a experiência em primeira pessoa, em discursos propagados por campanhas nas redes sociais, como aconteceu com a hashtag #PrimeiroAssédio (BOGADO, 2018, p. 35).

Com a proliferação de diversas manifestações, outras formas de traduzir o discurso feminista foram apresentadas. Além do corpo, práticas de abordar narrativas particulares como sendo coletivas, tornando-as impessoais, passaram, também, a ser características comuns nessas mobilizações. Na campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas”, por

exemplo, a voz individual é assumida coletivamente. O mesmo tom é notado na campanha #PrimeiroAssédio, intensificada em 2015. A mobilização surgiu em apoio a uma menina de 12 anos, que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet, durante sua participação em um *reality show* de culinária. Encabeçada pela ONG *Think Olga*, a campanha consistiu na criação da hashtag #primeiroassedio no Twitter, e leitoras foram chamadas a compartilhar suas histórias de primeiro assédio. Na ocasião, em menos de uma semana, a hashtag foi replicada mais de 82 mil vezes, entre *tweets* e *retweets*. Essa outra forma de comunicar amplia as chances de identificação com a narrativa.

Configura-se, além disso, uma sensação de identificação que vem da repetição e do anonimato. O curioso dessa construção é que expõe uma empatia que não se dá através de laços estreitos e íntimos, preestabelecidos por relações de proximidade e convívio anteriores ao evento da manifestação, mas por uma paradoxal pessoalidade impessoal. Aqui, é importantíssimo sublinhar que essa experiência desafia diretamente um limite conhecido das ações coletivas tradicionais, que sempre esbarravam na dificuldade de identificação subjetiva entre os participantes dos protestos (BOGADO, 2018, p. 36).

Tal identificação subjetiva ajuda na melhor articulação entre as opressões de gênero e outras formas de opressão, como raça e classe, e, pode funcionar como ferramenta para dar maior potencial às mobilizações. Outro fator que contribui para o fortalecimento dessas iniciativas é a ampliação do acesso à internet. De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de 2018, as mulheres usam mais a internet do que os homens, tanto em áreas urbanas, como rurais. O levantamento, referente ao ano de 2017, considerou a população de 181.070 mil pessoas de 10 anos ou mais de idade no País. Desse total, 69,8% utilizaram a internet. Esse percentual apresentou considerável elevação em relação a 2016 (64,7%). Nas regiões rurais, 41,9% dos usuários de internet são mulheres contra 36,3% de homens. Nas áreas urbanas, a diferença é menor: 74,9% são mulheres, e 74,6% homens<sup>33</sup>.

Apesar do uso do termo Ciberfeminismo para se referir às mobilizações pelo direito das mulheres com uso das novas tecnologias, a expressão, assim como Ciberativismo, pressupõe uma separação entre o ambiente *online* e *offline*, o que não mais se sustenta, devido à presença massiva das tecnologias na nossa vida. Aspectos das Quarta Onda Feminista, como a potencialização do ativismo pelas redes sociais são indispensáveis para caracterizar essa fase; no entanto, é preciso lembrar que se trata de um acontecimento ainda em curso. A revisitação de reivindicações e referências a práticas de outras ondas são indícios de que o

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/mulheres-acessam-mais-a-internet-que-os-homens-diz-ibge-20122018>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

movimento não é composto apenas de novidade.

Até aqui, temos o panorama de uma insurreição relativamente recente, mais ainda é arriscado pensar essas manifestações e dicções como fundamentalmente novas, mesmo que a estrutura e o potencial comunicativo das redes tragam uma variável importante em suas possibilidades de abrangência e inovação dos discursos políticos (BOGADO, 2018, p. 42).

Mesmo assim, devemos considerar que essa associação foi estratégica e central para as causas feministas, representando uma luta midiaticizada pela igualdade de gênero, que faz uso do ambiente em rede, para articular mobilizações e criar uma contra-narrativa a qual, como no caso do feminicídio de Mayara Amaral, teve influência na cobertura dos veículos tradicionais, e abriu um espaço de diálogo direto ou intermediado com a sociedade, dando oportunidade para o entendimento do caso. “Nunca as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje” (COSTA, 2018, p. 60).

Entender os processos de transformações sociais, as novas estratégias de organização proporcionadas pelo uso das novas tecnologias e a forma como isto impacta em determinados segmentos nos permite olhar mais atentos aos fenômenos por trás de uma aparentemente simples publicação nas redes sociais, ou mesmo de uma notícia veiculada no jornal. Tais elementos podem nos revelar uma disputa de narrativas presentes na sociedade.

### **2.3 A narrativa jornalística: recirculação de conteúdo e contra-agendamento**

Desde o dia que o corpo da musicista Mayara Amaral foi encontrado, o caso foi amplamente debatido nas redes sociais na internet. Porém, a cobertura da imprensa local foi impactada com a publicação de uma carta da irmã da vítima, em seu perfil pessoal no *Facebook*<sup>34</sup>. Diante do amplo compartilhamento dessa postagem, veículos nacionais como *El País*, *Revista Cláudia*, *Folha de São Paulo*, *HuffPost Brasil* e *Revista Veja*, noticiaram o caso e, com os jornais locais, ajudaram-nos a identificar um fluxo diferenciado de circulação de conteúdo motivado pelas mobilizações das redes sociais.

A repercussão e as transformações verificadas na cobertura jornalística, a partir das manifestações nas redes sociais, especialmente a publicação da carta e da série de manifestações de rua, organizadas, também, via *Facebook*, são prova da alteração na forma de

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/pauliane.amaral/posts/1637173572993621>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

consumo e na produção das notícias. Jenkins (2009) caracteriza e demonstra os impactos da coexistência de diferentes suportes de comunicação e como isso pode afetar seus uso e suas próprias configurações:

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercado, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final (JENKINS, 2009, p. 43).

Diante desta nova forma de relação entre as mídias, da possibilidade de uma interação mais horizontal com o leitor, as abordagens jornalísticas são diretamente afetadas. Amparada pela insurgência de uma nova etapa do movimento feminista, potencializada pelo uso das redes sociais, a violência contra a mulher foi um dos temas que ganhou destaque. Além de poder opinar mais sobre o conteúdo oferecido pelos veículos de comunicação, o usuário/receptor passou, também, a ser um produtor de conteúdo. Novas formas de utilização destes suportes podem ser verificadas na circulação de informações difundidas sobre o feminicídio de Mayara Amaral. Por exemplo, na postagem original da carta, a irmã de Mayara questionou as versões oficiais reproduzidas pela imprensa, e reivindicou o uso do termo feminicídio para um crime explicitamente motivado pelo ódio ao gênero feminino, além de cobrar investigações sobre a possibilidade de a vítima ter sido estuprada (posteriormente, o *post* foi editado sob a justificativa de que poderia interferir nas investigações; porém, manteve o caráter questionador). Foi nesse contexto, que a mídia local deu início às discussões sobre feminicídio e tentou justificar o enquadramento do crime como latrocínio.

Portanto, verificamos neste processo de reações simultâneas ocorridas na imprensa e nas redes sociais, uma disputa pelas narrativas. Malini e Antoun (2013) reconhecem o poder da mídia de massa como uma valiosa máquina de construção e distribuição instantânea de reputação social; porém, também, como uma ferramenta de achatamento da diversidade cultural promovido por um processo de indução e falseamento de opiniões, típico de uma comunicação unilateral. O uso intensivo das chamadas interfaces de usuários deixou os efeitos nocivos desse tipo de circulação de conteúdo ainda mais evidentes. A situação pode se tornar ainda mais preocupante, quando o próprio material distribuído falha na construção das representações feitas.

Enquanto a mídia massiva extrai seu poder da sensação de “todo mundo está falando isso” subentendido em seu uníssono, as interfaces de usuários encontram o seu poder na sensação de “meu amigo recomendou” ancorado na suposta confiabilidade da fonte da informação (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 158).

Portanto, as interfaces dos usuários, caracterizadas pelas redes sociais e áreas de comentários dentro dos próprios *sites*, por exemplo, permitem maior identificação entre diferentes grupos, possibilitando uma maior interação e, também, aproximação. O que, não necessariamente, resulta em práticas com respaldos morais, éticos e legais, ou visando à superação de alguma desigualdade social e o fim da violência, como é a proposta dos movimentos feministas aliados às novas tecnologias. Diante das diferentes possibilidades proporcionadas pelo suporte da mídia de massa e pelas interfaces dos usuários, reconhecemos a existência de uma verdadeira competição. Os próprios termos utilizados pelos analistas de segurança do Departamento de Defesa dos EUA, para denominar estes dois processos narrativos, reconhecem a existência de uma guerra entre eles. O uso intensivo dos grandes meios massivos, pertencentes às corporações, para gerar impressão de realidade sobre algum tipo de acontecimento, é chamado de *infowar* (guerra da informação).

Através desta guerra, a informação é usada para produzir efeitos de percepção ou efeitos afetivos sobre alguma população ou grupo social, visando tanto promover ou inibir sua própria ação enquanto grupo, quanto inibir ou promover algum tipo de ação social sobre esta população. Através destes efeitos, um certo tipo de narrativa ganha foros de verdade no seio da opinião pública e passa a dominar a discussão sobre o tema (KOPP, 2000; SCHWARTAU, 1995 *apud* MALINI; ANTOUN, 2013, p. 158).

Já o uso intensivo das interfaces de comunicação da Internet para estabelecer uma verdade narrativa sobre algum fato e difundir narrativas sem espaço na mídia corporativa é denominada de *netwar* (guerra em rede).

Através desta guerra, movimentos sociais ou pequenos grupos podem disputar a primazia da narrativa verdadeira com Estados, instituições e corporações conversando e argumentando com os mais variados membros que frequentam sua teia de páginas *web*, grupos de discussão, redes sociais, *blogs* e outras interfaces de comunicação distribuída (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 159).

As reações desencadeadas pelos dois processos comunicacionais aqui analisados sobre o feminicídio de Mayara Amaral se encaixam nesta disputa. Por exemplo, a mídia de massa, formada pelos jornais locais, atuou na tentativa de dar impressão de realidade à hipótese do crime se enquadrar em latrocínio; enquanto as interfaces do usuário, especialmente por meio do Facebook, atuaram na tentativa de evidenciar o crime de feminicídio que, até então, não encontrava espaço nas mídias corporativas. Movimento semelhante pode ser verificado em ações de caráter feminista, como a campanha #PrimeiroAssédio, embora o caso de Mayara não tenha se desenvolvido com as mesmas estratégias; não se usaram hashtags. Portanto, no

caso do feminicídio da musicista, esses dois processos comunicacionais entraram em disputa pela primazia do valor afetivo da narrativa (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 159).

Apesar de inicialmente não ser possível saber quem de fato teve a primazia da narração do caso de Mayara, é inegável que a imprensa e as redes sociais foram mutuamente influenciadas pelas abordagens postas. O que iremos verificar, mais adiante na pesquisa, é a ocorrência de uma recirculação do conteúdo jornalístico, motivada pelas reações verificadas nas redes sociais, e como isto afetou o desdobramento do caso.

Conforme Ramonet (2011), a internet tem provocado uma mudança radical no “ecossistema midiático”, além da extinção de vários jornais impressos. As redações onde são produzidas as notícias sentem o impacto dessas mudanças e, na maioria das vezes, expressam-nas com enxugamento de equipe e acúmulo de trabalho; por isso, também, precisam reinventar-se na produção de conteúdo. As manifestações da sociedade, ecoadas pelas redes, acabam tendo papel central nesta mudança. “La novedad radica en que las personas que acceden de este modo a los contenidos de los periódicos quieren a su vez que se les lea y se les escuche” (RAMONET, 2011, p. 15). Com isso, o autor vê nas redes uma esperança de democratização da informação. A força dessas reações em rede já motiva uma mudança no curso de apuração e disseminação das notícias. No entanto, com maior leque de conteúdo disponível, muda-se, também, a forma de consumir notícias. Além disso, vozes, antes invisibilizadas, ganham canais alternativos de comunicação, e se confugura uma concorrência.

Com todos os limites, o espaço virtual tem sido um espaço de disputas de narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, *sites*, canais de vídeos, *blogs*. Existe nesse espaço uma disputa narrativa, mais ainda aquém do ideal por conta das barreiras institucionais que impedem o acesso de vozes dissonantes. Como expressar-se não é um direito garantido a todos e todas, ainda há necessidade de democratização das mídias e rompimento de um monopólio, a discussão sobre liberdade de expressão também não pode ser pautada unicamente no direito – não absoluto – de expressar opiniões. Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com o levante de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente (RIBEIRO, 2017, p. 86).

A partir do momento em que se pensa a comunicação como um sistema de fluxos e circuitos, é necessário reposicionar os processos do Jornalismo e repensar a cadeia que se

articula na construção da notícia (COELHO, 2017, p. 54). Conforme Braga (2012), se pensarmos a circulação da comunicação na sociedade em uma visão mais abrangente, perceberemos que o produto da mídia convencional deixa de ser apenas o ponto de partida desses fluxos, mas passa a ser, também, ponto de chegada de “uma série de processos, de expectativas, de interesses e de ações que resultam em sua composição como um objeto para circular – e que, por sua vez, realimenta o fluxo da circulação” (BRAGA, 2012, p. 9).

Na observação das abordagens do caso de Mayara Amaral, notamos um movimento de recirculação de conteúdo nos jornais, possibilitado pelo reposicionamento do Jornalismo dentro de uma rede de recebimentos e distribuição. Além da recirculação de conteúdo, atentamo-nos, aqui, à hipótese do agendamento (*agenda-setting*) e a variante do contra-agendamento. A hipótese elaborada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972, defende que as pessoas têm tendência a incluir ou excluir os assuntos da esfera pública de debate, conforme as abordagens pelos meios de comunicação. Desta forma, os assuntos que não conseguem a atenção da mídia correm o risco de serem minimizados na arena pública de discussão.

El establecimiento de la agenda no es un regreso a la teoría de la aguja hipodérmica (o de la bala): no postula unos efectos todopoderosos de los medios. Ni tampoco considera a los miembros de la audiencia unos autónomas, que están ahí esperando a que los medios informativos vegán y los programen. Pero la agenda-setting sí que asigna um papel central a los medios informativos a la hora de dar inicio al repertorio de la agenda pública (MCCOMBS, 2004, p. 31).

A influência da mídia na forma como os acontecimentos são interpretados pelas pessoas são objeto de pesquisa do campo da comunicação, muito antes dos postulados de Shaw e McCombs. Entretanto, conforme Traquina (2005, p. 13) “o paradigma então vigente apontava claramente para uma ideia indubitavelmente mais tranquilizadora para a sociedade em geral acerca do poder dos mídia, nomeadamente a ideia de que o poder dos mídia era reduzido e os seus efeitos limitados”.

A partir da concretização do conceito de agendamento, abre-se campo para novas perspectivas e a quebra deste paradigma. Alguns pesquisadores, como Luiz Martins da Silva (2010), propõem outro ponto, o de que o agendamento pode ocorrer de forma reversa, partindo da sociedade para a mídia. A este processo é dado o nome de contra-agendamento.

Esse nosso intento, portanto, procura fundamentar minimamente a possibilidade de transmutar o público de uma condição de reles massa de manobra à de sujeito capaz de produzir sentidos midiáticos sob um novo primado, o de que numa sociedade democrática e plural há também uma constelação de sujeitos coletivos e de respectivos lugares de fala, mas, não isolados ou encastelados em nichos corporativos, e sim, inter-subjetivos

argumentativos, promotores e advogados de direitos e causas (SILVA, 2010, p. 84).

É diante desta possibilidade de interferência do público, que a cobertura do caso Mayara Amaral tomou rumos diferentes dos que os verificados inicialmente nas notícias publicadas pelos jornais locais. Apesar de o fato em si contemplar mais de um critério de noticiabilidade, justificando a cobertura incisiva da mídia, uma abordagem diferenciada e mais crítica somente foi possível com a participação de leitores, familiares da vítima e movimentos feministas, por meio das redes sociais. Aqui, entendemos critérios de noticiabilidade como:

[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“newsworthiness”) (TRAQUINA, 2005, p. 63).

As publicações iniciais, como a feita pelo jornal *online* *Campo Grande News*, no dia 26 de julho de 2017, intitulada “Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro”<sup>35</sup> - bem como as publicadas, anteriormente, sobre o corpo encontrado em um matagal, ainda sem identificação - basearam-se, evidentemente, na existência de parâmetros que levam determinados fatos a receber uma valoração jornalística diferenciada no amplo conjunto de acontecimentos cotidianos. A notícia em questão tratava da apresentação dos três suspeitos de cometer o crime e dava detalhes de como o assassinato teria ocorrido.

A título de exemplo, podemos recorrer à aplicação de alguns dos chamados por Nelson Traquina (2005) de valores-notícia de seleção, para explicar a publicação dos casos de feminicídio, nos jornais diários. O autor põe a morte como um critério de noticiabilidade praticamente óbvio. “Onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 79). O conflito é outro valor-notícia importante para justificar a abordagem. “A presença da violência física fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios [...] muitas vezes exemplificam a quebra do normal” (TRAQUINA, 2005, p. 84).

Certamente, apenas a aplicação de critérios de noticiabilidade não seria suficiente para colocar, por exemplo, o debate em torno do uso do termo feminicídio em destaque nos

---

<sup>35</sup> Disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

veículos de comunicação. Em análise exploratória das três notícias iniciais sobre o caso Mayara Amaral, publicadas pelo *site* *Campo Grande News*, e de três publicadas posteriormente, nos *sites* da revista *Cláudia*, jornal *Folha de São Paulo* e *El País*, realizada no artigo “Feminicídio e ciberfeminismo: as redes sociais como ferramenta de contra-agendamento na cobertura jornalística do caso Mayara Amaral”<sup>36</sup>, verificamos aspectos sobre a mudança de foco nas coberturas, depois das reações nas redes sociais; portanto, sinais de ocorrência de contra-agendamentos. As seguintes notícias foram publicadas no *Campo Grande News*, no dia 26 de julho de 2018: “Mulher encontrada carbonizada havia saído segunda para tocar com a banda”<sup>37</sup>; “Polícia prende suspeito de matar mulher carbonizada”<sup>38</sup>; e “Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro”<sup>39</sup>.

Assim como nos títulos, nenhum dos textos faz referência à possibilidade do assassinato se tratar de feminicídio, mesmo alguns descrevendo elementos característicos deste tipo de crime. Na primeira notícia citada, por exemplo, cujo fato novo é a identificação da vítima, as repórteres trazem, no segundo parágrafo, indícios de uma suposta briga com um namorado, horas antes do assassinato.

Descrições quanto às condições em que o corpo de Mayara foi encontrado - vestido apenas de calcinha, parcialmente queimado e com pancada na cabeça - são elementos que costumam caracterizar os crimes de feminicídio:

[...] a ocorrência desses crimes também em contextos de violência sexual praticada por pessoas desconhecidas, casos em que o menosprezo pela vida da mulher fica evidente até na forma como o crime é praticado: com extrema violência, crueldade e frequentemente com o emprego de elementos para causar dor e sofrimento na vítima e a destruição do seu corpo, em especial nas partes associadas ao feminino, como seios, rosto e genitais (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 37).

A ausência do termo feminicídio nas notícias não anula a possibilidade da motivação do crime ser o ódio à condição de gênero da vítima. Entretanto, a publicação referente à apresentação dos suspeitos dá, no título, um tom definitivo ao caso, apesar de as investigações ainda estarem em curso naquele momento. Ao reproduzir a confissão dos envolvidos e as constatações das autoridades policiais, apontando que o motivo do assassinato foi o carro da

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0105-1.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mulher-achada-carbonizada-havia-saidona-segunda-para-ensaiar-com-banda>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-prende-suspeito-de-matar-mulher-encontrada-carbonizada>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

<sup>39</sup> Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

vítima, a notícia descarta completamente a hipótese de feminicídio. O fato de Mayara estar morta e, portanto, sem chance alguma de manifestação, deixou nas mãos de terceiros as conclusões sobre o caso, causando prejuízo na reconstrução do que, de fato, teria ocorrido naquela noite, já que os envolvidos tiveram a chance de manipular o relato em sua defesa.

Os prejuízos não foram apenas nas informações repassadas à sociedade, mas, como argumentou a irmã da vítima, na carta publicada, à própria imagem de Mayara. Nesse sentido, em estudos anteriores<sup>40</sup>, que compuseram nossas bases exploratórias, confrontamos os títulos das notícias com os questionamentos apresentados por Pauliane Amaral e levantamos resultados importantes, os quais retomamos aqui.

O artigo de opinião publicado no *site* da revista Cláudia, no dia 28 de julho de 2017, um dia após a divulgação da carta, traz o seguinte título “Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada<sup>41</sup>”. Zaidan (2017) buscou destacar no título elementos que comprovam a crueldade e a forma covarde com que o crime foi cometido, reforçando, deste modo, elementos destacados no apelo da irmã. Na carta, ela diz “Foram três, três homens contra uma jovem mulher”.

O subtítulo da publicação da revista Cláudia, traz, também, elementos que exemplificam o impacto da carta. “A polícia embarca na versão dos agressores, investiga como latrocínio e desconsidera a hipótese de feminicídio. O jornalismo erra junto com ela”, afirma a jornalista autora da coluna. O argumento condiz com a reivindicação de Pauliane pelo uso do termo feminicídio, constante na carta originalmente; suprimido, porém, posteriormente. Apesar das alterações na publicação, o apelo para que a hipótese fosse considerada aparece no seguinte trecho “Desde ontem, Mayara Amaral também é vítima de uma violência que parece cada vez mais banal na nossa sociedade. Crime de ódio contra as mulheres, contra um gênero considerado frágil e, para alguns, inferior e digno de ter sua vida tirada apenas por ser jovem, talentosa, bonita... por ser mulher”.

De caráter mais factual e com texto mais objetivo, a notícia publicada no *site* da Folha de São Paulo, no dia 29 de julho de 2017, de autoria da jornalista sul-mato-grossense, Silvia Frias, traz o seguinte título: Assassinato de jovem professora choca MS e 3 são presos<sup>42</sup>. O que chama mais atenção como elemento de contra-agendamento neste título, além da covardia

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0105-1.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905379-assassinato-de-jovem-professora-a-marteladas-choca-ms-e-3-sao-presos.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

e da própria comoção, são o adjetivo e substantivo utilizados para descrever Mayara. A expressão “jovem professora” condiz com a descrição de Pauline, em que ela tenta ressaltar as qualidades da irmã, procurando passar uma imagem além da abordada pelos noticiários. “Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e uma dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão”, são as palavras que abrem a carta. O texto ainda traz uma abordagem mais sensível, procurando ouvir familiares da vítima e citar o debate em torno da tipificação feminicídio.

Publicado no mesmo dia que a notícia da Folha de São Paulo, o texto do jornal *El País* intitulado “Mayara Amaral: a violonista de Campo Grande morta duas vezes”<sup>43</sup> expressa boa parte dos anseios descritos na carta que circulou no *Facebook*. Ao falar de um duplo assassinato, a jornalista María Martín critica, concomitantemente, os suspeitos do crime, a própria postura da sociedade civil, representada pela imprensa e pelos agentes públicos que, de certa forma, deram tom de verdade à versão dos autores.

Inclusive, posteriormente, tanto as investigações, quanto a confissão dos suspeitos, comprovaram que Luís Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, com quem a vítima tinha um envolvimento afetivo, cometeu o crime sozinho.

Aliás, os recursos adotados, inicialmente, pela defesa do acusado, como privação de sentidos pelo uso de drogas, são demonstrados por Pauliane como armas deste “duplo feminicídio”. “Não bastando matar a minha irmã, da forma como fizeram, agora querem destruir sua reputação”, lamentou em determinado trecho da publicação.

Na carta, a imprensa aparece, também, como coautora do linchamento moral pelo qual passou a vítima “Quando escrevem que Mayara era a ‘mulher achada carbonizada’ que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia ‘namorado’ hiper-sexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia”.

Essas análises preliminares, para verificar a influência das redes sociais na cobertura jornalística do caso Mayara Amaral, trazem elementos importantes para sustentar a ocorrência de um processo de contra-agendamento. Apesar dos fragmentos apresentados até aqui, no capítulo 3, recorreremos a um levantamento quantitativo de notícias e reportagens publicadas ao longo do primeiro ano, a partir da ocorrência do feminicídio de Mayara Amaral, para trazer à tona elementos palpáveis sobre o processo comunicacional verificado em torno das narrativas

---

<sup>43</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790\\_128982.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html)>. Acesso em: 22 mai. 2018.

que envolveram o caso. Em uma análise qualitativa do material, demonstramos os fluxos informativos da narrativa, os cruzamentos com os debates nas redes sociais, além de confrontar o material encontrado e os conceitos colocados em debate ao longo desta pesquisa.

### 3 JORNALISMO E REDES SOCIAIS: DADOS E INFERÊNCIAS SOBRE O FEMINICÍDIO DE MAYARA AMARAL

A vítima do primeiro feminicídio registrado depois da sanção da Lei nº 13.104, em março de 2015, em Mato Grosso do Sul, foi Ísis Caroline da Silva Santos. Jovem negra e mãe de duas filhas, com apenas 21 anos, foi asfixiada, e seu corpo jogado em um córrego do município de Ribas do Rio Pardo, distante 102 quilômetros de Campo Grande, para ser levado pela correnteza. O autor do crime foi o ex-marido, Alex Armindo Anacleto de Souza. Antes do fatídico crime que tiraria sua vida definitivamente, ela já havia sido torturada e estuprada por seu algoz<sup>44</sup>.

Mesmo antes do episódio corrido no dia 1º de junho de 2015, Mato Grosso do Sul figurava entre os estados brasileiros com o maior índice de assassinato de mulheres. Na ocasião, era o nono no *ranking* do Mapa da Violência – Mulheres. No entanto, diante de tantas mortes por razão de gênero, todas tão bárbaras, por que o caso Mayara Amaral foi eleito como parte do nosso objeto de pesquisa? Reiterarmos tal questionamento neste ponto é importante e se torna necessário após toda discussão e revisão teórica, em diálogo com o objeto empírico. Rever, incluir e até adicionar novas perguntas é inevitável depois do caminho que traçamos até aqui, além de crucial para efetiva observação da realidade com a possibilidade de descobertas a partir das problematizações impostas (BRAGA, 2011), que é o que vamos buscar neste capítulo.

Além do próprio marco temporal imposto a partir da sanção da Lei do Feminicídio, em 2015, outros fatores norteiam esta escolha. São justamente as diversas nuances possíveis de serem acessadas com este caso, tanto em aspectos sociais, quanto especificamente comunicacionais, que nos levaram a analisá-lo. O caso do feminicídio de Mayara Amaral, ao mesmo tempo que nos aponta fronteiras sociais fortemente alicerçadas, mostra-nos o potencial advindo da associação entre as redes sociais e a potência das vozes feministas ecoadas nas ruas mundo afora.

As relações conceituais e contextuais feitas até aqui nos trazem pistas para responder as questões-chave da dissertação. A sintonia entre o caso ocorrido no Centro-Oeste sul-mato-grossense com campanhas globais encampadas pelo movimentos feministas; as

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://www.correiodoestado.com.br/cidades/autor-de-femicidio-e-condenado-a-26-anos-de-prisao/311753/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

especificidades com a luta das mulheres latino-americanas, localizadas numa histórica periferia geográfica; a disponibilidade em tornar coletiva uma voz subjetiva, sem anular a possibilidade de reconhecer individualidades; e, sobretudo, o impacto de um relato pessoal viralizado em pouco tempo, nas redes sociais; além das interferências na rotina jornalística; são alguns dos aspectos constatados no decorrer do processo. No entanto, as hipóteses levantadas na definição do nosso objeto de pesquisa e de sua relação com conceitos teóricos carecem de comprovações mais precisas, o que nos impôs o desafio de desenvolver uma etapa empírica capaz de abarcar o fenômeno comunicacional revelado a partir da observação do caso Mayara Amaral.

A fim de trazer elementos palpáveis diante da complexidade dos fluxos informativos aqui verificados, vimos a necessidade de empregar, nesta dissertação, práticas metodológicas de caráter aberto e superável (LOPES, 2005. p. 104), capazes de dialogar com as opções feitas ao longo do processo, visto que essas partes são interdependentes e que atendam às características do objeto e dos objetivos da pesquisa. Vamos buscar, aqui, fazer uma reconstrução empírica deste fenômeno, para comprovar (ou descartar) a influência das redes sociais no caso Mayara Amaral, à própria recirculação do conteúdo jornalístico e à diferença da cobertura feita pelo veículo local e os nacionais e internacionais.

A realidade não é suscetível de apreensão imediata, e sua reprodução exige atividades intelectuais complexas; o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método, pois o investigador pode ver muito e identificar pouco e pode ver apenas o que confirma suas concepções (LOPES, 2005, p. 143);

Proceder com uma análise exploratória, de teor descritivo, permitiu-nos, justamente, verificar os fluxos comunicais envolvendo o feminicídio da Mayara Amaral, de forma mais flexível, como é a própria narrativa do caso na relação informacional mútua entre a cobertura jornalística e a produção de conteúdo nas redes sociais, sendo o principal deles a carta publicada pela irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, em sua página pessoal no Facebook. Menos rígido, o caráter exploratório nos permitiu percorrer caminhos que consideramos de melhor diálogo com os conceitos apresentados até aqui, além de ajudar a construir hipóteses até mesmo para além do material coletado, não limitando a pesquisa. Por meio da descrição, é possível levantar características e revelar associações entre as variáveis do caso e das diferentes mídias (GIL, 2010). No entanto, para não tornar a pesquisa algo abstrato e amplo, cuja potencial do objeto nos permite, constatamos a necessidade de combinar técnicas metodológicas, para se ter resultados mais palpáveis.

Nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente numa investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isto

porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação (GIL, 2010, p. 15).

Neste sentido, recorreremos ao Método Quantitativo, para nos dar respaldo a uma etapa descritiva mais aprofundada, com subsídios para uma análise qualitativa, permitindo-nos transcender a mera constatação de dados. Diante disto, foi feita uma tabulação de notícias, artigos e reportagens publicadas sobre o caso Mayara Amaral, ao longo de 12 meses, a partir de 25 de julho de 2017, quando seu corpo foi encontrado.

O processo de tabulação resultou em 148 publicações jornalísticas sobre o caso. Elas foram divididas em dois grupos: as locais, publicadas no *site* Campo Grande News (103), e as nacionais e internacionais (45), publicadas por veículos de comunicação que têm essas amplitudes de alcance. É preciso considerar que, apesar do empenho em fazer uma pesquisa criteriosa, os mecanismos de busca utilizados, por serem próprios do ambiente volátil da rede de computadores, podem apresentar fragilidades as quais fogem do nosso controle. Porém, vale ressaltar, não comprometem os resultados encontrados. Utilizamos como filtro as palavras “Mayara Amaral”, aplicadas no mecanismo de busca avançada do próprio Campo Grande News e, também, os filtros oferecidos pela plataforma de pesquisa na internet Google. Possibilidade de imprecisões foram verificadas, por exemplo, quando notamos que nem todas as notícias publicadas sobre o caso continham o nome da vítima do feminicídio; portanto, poderiam não ser alcançadas por nosso filtro, sendo necessário utilizar mecanismos fora das plataformas de busca já citadas, para garantir um levantamento mais preciso.

As notícias publicadas por veículos nacionais, e até internacionais, ajudam a dar a dimensão do alcance do caso Mayara Amaral; por isso, foram selecionadas como parte do material de análise para elaboração desta dissertação. Porém, antes, fizemos a análise de um veículo local, a título de comparação, com a intenção de ampliar nossas formulações.

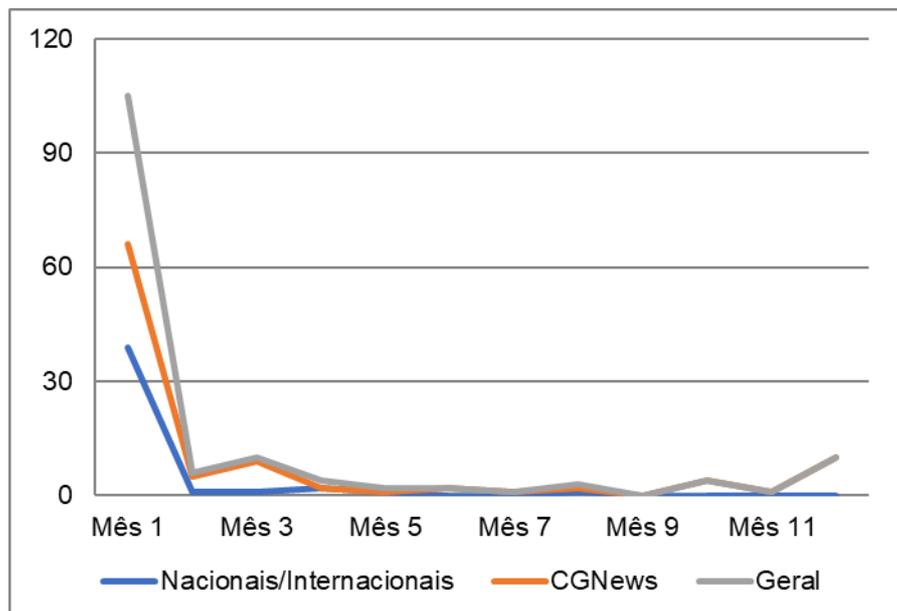
O objetivo com o levantamento foi formar uma série de publicações que nos permitisse analisar oscilações de comportamento midiático, a partir de interferências consideradas, *a priori*, externas às coberturas jornalísticas. Aspectos não só relacionados aos desdobramentos das investigações, como, também, publicações paralelas das redes sociais e das mobilizações organizadas neste período, motivadas pelo caso ou por causas semelhantes. No decorrer da busca, notamos que as reações relativas ao feminicídio da musicista sul-mato-grossense ocorreram em contexto de emergência de uma nova fase do movimento feminista, aqui tratado de Quarta Onda Feminista, e de maior democratização no uso das novas tecnologias, caracterizada, principalmente, pelo uso intenso das redes sociais da internet e pela criação de diferentes canais de comunicação, fatores que contribuíram de forma

significativa para que esse caso ultrapassasse fronteiras geográficas.

Considerar essas hipóteses de oscilações nos leva para a análise qualitativa da nossa investigação. Neste capítulo, o primeiro passo nesse sentido foi selecionar quais informações seriam tabuladas sobre as publicações. Chegamos aos seguintes critérios: título das notícias, data/hora da publicação, editoria, autores, subtítulo, link de acesso, citação ao termo “feminicídio”, ou, ainda, se as notícias faziam referência à carta de grande repercussão publicada pela irmã de Mayara, a jornalista Pauliane Amaral, nas redes sociais, no dia 27 de julho de 2017. A escolha desses critérios se deu a partir de apreensões ocorridas durante a parte teórica da nossa pesquisa, as tabelas completas seguem nos apêndices.

A partir do levantamento dos 148 textos, foi possível notar, de antemão, como se deu a frequência de publicação no âmbito local e nacional, as editorias principais, a centralidade do termo feminicídio e da carta da irmã da vítima nas publicações. Elaboramos nove gráficos que permitem a visualização do panorama quantitativo para respaldar a etapa qualitativa.

**Gráfico 1** – Frequência das publicações no decorrer de um ano

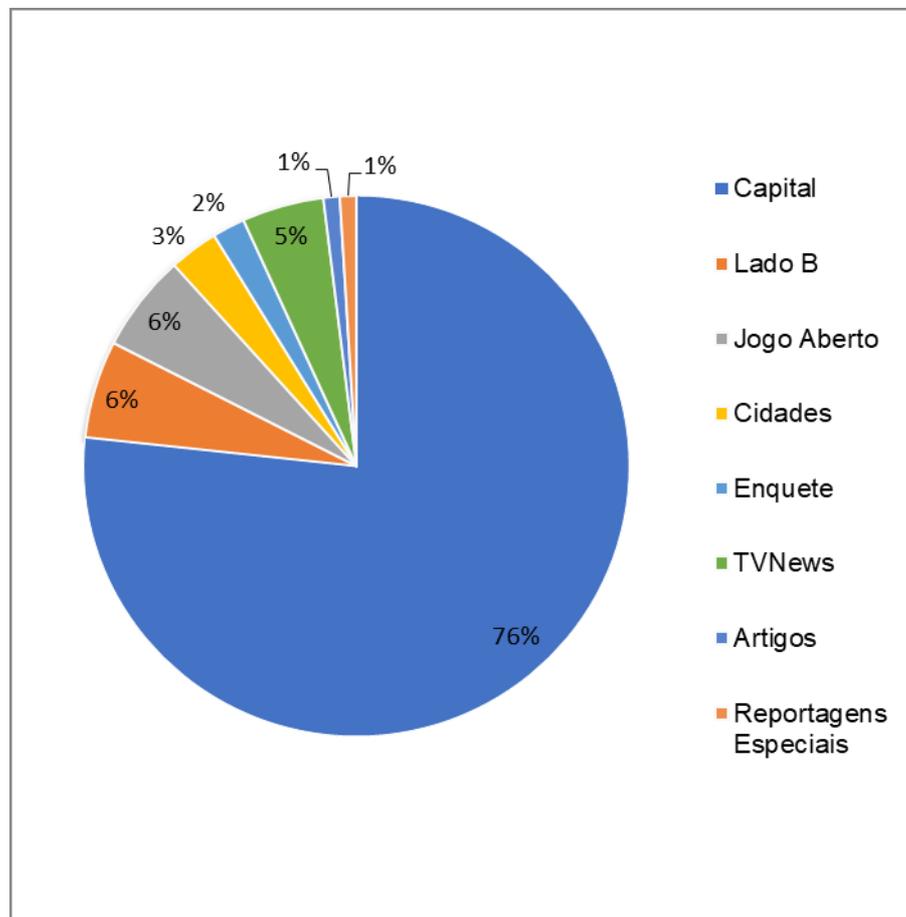


**Fonte:** da autora

Considerando a data das publicações, o **gráfico 1** nos mostra que maior parte das notícias sobre o caso Mayara Amaral ocorreu no primeiro mês depois de o corpo da musicista ser encontrado. Fatos relevantes, como a prisão dos suspeitos, a confissão do assassino e a carta publicada pela irmã da vítima nas redes sociais, ocorreram entre os dias 25 de julho e 25 de agosto de 2017, elementos que ajudam a entender a maior frequência das publicações nestes 30 dias. Nos 11 meses subsequentes, o feminicídio não voltou a ter a mesma

repercussão. No segundo e terceiro meses, os fatos abordados eram relativos, principalmente, aos primeiros dias do assassino na prisão e ao debate sobre a qualificação do crime como feminicídio. O impasse resultou numa espécie de queda de braço entre membros do Ministério Público Estadual (MPE), responsáveis pela denúncia, e do Tribunal de Justiça, encarregados de julgar o caso. No levantamento geral das notícias, o caso só tem ocorrência expressiva, novamente, quando completa um ano. O **gráfico 1** também nos revela que o *site local* Campo Grande News foi o que cobriu mais amplamente o caso. Apenas no mês 9, o *site* não abordou o caso. No levantamento relativo às publicações Nacionais/Internacionais, nos meses 6, 7, 9, 10, 11 e 12, não foram identificadas matérias sobre o caso.

**Gráfico 2** – Editorias em o feminicídio de Mayara Amaral foi publicado no Campo Grande News

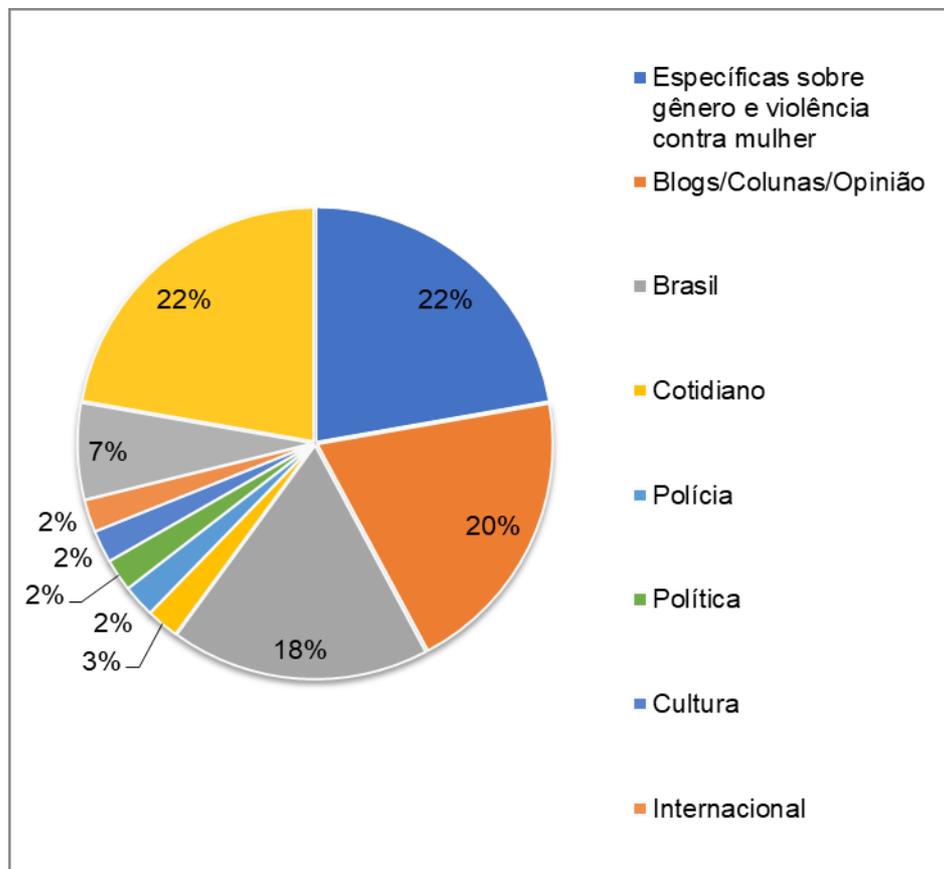


**Fonte:** da autora

No **gráfico 2**, mostramos as editorias que abordaram o feminicídio de Mayara Amaral, no Campo Grande News. As publicações se concentraram na editoria *Capital*, dedicada a abordar os assuntos ocorridos, ou que impactam, em Campo Grande-MS. Quando o caso foi tratado de forma mais abrangente, relacionado às manifestações organizadas pelo País, por exemplo, a editoria *Cidades* foi a escolhida. Chama a atenção nessa etapa do levantamento,

que a segunda editoria em que o assunto mais figurou foi o *Lado B*, específica de publicações sobre comportamento, cultura, consumo e diversão. A editoria *Jogo Aberto* é, na verdade, uma coluna de notas factuais de cunho opinativo, em que o caso foi lembrado no curso das investigações. Na editoria *TV News*, o foco foi no desdobramento das investigações. O caso motivou, também, a elaboração de enquetes, como forma de interagir com o público, especialmente, sobre debates trazidos pelo caso, a exemplo do impasse quanto à qualificação do crime como feminicídio. Também, foi elaborada uma reportagem especial, em que Mayara aparece como personagem.

**Gráfico 3** – Editorias em que o feminicídio de Mayara Amaral foi publicado nos veículos Nacionais e Internacionais

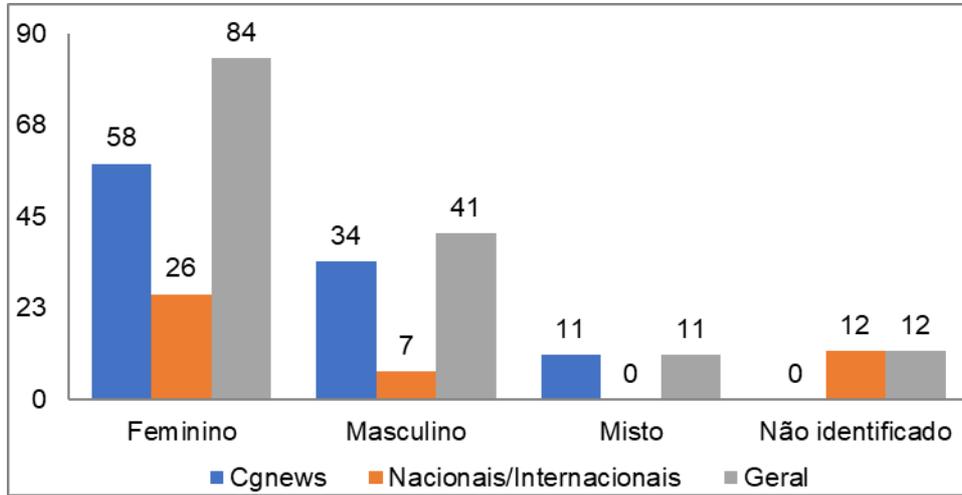


**Fonte:** da autora

O **gráfico 3** nos mostra a diversidade de editorias em que o feminicídio de Mayara Amaral foi abordado pelos veículos nacionais e internacionais. Para melhor visualização dos dados, colocamos em um mesmo grupo as editorias de veículos dedicadas a tratar especificamente de gênero e violência contra a mulher. O interessante é que a maior parte das publicações se deu nestas editorias, foram 10 do total de 45 publicações. O assunto, também, foi o escolhido por blogueiras e articulistas, para ser debatido de forma opinativa, representando 20% (9) do total de publicações. Apesar de se tratar de um crime, apenas um

veículo alocou o caso na editoria de *Polícia*. Mayara, também, foi lembrada em editoria de *Política*, quando motivou mobilizações, e de *Cultura*, quando se tornou tema de canção.

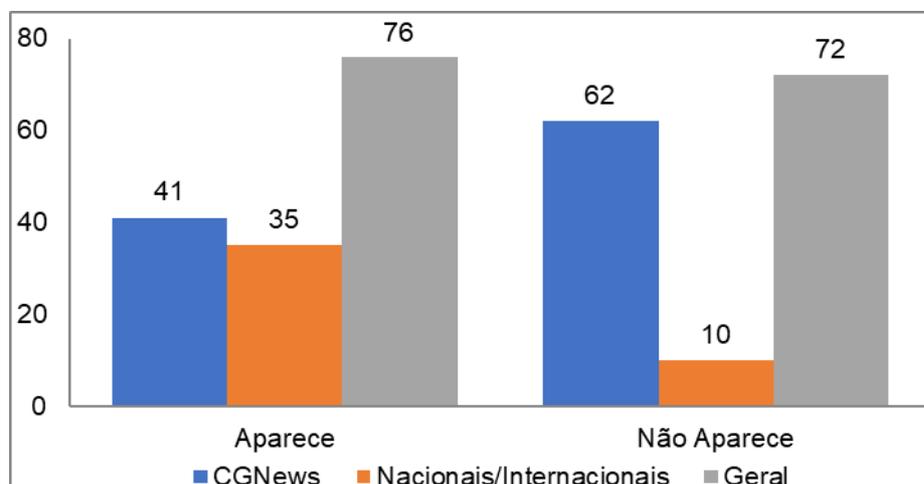
**Gráfico 4** – Gênero dos autores das publicações sobre o caso Mayara Amaral



**Fonte:** da autora

O **gráfico 4** nos releva que a maior parte das notícias sobre o feminicídio de Mayara Amaral foi escrita por mulheres, tanto no *site* Campo Grande News, quanto nas publicações dos nacionais e internacionais. É importante considerar tal fator, para tentar interpretar os dados, com uma perspectiva de gênero, embora outros elementos devam ser considerados para alcançar este objetivo. Análise mais detalhada, que será feita adiante, poderá nos indicar variáveis nas publicações, conforme o gênero do ou da repórter que escreveu a notícia, podendo indicar, por exemplo, se as jornalistas estão mais familiarizadas com o debate proposto pelos movimentos feministas ou, ao contrário, que, apesar do lugar de falar, como propõe o conceito de Ribeiro (2017), destas profissionais, as publicações reproduzem padrões combatidos por estas mobilizações sociais.

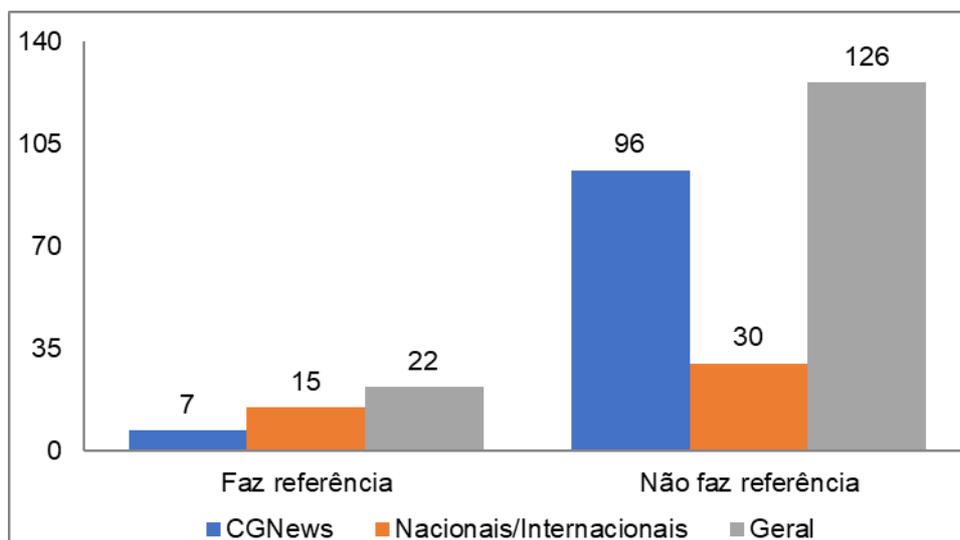
**Gráfico 5** – Publicações que utilizam o termo “feminicídio”



**Fonte:** da autora

O uso da palavra “feminicídio” nas notícias e reportagens publicadas sobre o caso Mayara Amaral é um fator que consideramos determinante para entender a possível transformação das coberturas jornalísticas frente às mobilizações. No quadro geral, o **gráfico 5** nos releva que a maior parte das publicações sobre o caso utilizaram o qualificador, demonstrando sintonia com o apelo da irmã da vítima na carta aberta publicada em seu perfil no Facebook e com as reivindicações dos movimentos feministas para que se reconhecesse o crime como feminicídio. No entanto, verificamos, também, que o mesmo fenômeno não se repete quando analisamos os levantamentos específicos. No *site* Campo Grande News, por exemplo, o uso da palavra “feminicídio” foi feito na minoria das publicações, o que nos indica uma variação do entendimento sobre o crime, no âmbito local, em relação ao nacional e internacional.

**Gráfico 6** – Referência à carta publicada nas redes sociais pela irmã de Mayara Amaral



**Fonte:** da autora

Utilizada como indicador das reações nas redes sociais em nossa pesquisa, a carta publicada pela irmã da musicista assassinada, Mayara Amaral, e compartilhada por mais de 30 mil perfis cadastrados no Facebook, foi considerada em nosso levantamento. O **gráfico 3** demonstra que, apesar da grande repercussão, a publicação foi pouco citada nas notícias e reportagens jornalísticas sobre o caso de feminicídio. Entre os veículos nacionais, a publicação foi mais lembrada, sendo citada, diretamente, em 15 notícias; portanto mais que o dobro das citações feitas pelo Campo Grande News, no qual a ocorrência foi registrada em apenas 7 notícias. A falta de referência direta ao texto não significa, necessariamente, que as críticas feitas pela irmã da vítima não foram consideradas na cobertura jornalística e nem que ela foi o único fator a afetar as notícias e reportagens sobre o caso.

Os levantamentos realizados, além de permitir um diálogo entre as diferentes fases da

pesquisa, permitiram-nos ressaltar aspectos importantes para o melhor entendimento do contexto em que as notícias, reportagens e os artigos jornalísticos sobre o caso Mayara foram publicados, e chegam a servir como elementos comprobatórios de hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa.

Para melhor entendimento, as análises qualitativas foram divididas em duas etapas considerando a própria forma como os levantamentos foram feitos: “Afetação local: os fluxos informativos do Campo Grande News” e “Afetação global: os fluxos informativos nos veículos nacionais e internacionais”. A divisão e os nomes dos tópicos foram inspirados no conceito de local-global, apontado por Santos (2001) e Castells (2005) como características dos novos movimentos sociais, em que a Quarta Onda Feminista e os Ciberativismo se sobressaem. Lembrando que a separação é feita a título de organização, pois os fluxos informativos, especialmente na sociedade em rede, não costumam seguir itinerários rígidos. Pelo contrário, são caracterizados por sua flexibilidade.

Para respaldar estas escolhas, utilizamos uma estratégia de pesquisa baseada no alinhamento de métodos quantitativos e qualitativos, dialogando com práticas características da Análise de Conteúdo (AC); no entanto, sem adotar, necessariamente, rígidas técnicas de pesquisa, as quais poderiam até reduzir ou omitir aspectos importantes de serem explorados a partir do desenho apresentado pelo objeto de pesquisa e de todo o levantamento teórico trazido até aqui. Considerada uma técnica híbrida, a Análise de Conteúdo permite a realização de levantamento de dados e a análise destes números de forma qualitativa, por meio da realização de inferências. Conforme Fonseca Júnior (2011, p. 284) “a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada”. Desta forma, o pesquisador pode colocar em evidência elementos da mensagem que condizem com o contexto analisado, além de possibilitar revelar aspectos quanto ao ambiente emissor e, também, receptor deste conteúdo.

### **3.1 Afetação local: os fluxos informativos do Campo Grande News**

O levantamento referente às notícias publicadas no *site* Campo Grandes News, entre 25 de junho de 2017 e 25 de junho de 2018, sobre o caso de feminicídio da musicista e pesquisadora Mayara Amaral, resultou em 103 publicações. A escolha do veículo se deu devido a sua relevância no contexto regional. Primeiro jornal *online* de Mato Grosso do Sul, o

CGNews foi inaugurado em 4 de março de 1999. Com conteúdo, 100% local, o portal é o mais acessado do estado, com média de 3,2 milhões de visitas mensais<sup>45</sup>. O *site* possui filtro de busca preciso, com as seguintes opções de pesquisa: palavra-chave, data inicial, data final e editoria.

O nosso principal filtro de pesquisa, para o período já mencionado, foi o nome da vítima do feminicídio, Mayara Amaral. No entanto, como nas primeiras reportagens referentes ao caso não constavam a identificação da musicista, já que seu corpo foi encontrado queimado, num matagal, na área rural de Campo Grande-MS, foi necessário utilizar de busca manual na data de 25 de junho de 2017. No dia seguinte, o corpo foi identificado, bastando, portanto, a pesquisa ser feita com nome e sobrenome da vítima a partir desta data.

O número de matérias referentes ao feminicídio e com o nome de Mayara Amaral demonstra que o jornal fez uma cobertura abrangente do caso, o que demonstra que houve disposição do jornal em cobrir o caso. Traquina (2005) descreve a morte como um dos principais critérios de noticiabilidade no Jornalismo, ou seja, aquilo que leva um acontecimento a tornar-se notícia. A proximidade, também, é um valor-notícia considerado pelo autor. Portanto, sendo o Campo Grande News um *site* com conteúdo predominantemente local, é natural que haja um interesse maior na cobertura do caso e, conseqüentemente, a produção de um grande número de notícias, até mesmo pela facilidade de apuração, já que o crime ocorreu no estado que o jornal se propõe a abastecer de notícias. A cobertura abrangente por parte do *site* corrobora com o que constataram Martins e Carvalho (2016), ao discutirem os crimes de proximidade em razão de gênero. Segundo eles, há uma preocupação em registrar os feminicídios de forma quantitativa. Tanto que alguns levantamentos oficiais utilizam os próprios jornais como base para constituição de pesquisas. Porém, a mera notificação se mostra ineficaz no sentido de fazer enfrentamento político e legal. As coberturas jornalísticas, também, correm o risco de reduzir suas produções sobre o assunto a meros registros.

Conforme tabela elaborada, a maior concentração de matérias jornalísticas sobre o caso ocorreu no primeiro mês do acontecimento. Foram 66 notícias publicadas no período de 30 dias. O número se refere a 64% do total de matérias publicadas nos 12 meses considerados. Analisando número de publicações nas quatro primeiras semanas, podemos observar a

---

<sup>45</sup> Dados do *site* <https://www.similarweb.com>, tendo como referência o mês de abril de 2019. Acesso em: 03 de jun. 2019.

drástica diferença. Na primeira semana, entre 25/07/2017 e 01/08/2017, foram publicadas, pelo Campo Grande News, 33 notícias sobre o caso Mayara Amaral. Entre 02/08/2017 e 24/08/2017, a quantidade de publicações caiu para 23. Na terceira semana, entre 10/08 e 16/08/2017, foram apenas 8 publicações. Na quarta e última semana antes do feminicídio completar um mês, entre os dias 17/08 e 24/08/17, foram apenas 2 notícias publicadas sobre o caso. Nos primeiros 11 dias, foram publicadas notícias diariamente. Nos 11 meses seguintes, as publicações somaram 37, portanto, número muito inferior em relação aos 66 registros feitos no primeiro mês de ocorrência do feminicídio de Mayara Amaral.

Os números nos mostram, portanto, um movimento decrescente na intensidade das publicações das notícias, o que coincide com o ritmo das investigações policiais sobre o caso. A frequência das publicações ocorreu, apesar da rápida resolutividade do crime. A primeira notícia elaborada pelo *site*, às 19h37, no dia 25 de julho de 2017, “Corpo de mulher é encontrado carbonizado na região do Inferninho”<sup>46</sup>, deixa explícito o mistério envolvendo o caso e deixa clara a chance de novos desdobramentos. Os suspeitos foram presos no dia seguinte e, dez dias depois, Luís Alberto Bastos, que tinha um relacionamento com Mayara, confessou ter realizado o crime sozinho, como demonstra a notícia “Para amenizar pena, assassino de Mayara apela para entrevista nacional”<sup>47</sup>, publicada em 5 de agosto de 2017. Mesmo assim, a investigação foi desdobrada nos mínimos detalhes, pelos repórteres do Campo Grande News, o que não evitou que o jornal perdesse o furo da confissão do assassino, publicado por veículo nacional, no caso, a revista Veja.

Reportagens com a intenção de apresentar ao leitor quem era Mayara ajudaram, também, a engrossar o volume de notícias publicadas sobre o caso, no primeiro mês, como “Caçula entre quatro filhos, Mayara foi inspirada na música por pai e avô”<sup>48</sup>, publicada em 26 de julho de 2017, “Era desses talentos que nasce um em 1 milhão, diz professor sobre Mayara”<sup>49</sup>, publicada em 27 de julho de 2017, e “ ‘Nasceu para a música’, desabafa mãe de Mayara, assassinada há uma semana”<sup>50</sup>, publicada em 31 de julho de 2017. No entanto, mais

---

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/corpo-de-mulher-e-encontrado-carbonizado-na-regiao-do-inferninho>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-amenizar-pena-assassino-de-mayara-apela-para-entrevista-nacional>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cacula-entre-quatro-filhos-mayara-foi-inspirada-na-musica-por-pai-e-avol>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/era-desses-talentos-que-nasce-um-em-1-milhao-diz-professor-sobre-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2363-nasceu-para-a-msica-desabafa-me-de-mayara-assassinada-h-uma-semanaprofessor-sobre-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

da metade das matérias publicadas pelo Campo Grande News se dedicou a abordar o andamento das investigações policiais e seus desdobramentos judiciais, portanto, notando-se o predomínio de uma cobertura policial imediatista.

Outra tentativa de dar mais fôlego ao caso neste primeiro mês de abordagens são as notícias que exploram a situação de dois dos três homens apontados, inicialmente, como suspeitos de participação no crime, não sendo Mayara propriamente a protagonista destas publicações. As notícias “Inocentada do assassinato de Mayara, dupla reza na cadeia para agradecer”<sup>51</sup>, publicada em 8 de agosto de 2019, e “Inocentados do caso Mayara passam o dia em família, após deixar prisão”<sup>52</sup>, em 16 de agosto de 2019, no Campo Grande News, demonstram o nível de detalhamento sobre o caso dos homens falsamente envolvidos no caso, por Luís Alberto Bastos. Para se ter uma ideia, das 103 notícias e reportagens tabuladas, dez tiveram enfoque na história dos suspeitos inocentados, enquanto apenas seis foram dedicadas a falar sobre quem era a vítima daquele feminicídio, seu ofício e suas relações familiares, ou seja, sem ter a investigação e o julgamento de seu assassino como destaque e com alguma preocupação em humanizar Mayara. Não que a história dos acusados injustamente não seja interessante. Há relevância em mostrar como os próprios agentes públicos podem incorrer em erros, já que os dois homens chegaram a ser detidos e apresentados em coletiva de imprensa pela polícia. Seus rostos estamparam diversos jornais, e seus nomes permanecem em muitas publicações envolvendo o caso Mayara. No entanto, cabe questionar o fato de suas histórias ganharem mais notoriedade do que a da própria vítima do crime.

Até mesmo uma espécie de perfil de Luís Alberto Bastos, autor do crime, foi traçado com base em depoimentos de amigos. A reportagem foi publicada no dia 27 de julho de 2019, “Amigos estão chocados com envolvimento de baterista na morte de Mayara”<sup>53</sup>. Aliás, um dos alvos das críticas das feministas e da própria irmã de Mayara, na carta publicada nas redes sociais, foi justamente o espaço considerável dado pelo *site* a notícias com enfoque nos suspeitos, em detrimento da própria história da vítima. Chama a atenção a combinação de adjetivos com o tom de suposição no *lead* da notícia que se dedica a retratar o assassino confesso da musicista:

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentada-do-assassinato-de-mayara-dupla-reza-na-cadeia-para-agradecer/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentados-do-caso-mayara-passam-o-dia-em-familia-apos-deixar-prisao/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-estao-chocados-com-envolvimento-de-baterista-na-morte-de-mayara/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Chocados. Assim amigos e familiares do músico Luís Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, ficaram ao saber que ele, vegetariano, fã de natureza, até então pacifista e amigável, foi preso suspeito de ser o mentor do assassinato de Mayara Amaral, 27, com quem diz que mantinha um relacionamento (RIBEIRO, R., 2017).

Apesar de ser produzido quando as investigações ainda estavam em andamento, tal texto revela que o autor procura uma justificativa para o crime. Além disso, ele coloca dúvida sobre o relacionamento mantido entre Mayara e seu algoz, elemento de suma importância para qualificação do crime como feminicídio, especialmente diante da tentativa de dificultar as investigações com a supressão de provas. Atear fogo ao cadáver da vítima é um dos exemplos para ocultação de indícios da autoria do crime, verificados no caso de Mayara. Diante das descrições feitas pelos entrevistados, o autor da reportagem dedica cinco parágrafos à hipótese de Luís Alberto Bastos ser usuário de drogas. Depoimentos colhidos do até então suspeito apontavam para o uso de cocaína na noite em que o feminicídio de Mayara ocorreu. Conforme Prado e Sanematsu (2017), a tentativa de achar uma justificativa para explicar o que motivou o homem a matar uma mulher é comum em notícias sobre esses casos. “‘Enciumado’, ‘inconformado com o término’, ‘descontrolado’ ou até ‘apaixonado’ são os adjetivos que figuram com frequência nas manchetes da imprensa, todos os dias, para justificar crimes bárbaros [...] (PRADO E SANEMATSU, 2017, p. 16, 2017). É como se apenas o ódio pelo gênero feminino não bastasse para alguém cometer um crime.

Das 103 publicações feitas pelo *site* Campo Grande News em que o nome de Mayara Amaral é citado, 65, o equivalente a 63,1%, têm como foco o desdobramento das investigações e a tramitação do caso na Justiça. Policiais, advogados e o próprio processo aparecem como principais fontes nestas notícias. Chama a atenção, o nível de detalhamento de algumas das publicações com este enfoque: “Preso por morte de Mayara indicou namorada como visitante em presídio”<sup>54</sup>, de 3 de agosto de 2017, “Preso por matar Mayara quer trocar de presídio com medo de ameaças”<sup>55</sup>, de 4 de agosto de 2017, e “Assassino confesso de Mayara quer sair do presídio para sacar FGTS”<sup>56</sup>, 4 de setembro de 2017. Os exemplos relatam fatos ocorridos enquanto o assassino já estava na prisão. Em certa medida, lembramos as abordagens dos veículos dedicados a acompanhar a vida das celebridades, conhecidos como “de fofoca”. Mesmo que por um momento, Luis Alberto Bastos ganhou a atenção da

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-indicou-namorada-como-visitante-em-presidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>55</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-matar-mayara-quer-trocar-de-presidio-com-medo-de-ameacas>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/assassino-confesso-de-mayara-quer-sair-do-presidio-para-sacar-fgts>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

imprensa, de forma semelhante à de um ator de novela, ou um grande jogador de futebol. Moreno (2012) Prado e Sanematsu (2017) alertam para os riscos de espetacularização da tragédia e de tornar um assassino celebridade em casos envolvendo violência contra a mulher. Afinal, estes detalhes não representam nada de relevante para as investigações, ainda mais quando estamos diante de um assassino confesso. Questionamos até se há um deslocamento do âmbito propriamente do Jornalismo, para a esfera do entretenimento.

Nas outras 38 publicações, o teor, em alguma medida, se altera, no sentido, por exemplo, de diversificar as fontes de informação; no entanto, não é completamente desvinculado da cobertura policial. Mesmo quando familiares aparecem como fonte das notícias, o foco é a repercussão do andamento das investigações. Isto é demonstrado nas seguintes publicações: “Para os pais, interesse de assassinos de Mayara era outro carro da família”<sup>57</sup>, de 31 de julho de 2017, “‘Isso é estratégia’, diz pai de Mayara sobre nova versão de assassino”<sup>58</sup>, 5 de agosto de 2017, e “‘Chega a ser ridículo”, diz irmã de Mayara sobre exame mental de assassino”<sup>59</sup>, de 24 de agosto de 2017, e “‘Família de Mayara acredita que tese de feminicídio não vai passar”, de 19 de outubro de 2017. Até as notícias baseadas na carta publicada por Pauliane Amaral, nas redes sociais, ganhou ares policiais, embora contassem com outros elementos a serem trabalhados, como os feitos acadêmicos da vítima e as críticas à própria cobertura jornalística. Em “‘Irmã cobra investigação de estupro antes da morte de Mayara”<sup>60</sup>, de 27 de julho de 2017, o desabafo acaba não fugindo do foco policial; embora outros elementos não sejam explicitados nesta notícia, a carta impactou sobre a opinião pública e, conseqüentemente, no desenrolar judicial do caso.

Além da repercussão das investigações entre os familiares da vítima, as 38 matérias classificadas como não sendo de caráter especificamente policial, também não exploram, necessariamente, outros aspectos da vida de Mayara. Nota-se nesta seleção, ainda, a vinculação do caso de Mayara com outros assuntos: “‘Filho de ex-vereador morto diz que Mayara tocaria em missa de 7º dia”<sup>61</sup>, de 28 de julho de 2017, “‘Familiares e amigos de Kauan

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-os-pais-interesse-de-assassinos-de-mayara-era-outro-carro-da-familia>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-isso-e-estrategia-diz-pai-de-mayara-sobre-nova-versao-de-assassino>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>59</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-chega-a-ser-ridiculo-diz-irma-de-mayara-sobre-exame-mental-de-assassino>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/filho-de-ex-vereador-morto-diz-que-mayara-tocaria-em-missa-de-7o-dia>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

param Afonso Pena pedindo por Justiça”<sup>62</sup>, de 12 de agosto de 2017, e “No olhar de uma mãe, a esperança é superar o sofrimento de perder o filho”<sup>63</sup>, também, de 12 de agosto de 2017, são alguns dos exemplos. Nestas abordagens, o caso de Mayara é citado em notícias sobre outras tragédias ocorridas à época.

Diante do enfoque policialesco dado à maioria das notícias e reportagens publicadas pelo *site* Campo Grande News, sobre o caso Mayara Amaral, inclusive dando espaço considerável a outros atores ligados a este e até outros crimes ocorridos no mesmo período, podemos considerar o conceito de *invisibilidade seletiva* adotado pela pesquisadora Rachel Moreno (2012) para classificar os padrões adotados pela mídia. Ao realizar uma cobertura jornalística predominantemente policial e factual, o jornal decide focar em determinados comportamentos e corre o risco de ignorar outros. Ao desconsiderar o contexto em que o crime ocorreu, suas consequências e ponderações, o resultado pode ser uma cobertura espetacularizada da violência e do sofrimento.

Com a análise feita do levantamento até aqui, verificamos padrões dominantes na cobertura jornalística do Campo Grande News, como o tom policialesco, comum em muitos veículos de comunicação ao tratar de crimes. Mas, nas publicações feitas ao longo de um ano, sobre o caso Mayara Amaral, algo foge ao trivial das cansadas rotinas jornalísticas, e isto pode ser demonstrado, ao confrontarmos estas notícias e reportagens, com o contexto social em que os feminicídio ocorre.

Além dos exemplos já citados, o grupo de 38 matérias, em que a cobertura essencialmente policial é amenizada, traz-nos outros elementos. Abordar as homenagens à musicista assassinada pode ainda estar ligado a uma cobertura factual. Neste sentido, temos os seguintes exemplos: “Na voz de Marina Peralta, Mayara se foi, mas deixou força para a luta feminista”<sup>64</sup>, de 30 de julho de 2017, “Amigos e familiares preparam homenagem para missa de 7º dia de Mayara”<sup>65</sup>, de 31 de julho de 2017, “Com música, amigos e família prestam homenagem à Mayara Amaral em missa”<sup>66</sup>, também, publicada no dia 31 de julho de 2017, e

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/familiares-e-amigos-de-kauan-param-afonso-pena-pedindo-por-justica>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>63</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/no-olhar-de-uma-mae-a-esperanca-e-superar-o-sofrimento-de-perder-o-filho>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/na-voz-de-marina-peralta-mayara-se-foi-mas-deixou-forca-para-a-luta-feminista>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-e-familiares-preparam-homenagem-para-missa-de-7o-dia-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/com-musica-amigos-e-familia-prestam-homenagem-a-mayara-amaral-em-missa>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

“Alunos e colegas de Mayara fazem sarau para homenagear professora”<sup>67</sup>, de 23 de setembro de 2017. No entanto, apesar de algo neste sentido já ser pincelado nas homenagens, o que soa incomum em comparação à cobertura de outros casos de feminicídio são as notícias e reportagens com problematizações a respeito dos crimes de feminicídio, das mobilizações de rua motivadas pelo caso de Mayara Amaral, além da repercussão dos crimes entre autoridades e pesquisadores.

Dois dos filtros adotados neste levantamento foram imprescindíveis para demonstrarmos de que forma a carta publicada pela irmã da musicista, em sua página pessoal no Facebook, impactou na cobertura jornalística do Campo Grande News: se a publicação fazia referência à carta e se a palavra feminicídio era utilizada pelos autores. Publicado nas redes sociais, no dia 27 de julho de 2017, dois dias depois do corpo de Mayara ser encontrado, o depoimento teve mais de 30 mil compartilhamentos. No *post*, a jornalista Pauliane Amaral afirmou que o crime tinha características de feminicídio; no entanto, alterou a publicação posteriormente, por receio de interferir nas investigações, conforme detalhado na introdução desta pesquisa.

A notícia referente à publicação feita no Facebook foi a 11ª noticiada pelo *site* Campo Grande News e é a primeira a fazer referência à carta de Pauliane, sendo os dois conteúdos publicados no mesmo dia. E é a primeira a utilizar a palavra feminicídio, justamente pela hipótese levantada pela irmã da vítima. Apesar do tom policialesco da notícia, como já citado anteriormente “Irmã cobra investigação de estupro antes da morte de Mayara”<sup>68</sup>, de 27 de julho de 2019, é baseada no depoimento de Pauliane, trazendo trecho de sua carta, logo no *lead*; no entanto, a palavra feminicídio não ganha destaque, aparecendo apenas no terceiro parágrafo da reportagem:

Pauliane havia citado no *post* que o crime também tem características de feminicídio, mas editou o texto, reforçando o pedido de investigação da violência sexual, depois de ser orientada nesse sentido, em razão dos rumos que a investigação ainda pode tomar. O questionamento sobre a tipificação também apareceu em inúmeros *posts* nas redes sociais (RODRIGUES; FERREIRA, 2017).

No trecho, é possível notar que a reivindicação pela tipificação de feminicídio não se trata de um pedido isolado da irmã da vítima. Até então, o caso vinha sendo tratado como suspeita de latrocínio, já que alguns bens da vítima tinham sido subtraídos. Porém, a

---

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/alunos-e-colegas-de-mayara-fazem-sarau-para-homenagear-professora>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>68</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

reportagem relativa à apresentação dos suspeitos, em 26 de julho de 2017, “Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro”<sup>69</sup>, revelava que Luis Alberto Bastos confessou à polícia ter um relacionamento com a vítima; portanto, evidência elementar para considerar a hipótese de ocorrência de um feminicídio íntimo, logo no primeiro momento. Conforme as Diretrizes Nacionais para Investigar e Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (ONU Mulheres, 2016), o feminicídio íntimo é caracterizado:

[...] pela morte de uma mulher cometida por uma pessoa com que a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s. Inclui-se a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele, seja sentimental ou sexual já que estes crimes costumam ser cometidos por companheiros e ex-companheiros das vítimas (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 21).

Na mesma matéria, o delegado Tiago Macedo, até então responsável pelas investigações, iniciadas há apenas dois dias, cogitava a possibilidade de haver uma mudança quanto à tipificação.

Aquela tipificação do crime foi sustentada em elementos que estão dentro do inquérito, que nós dispomos até o momento. Pode mudar? Sim, pode. Se surgir um fato novo, um elemento de informação que tenha a ver com o crime, que nós ainda não temos conhecimento”, explicou (RODRIGUES; FERREIRA, 2017).

Apesar das ponderações, o delegado afirmou discordar de que o assassinato de Mayara fosse um feminicídio. “Ainda conforme o delegado, o crime não se caracteriza como feminicídio, porque este é quando a motivação está relacionada ao gênero sexual, e quando o crime é um homicídio” (RODRIGUES; FERREIRA, 2017). Este trecho, nos revela a convicção com que o crime de latrocínio é considerado. O único fato novo e incontestável surgido nas investigações, depois da publicação desta reportagem, foi a confissão do próprio autor do crime, vista por muitos como uma tentativa de redução de pena, já que ele afirmou ter sido “movido pelo ódio”. Cabe-nos a pergunta: O assassinato de Mayara seria considerado feminicídio pelas autoridades, caso tal confissão, do homem autor do crime, não fosse feita? Foge do Jornalismo!!!

A reportagem sobre a publicação da carta da irmã de Mayara é a que inaugura a ocorrência da palavra feminicídio em nosso levantamento, mas notamos que as notícias e

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

reportagens em que a tipificação aparece, são minoria. Como demonstrado no **gráfico 5**, das 103 notícias e reportagens publicadas pelo *site* Campo Grande News, durante o período analisado, apenas 41 utilizam a palavra feminicídio, o que equivale a 40% das publicações. Na maioria das publicações, 62, o qualificador não aparece. Das 66 notícias que citam Mayara Amaral, no primeiro mês de maior concentração das publicações sobre o assunto, 23 fazem referência ao crime de feminicídio. Portanto, pouco mais de 1/3 das publicações. Nos 15 dias subsequentes à publicação da carta, 22 das 46 notícias publicadas utilizaram a tipificação. Esse foi o período de maior ocorrência da palavra.

A primeira notícia em que a palavra feminicídio aparece no título é “Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio”<sup>70</sup>, publicada em 28 de julho de 2017, um dia depois de Pauliane compartilhar sua carta nas redes sociais. Chama a atenção o fato de as primeiras notícias que consideram a tipificação de feminicídio não serem aquelas que têm a investigação policial como foco principal, mas, sim, as que consideram reações e declarações ligadas à família e aos amigos; portanto, têm como fontes principais representantes da sociedade civil e não do Estado. Uma das reportagens em que a distinção na utilização das fontes é demonstrada é a seguinte: “Especialista da USP avalia que morte de Mayara foi feminicídio”<sup>71</sup>, também, publicada em 28 de julho de 2017.

Uma das poucas publicações, no levantamento geral, dedicadas a explicar o porquê do caso ser tipificado como feminicídio de maneira mais aprofundada, a reportagem traz, também, um exemplo de como a reivindicação de Pauliane, feita em sua carta, levou, em menos de 24h, a cobertura jornalística do Campo Grande News a considerar outra perspectiva de abordagem, e demonstrar que a reivindicação pelo qualificador não era algo isolado. Neste curto espaço de tempo, uma manifestação foi marcada, e os questionamentos de Pauliane foram reconhecidos pelo Campo Grande News, mesmo que de forma implícita, colocando-o como algo coletivo. “A tipificação como feminicídio está sendo cobrada pelos movimentos feministas e de defesa dos direitos das mulheres, com argumentos semelhantes aos utilizados pela especialista” (HENRI, 2017), consta em trecho da reportagem realizada com a cientista social Wânia Pasinato.

No entanto, tal reportagem nos traz, também, outro aspecto: um ar de dúvida quanto à reivindicação, como se o pedido partido da irmã, movimentos feministas, e de outras esferas

---

<sup>70</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contrafeminicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/especialista-da-usp-avalia-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

da sociedade civil, precisasse da legitimação de um estudioso no assunto, para ser validado. A necessidade de endosso de um pesquisador perante ao clamor social das redes e das ruas nos confronta com uma das contradições verificadas por Santos (2001) como uma das características dos Novos Movimentos Sociais: a forma difusa com que se organizam, que os leva a ter um lugar no marco da sociedade civil, mas não no marco do Estado. Não estarem constituído nos moldes de partidos políticos ou de sindicatos, por exemplo, leva-os a ter dificuldade de serem reconhecidos até mesmo pela imprensa.

Outras notícias e reportagens publicadas pelo *site* Campo Grande News nos demonstram esta dificuldade. As mobilizações decorrentes do feminicídio de Mayara Amaral, por exemplo, tiveram foco central em apenas duas notícias publicadas pelo *site*: “Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio”<sup>72</sup>, de 28 de julho de 2017, e “Manifestações em MS e SP homenageiam Mayara e discutem feminicídio”<sup>73</sup>, publicada em 29 de julho de 2017. As duas notícias estão entre as que trazem um raro encontro no levantamento feito no *site* regional: a referência à carta de Pauliane, simultânea ao uso da palavra feminicídio. Em apenas 7 notícias, das 103 levantadas, este encontro foi verificado. Aliás, estes são os únicos casos em que a carta de Pauliane é lembrada.

A notícia referente à mobilização organizada pelos amigos de Mayara, a primeira a ser publicada pelo *site* com referência aos protestos, limita-se a descrever os dados constantes na página do evento criado no Facebook e as informações da carta publicada na mesma rede social, pela irmã da vítima de feminicídio. Até o momento em que a notícia foi dada, o evento “Nós por Nós, contra o Feminicídio” contabilizou 1,1 mil pessoas com interesse, e outras 703 pessoas haviam confirmado presença. A primeira publicação feita na página do evento é do dia 27 de julho, às 16h45; portanto, horas depois da divulgação da carta de grande repercussão da irmã da musicista, datada das 14h40 do mesmo dia, sendo citada na notícia do Campo Grande News, quando ainda tinha 5 mil compartilhamentos e 9 mil curtidas:

Em um post na rede social, a jornalista Pauliane Amaral, irmã de Mayara, cobrou investigação severa sobre o crime, principalmente com relação a suspeita de que a vítima tenha sido estuprada. Para ela, trata-se de feminicídio, não latrocínio, que é roubo seguido de morte, como a Polícia vem tratando o caso (BUENO, 2017).

Podemos observar neste trecho, que a citação da carta acompanha a tipificação, deixando explícito o seu papel no agendamento da ocorrência da palavra feminicídio nas

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contrafeminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

<sup>73</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/manifestacoes-em-ms-e-sp-homenageiam-mayara-e-discutem-feminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

publicações sobre o caso. Lembrando que a primeira publicação na qual a possibilidade do crime se tratar de feminicídio ocorre, justamente, na reportagem que detalha a carta de Pauliane Amaral “Irmã cobra investigação de estupro antes da morte de Mayara”<sup>74</sup>, de 27 de julho de 2017.

A outra reportagem relativa às manifestações dá ênfase ao fato de a mobilização estar sendo organizada para ocorrer, simultaneamente, entre Campo Grande e São Paulo. Além de, também, ser uma das poucas reportagens em que a alusão à carta de Pauliane e a ocorrência da palavra feminicídio ocorrem, ela reconhece a reivindicação como algo mais amplo do que propriamente um apelo pessoal, como demonstrado no seguinte trecho “Movimentos feministas e familiares da vítima cobram que o crime seja tratado como feminicídio, afirmando que há indícios que também houve estupro da vítima. Por ora, a possibilidade também é investigada pela Polícia Civil” (RODRIGUES, N., 2017). Em outro trecho da mesma reportagem, além de fazer referência à carta de Pauliane, a repórter considera, mesmo que de forma genérica, os fluxos informativos ocorridos nas redes sociais em relação ao feminicídio “O caso repercutiu nacionalmente, gerando várias manifestações pessoais nas redes sociais, a partir de um texto postado pela irmã de Mayara, Pauliane Amaral, no Facebook. Porém, apesar dos milhares de comentários, o debate sobre a questão ainda se mostra esparso” (RODRIGUES, N., 2017). Utilizar expressões que denotam algo coletivo na reivindicação, como “movimentos feministas”, “sociedade civil”, “clamor público” foi um dos artifícios encontrados em notícias que não citam diretamente a carta, o que nos leva a identificar umas das características dos Novos Movimento Sociais descrita por Santos (2001). Segundo ele, estes movimentos estão mais focados na afirmação da subjetividade, sendo as lutas não necessariamente políticas, mas antes de tudo, pessoais. Em uma análise mais específica, Hollanda (2018) afirma que as ações da Quarta Onda Feminista se caracterizam pelo fato de as experiências pessoais ecoarem como coletivas. No caso de Mayara, verificamos que a identificação com um relato íntimo levou à comoção e à solidariedade com a causa, embora o depoimento da irmã tenha funcionado mais como um estopim, já que ocorreu em um momento de efervescência dos movimentos feministas, em que a questão política da classificação dos crimes como feminicídio já era pautada.

Apesar de as mobilizações ganharem destaque nestas duas reportagens, no dia 4 de agosto de 2017, dia em que elas foram realizadas, o Campo Grande News as ignorou

---

<sup>74</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

complemente. As notícias publicadas sobre o caso neste dia foram as seguintes “Defesa de preso por matar Mayara Amaral quer adiar conclusão de inquérito”<sup>75</sup>; “Preso por matar Mayara quer trocar de presídio com medo de ameaças”<sup>76</sup> e “Preso por morte de Mayara vai recorrer ao MPE para responder por homicídio”<sup>77</sup>. Portanto, as notícias focadas em abordar o desdobramento das investigações foram a maioria das publicações do *site* sul-mato-grossense.

Outro fator de comparação em relação às manifestações, que despontou no nosso levantamento, é a cobertura jornalística feita pelo Campo Grande News das mobilizações relativas a um crime ocorrido na mesma época. As notícias de “Familiares e amigos de Kauan param Afonso Pena pedindo por Justiça”<sup>78</sup> e “No olhar de uma mãe, a esperança é superar o sofrimento de perder o filho”<sup>79</sup>, publicadas no dia 12 de agosto de 2017, são relativas ao caso do menino Kauan Andrade Soares dos Santos, 9 anos. A criança desapareceu em junho daquele ano e, depois, investigações revelaram que ele foi vítima de pedófilo. Seu corpo até hoje não foi encontrado. Diante da coincidência de casos de extrema violência terem ocorrido em Campo Grande-MS, no mesmo período, algumas famílias se uniram para cobrar justiça e ações para reduzir a criminalidade. É por este motivo que o nome de Mayara Amaral aparece nestas duas publicações. A mãe dela participou do ato em solidariedade a outra mãe. No entanto, o que nos chama atenção neste ponto é a atenção dada a uma mobilização, enquanto a outra foi completamente ignorada, embora os dois casos fossem de grande crueldade. A conotação que nos dá é que a morte de uma criança tem o potencial de comover mais do que a morte de uma mulher; por isso, os casos são tratados com pesos e medidas diferentes. Tal fator é mais um indício da desigualdade de gênero verificada na sociedade e que se reflete nas coberturas jornalísticas.

Outras matérias em que o encontro entre a palavra feminicídio e a referência à carta ocorrem são as seguintes: “Para os pais, interesse de assassinos de Mayara era outro carro da família”<sup>80</sup>, 31 de julho de 2017, “Coincidência trágica e violenta uniu Mayaras na Capital”<sup>81</sup>,

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2389-defesa-de-preso-por-matar-mayara-amaral-quer-adiar-concluso-de-inquirito>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-matar-mayara-quer-trocar-de-presidio-com-medo-de-ameacas>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>77</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-vai-recorrer-ao-mpe-para-responder-por-homicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>78</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/familiares-e-amigos-de-kauan-param-afonso-pena-pedindo-por-justica>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>79</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/no-olhar-de-uma-mae-a-esperanca-e-superar-o-sofrimento-de-perder-o-filho>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

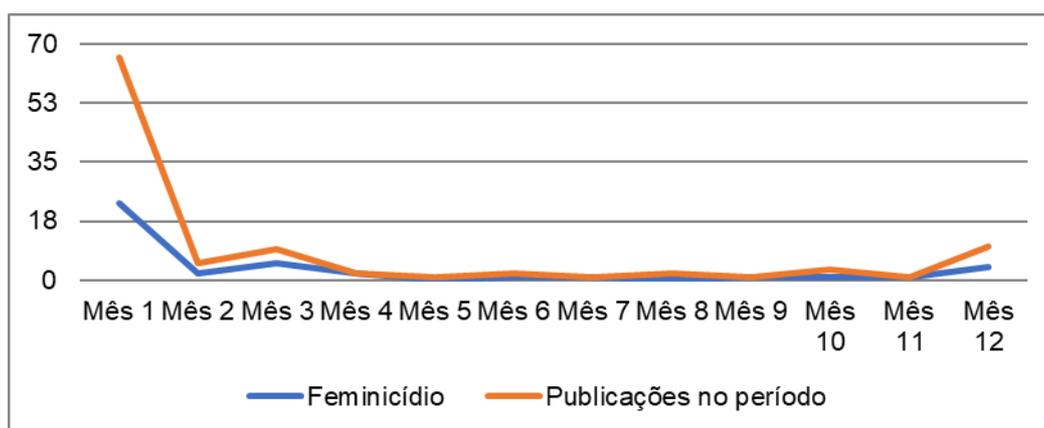
<sup>80</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-os-pais-interesse-de-assassinos-de-mayara-era-outro-carro-da-familia>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/coincidencia-tragica-e-violenta-uniu-mayaras-na-capital>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

de 18 de setembro de 2017, “Os feminicídios provaram em 2017 que nenhuma “Mayara” está a salvo”<sup>82</sup>, 31 de dezembro de 2017, e “Mayara Amaral, a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio”<sup>83</sup>, de 25 de julho de 2018. Aspecto que saltou aos olhos nestas sete reportagens, nas quais a ocorrência simultânea de dois elementos analisados é, justamente, o fato de apenas uma delas ter enfoque relativo às investigações propriamente. Dedicar-se a repercutir os rumos das investigações com a família e não tendo como fontes principais os responsáveis por investigar ou julgar o crime. As demais têm como enfoque as mobilizações e problematizam o crime de feminicídio.

Embora a carta não tenha sido citada, explicitamente, na maioria das notícias, notas, artigos e reportagens publicadas pelo Campo Grande News, a ocorrência da palavra feminicídio, mesmo em outras publicações, justamente depois da grande repercussão do depoimento da Pauliane Amaral, demonstra que a reivindicação por reconhecimento desta tipificação, já constante nas pautas das feministas, ganhou um potencial adicional nas duras, e ao mesmo tempo comoventes, palavras de apelo de um familiar, fazendo com que a cobertura jornalística fosse afetada. Também, devemos considerar que, talvez, a repercussão poderia não ocorrer da mesma forma, caso a reivindicação não fosse feita por alguém tão próxima da vítima. Como demonstrado anteriormente, desde que passou a incidir nas notícias publicadas pelo *site*, a partir do dia 27 de julho de 2017, 41 das 103 publicações trouxeram a tipificação, inclusive as com enfoque no desdobramento das investigações e não, propriamente, as ligadas às reações dos movimentos feministas nas redes sociais e nos protestos.

**Gráfico 7** – Incidência da palavra “feminicídio” nas publicações do Campo Grande News



**Fonte:** da autora

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-virou-simbolo-contra-o-feminicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

No **gráfico 7**, podemos verificar que a incidência da palavra feminicídio acompanhou a frequência das notícias, mas não alcançou a totalidade das publicações. A maior ocorrência da tipificação se deu justamente, no primeiro mês do crime, quando ocorreram os principais desdobramentos das investigações, como a prisão dos suspeitos; mas, também, quando houve a publicação da carta de Pauliane, bem como a realização das mobilizações contra o feminicídio. As variações na frequências publicações coincidem com a alta incidência do assunto nas redes sociais. No mês 12, as publicações atingiram o segundo maior pico da frequência de notícias, sendo o mês em que o caso completou um ano.

Diante das variantes, especialmente as relacionadas ao uso da palavra feminicídio, fazendo um paralelo com redes sociais, podemos notar, pelo fluxos informativos aqui analisados, outra característica dos Novos Movimentos Sociais apontadas por Santos (2001) e os ativismos contemporâneos: a urgência da reivindicação, sem depender, necessariamente, de medidas com efeitos complexos e com lastros em um futuro de longo prazo. A incidência dos casos com maior frequência em um curto período de tempo, mesmo dentro do portal de notícias, é reflexo deste aspecto. Apesar da grande repercussão, por exemplo, o caso de Mayara Amaral, assim como de Maria da Penha, não resultou propriamente em uma nova lei, ou um decreto. Por outro lado, ajudou a definir o desfecho do próprio processo, inserindo-se numa luta ainda maior, a do reconhecimento do crime de feminicídio pela sociedade, a partir de esferas institucionais, como o Judiciário. Julgado em março de 2019, Luís Alberto Bastos, foi condenado a 27 anos e dois meses de reclusão, em regime fechado, considerando-se a qualificado de feminicídio<sup>84</sup>.

Aliás, o confronto entre a tipificação do crime foi um dos enfoques mais frequentes nas publicações em que o crime de feminicídio é citado. Seguem os seguintes exemplos: “Defesa de suspeitos de crimes chocantes apela na estratégia”<sup>85</sup>, de 27 de julho de 2017, “Polícia Civil mantém como latrocínio investigação sobre morte de Mayara”<sup>86</sup>, de 31 de julho de 2017, “Polícia diz que provas mudaram ‘Caso Mayara’ de feminicídio para latrocínio”<sup>87</sup>, também, de 31 de julho de 2017, “Preso por morte de Mayara vai recorrer ao MPE para

---

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2019/03/luis-alberto-bastos-e-condenado-a-27-anos-pelo-assassinato-de-mayara-amaral>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>85</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/defesa-de-suspeitos-de-crimes-chocantes-apela-na-estrategia>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>86</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-civil-mantem-como-latrocinio-investigacao-sobre-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-diz-que-provas-mudaram-caso-mayara-de-femicidio-para-latrocinio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

responder por homicídio<sup>88</sup>”, de 4 de agosto de 2017, “Para amenizar pena, assassino de Mayara apela para entrevista nacional”<sup>89</sup>, de 5 de agosto de 2017, “Isso é estratégia”, diz pai de Mayara sobre nova versão de assassino”, 5 de agosto de 2017, “Para 73% dos leitores, musicista Mayara foi vítima de latrocínio” , de 7 de agosto de 2017, “Na Justiça, defesa de acusado insiste que morte de Mayara foi feminicídio”<sup>90</sup>, 10 de setembro de 2017, “Juiz vê feminicídio e manda caso de Mayara Amaral para o Tribunal do Júri”<sup>91</sup>, de 18 de outubro de 2017, “Família de Mayara acredita que tese de feminicídio não vai passar”<sup>92</sup>, de 19 de outubro de 2017, “MPE pede que Tribunal defina em qual vara caso Mayara será julgado”<sup>93</sup>, 23 de outubro de 2017, “Tribunal vai decidir onde será julgado réu pela morte de Mayara Amaral”<sup>94</sup>, 1 de novembro de 2017, e “Desembargadores decidem nesta terça se assassino de Mayara vai a júri”<sup>95</sup>, de 14 de maio de 2018.

Os impasses quanto à tipificação do crime como latrocínio ou feminicídio na esfera do Estado, no caso, polícia, Ministério Público e Judiciário, demonstram problemas estruturais com relação à desigualdade de gênero. Prado e Sanematsu (2017) avaliam que há dificuldade de reconhecer os crimes de violência contra a mulher, até mesmo no meio judicial. As autoras dão exemplos do quanto são recentes avanços legislativos, como a criação das leis Maria da Penha e Feminicídio. Um deles é a previsão no Código Penal brasileiro de 1940, de extinção de pena a um estuprador, caso ele se casasse com a vítima. Isto foi alterado apenas 2002; portanto, a violência sexual, até então “era considerada um crime ‘contra a honra’ e não contra a dignidade sexual” (2017, p 126). A violência doméstica e familiar, também, é considerada algo comum. Sob a Lei nº 9.099/1995, criaram-se os Juizados Especiais Criminais, para processar delitos de ‘menor potencial ofensivo’. “Sob esse viés, era comum que fossem estabelecidas punições alternativas para os autores de violências contra as mulheres, como a doação de cestas básicas ou o pagamento de multas” (2017, p. 127). O

<sup>88</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-vai-recorrer-ao-mpe-para-responder-por-homicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>89</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-amenizar-pena-assassino-de-mayara-apela-para-entrevista-nacional>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-justica-defesa-de-acusado-insiste-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-ve-feminicidio-e-manda-caso-de-mayara-amaral-para-o-tribunal-do-juri>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>92</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/familia-de-mayara-acredita-que-tese-de-feminicidio-nao-vai-passar>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>93</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mpe-pede-que-tribunal-defina-em-qual-vara-caso-mayara-sera-julgado>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>94</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/tribunal-vai-decidir-onde-sera-julgado-reu-pela-morte-de-mayara-amaral>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>95</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/desembargadores-decidem-nesta-terca-se-assassino-de-mayara-vai-a-juri>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

próprio assassinato de mulheres é banalizado pelo Código Civil de 1916. A tese de ‘legítima defesa da honra’, por exemplo, jamais existiu no marco legal brasileiro; porém, já foi responsável por absolver diversos homens acusados de assassinar suas companheiras. “Nestes casos, não havia o amparo de leis discriminatórias, mas a banalização da violência homicida acontecia pela aceitação de teorias e doutrinas jurídicas que levavam a sentenças judiciais baseadas em legados culturais sexistas”. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 125). O fato das mudanças legislativas empenhadas em combater discriminações contra a mulher serem recentes ajuda a explicar o impasse criado quanto à tipificação do caso Mayara Amaral, e, também, as abordagens feitas pela imprensa.

Mesmo diante das dificuldades impostas ao reconhecimento dos crimes de feminicídio, cujos indícios são demonstrados por nosso levantamento, podemos detectar outros elementos em publicações nas quais a palavra feminicídio aparece. Além das notícias relativas às mobilizações, há notícias dedicadas a problematizar os crimes de feminicídio de forma mais ampla, tentando explicar melhor a tipificação, bem como suas causas. Seguem alguns exemplos: “Feminicídio é lei de 2015 e tem marca do desprezo à mulher”<sup>96</sup>, 5 de agosto de 2017, “Feminicídio é desprezado em 75% das mortes violentas de mulheres em MS”<sup>97</sup>, de 30 de outubro de 2017 e “Os feminicídios provaram em 2017 que nenhuma “Mayara”<sup>98</sup> está a salvo”, de 31 de dezembro de 2017.

O seguinte trecho trazido pela reportagem da jornalista Aline dos Santos demonstra o caráter didático com o que o jornal tentou abordar o assunto nesta publicação “‘Toda morte de mulher é feminicídio? Não. Mas quando a morte de uma mulher ocorre por uma questão de gênero. Nas razões de gênero, a gente pode observar sentimento de posse, sentimento de controle sobre o corpo, sobre o desejo’, exemplifica a magistrada” (SANTOS, A., 2017). Para explicar o caso aos leitores, a jornalista entrevistou a juíza responsável pela Coordenadoria da Mulher e pela Vara de Medidas Protetivas, Jacqueline Machado. O interessante é que as três reportagens elaboradas no sentido de se aprofundar nos crimes de feminicídio foram assinadas por mulheres, demonstrando certa afinidade com o conceito de *feminist stand point*, utilizado por Ribeiro (2017) para definir o que é “lugar de falar”. A ideia é legitimar as formulações realizadas por mulheres, já que estas vivem na pele as opressões relativas às desigualdades de

<sup>96</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/feminicidio-e-lei-de-2015-e-tem-marca-do-desprezo-a-mulher>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/feminicidio-e-desprezado-em-75-das-mortes-violentas-de-mulheres-em-ms>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>98</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

gênero; portanto, tornando-as protagonistas destas reivindicações. Entre autoras mulheres, a identificação com tema mostrou ser maior na cobertura específica que analisamos.

Há, ainda, entre as publicações nas quais a palavra feminicídio aparece, aquelas em que o caso foi repercutido entre autoridades públicas. Tal fato é interessante, já que reconhecer o potencial político do assassinato de mulheres foi uma das finalidades ao se criar tal tipificação (PRADO; SANEMATSU, 2017). Ao ser repercutido com autoridades, o crime atinge a esfera do Estado, em tese, um dos responsáveis por coibi-lo, e, podendo, inclusive, motivar ações no sentido de criação de políticas públicas. Alguns exemplos constatados no levantamento do Campo Grande News foram os seguintes: “Após tragédias, OAB-MS vai lançar campanha contra violência na Capital”<sup>99</sup>, de 29 de julho de 2017, “Subsecretária da Mulher diz que vai consultar polícia sobre “Caso Mayara””<sup>100</sup>, também de 29 de julho de 2017, “Abalada com desenrolar de caso, mãe de Mayara não vai à Câmara”<sup>101</sup>, 8 de agosto de 2017, e “Juiz faz inspeção no “Inferninho”: ponto tradicional para desovar cadáver”<sup>102</sup>, de 12 de maio de 2018.

Para além de citar a palavra feminicídio, tais matérias demonstram um movimento muito específico nos fluxos informativos do caso Mayara Amaral, no sentido de não tratar o assassínio como mais um dos muitos que ocorrem diariamente. A importância das informações corridas nas redes sociais, para o reconhecimento do crime como feminicídio, é reconhecida, inclusive, pelo próprio Campo Grande News, em reportagem publicada sobre um ano de morte da musicista, no dia 25 de julho de 2017. Em “Mayara Amaral, a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio”<sup>103</sup>, a jornalista Izabela Sanches relembra o caso e refaz a trajetória dos acontecimentos que levaram até a realização das mobilizações de rua contra os feminicídios. Tal leitura fica explícita no seguinte trecho da reportagem:

Sua morte teve projeção nacional e motivou protestos em diversas cidades. Hoje, a memória da musicista “vive” por meio de músicas, homenagens, poema e até documentário. Mayara Amaral transformou a vida de muitas pessoas, incluindo a da irmã, e hoje inspira lutas feministas Brasil afora (SANCHES, 2017).

<sup>99</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/apos-tragedias-oab-ms-vai-lancar-campanha-contra-violencia-na-capital>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>100</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/subsecretaria-da-mulher-diz-que-vai-consultar-policia-sobre-caso-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>101</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/abalada-com-desenrolar-de-caso-mae-de-mayara-nao-vai-a-camara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>102</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-faz-inspecao-no-inferninho-ponto-tradicional-para-desovar-cadaver>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-virou-simbolo-contra-o-femicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

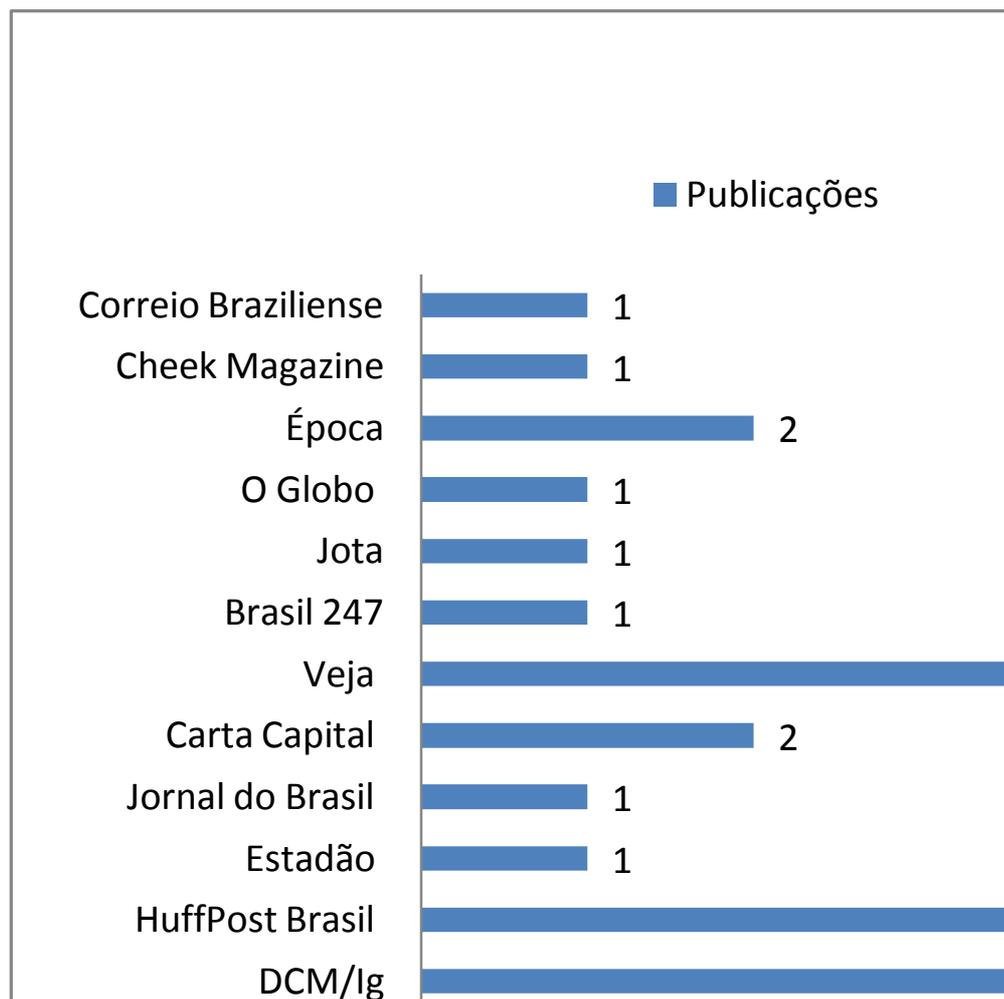
Na reportagem, a carta publicada pela irmã da vítima é colocada como elemento definidor da grande repercussão do caso: “Será que ela era santa?”. “Ela pediu”. São alguns dos comentários em reportagens, à época do assassinato. Foi o grito indignado da irmã, a jornalista Pauliane Amaral, que levou como vento o nome da musicista pelo Brasil” (SANCHEZ, 2018).

A análise do levantamento feito com as publicações do *site* Campo Grande News sobre o feminicídio de Mayara Amaral, por meio de uma cobertura abrangente e detalhada, além de ajudar a medir a afetação do conteúdo jornalístico pelas manifestações realizadas nas redes sociais e as mobilizações levadas às ruas, demonstram que a forma mais horizontal em que se dá relação entre leitores e os agentes responsáveis por elaborar as notícias, proporcionada pelas novas tecnologias, pode ser produtiva no sentido de fazer os jornalistas e os veículos de comunicação reverem a reprodução de estigmas ultrapassados e, também, de estimular uma adaptação mais rápida a alterações relativas a costumes e à própria legislação, como é o caso da Lei do Feminicídio.

### **3.2 Afetação Global: Os fluxos informativos nos veículos nacionais e internacionais**

Se a horizontalidade na comunicação, potencializada pela adoção de novas tecnologias e o uso das redes sociais, foi capaz de interferir na cobertura jornalística de caráter local feita do feminicídio de Mayara Amaral pelo Campo Grande News, no levantamento feito entre os veículos nacionais e internacionais, esta relação se mostra ainda mais explícita. Opiniões incisivas, maior familiaridade com as problematizações acerca dos crimes de feminicídio, olhar atento para as mobilizações de rua e, portanto, maior sintonia com os conceitos e as reivindicações da Quarta Onda Feminista foram alguns dos elementos detectados nesta etapa do levantamento.

O material jornalístico encontrado, utilizando o nome de Mayara Amaral, a partir da plataforma de pesquisa avançada do Google, resultou em publicações de diferentes veículos de comunicação. Foi possível levantar 45 textos, entre reportagens, notícias, cartas e artigos de opinião publicados em 18 veículos nacionais e internacionais, citando o caso de Mayara Amaral. É importante ressaltar que, apesar de o feminicídio ter sido veiculado, inclusive por blogs especializados em música, por exemplo, nós optamos por priorizar os *sites* que trabalham com conteúdo predominantemente jornalístico, sejam os segmentados, ou os que abordam os assuntos mais diversos.

**Gráfico 8** – Publicações feitas por cada veículo nacional/internacional

**Fonte:** da autora

O **gráfico 8** nos mostra a quantidade de publicações feitas por cada um dos veículos nacionais e internacionais relativas ao feminicídio de Mayara Amaral. o *site* Esquerda Diário<sup>104</sup> e o *site* da revista Veja<sup>105</sup>, com cinco publicações cada. Na sequência, estão o Portal Catarinas<sup>106</sup>, *El País*<sup>107</sup>, Diário do Centro do Mundo (DCM) do Ig<sup>108</sup>, e HuffPost Brasil<sup>109</sup>, com quatro publicações cada. O *site* MetrÓpole<sup>110</sup> é o terceiro, com três publicações. Fizeram duas publicações citando o nome da vítima, os *sites* Pragmatismo Político<sup>111</sup>, revista Cláudia<sup>112</sup>, Carta Capital<sup>113</sup> e *Época*<sup>114</sup>. Os demais veículos fizeram apenas uma publicação:

<sup>104</sup> Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>105</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>106</sup> Disponível em: <<https://catarinas.info/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>107</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>108</sup> Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>109</sup> Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>110</sup> Disponível em: <<https://www.metropoles.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>111</sup> Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>112</sup> Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Folha de S. Paulo<sup>115</sup>, Estadão<sup>116</sup>, Jornal do Brasil<sup>117</sup>, Brasil 247<sup>118</sup>, Jota<sup>119</sup>, O Globo<sup>120</sup>, Cheek Magazine<sup>121</sup> e Correio Braziliense<sup>122</sup>.

As primeiras notícias nacionais foram publicadas por *sites* mais segmentados, e de ideologia, como Portal Catarinas, Pragmatismo Político e Esquerda Diário. De perfil mais conectado com as pautas dos movimentos sociais, esses veículos não fazem parte da chamada grande imprensa. Malini e Antoun (2013) classificam essas iniciativas como midialivristas ciberativistas. Tais veículos costumam estar em sintonia com as reivindicações dos movimentos sociais, quando não são administrados pelos próprios ativistas, e são caracterizados, principalmente, por um processo colaborativo de produção a partir da articulação de mecanismos digitais. Também, vamos considerar veículos de caráter midialivrista os DCM/Ig e o *site* Brasil 247.

A publicação “Pela Memória de Mayara Amaral, pelas vidas das mulheres na música e no mundo: #NenhumaAMenos”<sup>123</sup>, no Portal Catarinas, no dia 26 de julho de 2017, foi a primeira detectada pelo nosso levantamento. É importante ressaltar que esta foi a única publicação, nesta busca, ocorrida antes da data da publicação da carta da irmã de Mayara, em seu perfil pessoal no Facebook. As outras 44 matérias publicadas em veículos nacionais e internacionais ocorreram apenas depois dos milhares de compartilhamentos do depoimento de Pauliane Amaral. Há alguns fatores que ajudam a entender esse motivo; entre eles, está o próprio perfil do veículo.

O Portal Catarinas tem como lema fazer Jornalismo com perspectiva de gênero. Lançado em 28 de julho de 2016, em Florianópolis-SC, depois de uma campanha de financiamento coletivo, o *site* é descrito como o “primeiro portal de notícias feministas do Brasil”. Conforme consta no próprio portal, a intenção do veículo é articular o engajamento feminista na construção de novas narrativas jornalísticas. Ao escrever sobre a linha editorial do *site*, as administradoras dizem o seguinte:

Entendemos que unir o ativismo feminista à prática jornalística é uma

<sup>113</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>114</sup> Disponível em: <<https://epoca.globo.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>116</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://www.jb.com.br/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>118</sup> Disponível em: <<https://www.brasil247.com/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>119</sup> Disponível em: <<https://www.jota.info/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>121</sup> Disponível em: <<http://cheekmagazine.fr/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>122</sup> Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>123</sup> Disponível em: <<https://catarinas.info/pela-memoria-de-mayara-amaral-pelas-vidas-das-mulheres-na-musica-e-no-mundo-nenhumaamenos/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

estratégia potencializadora quando na busca de objetivos transformadores. Ao perceber as desigualdades de gênero existentes na sociedade, nos posicionamos no intuito de superá-las. Um jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba, consciente ou inconscientemente, servindo para a manutenção das relações de poder já existentes e, conseqüentemente, das violências ocasionadas por elas (CATARINAS, 2016).

Aliando o ativismo ao Jornalismo, o veículo rompe com a rotina da imprensa brasileira e suscita questionamentos a respeito da própria função das publicações. “Somos ativistas NO jornalismo, a partir do olhar político e ético para a necessidade da transformação social, e ativistas DO jornalismo enquanto profissionais que atuam pelo direito de exercerem sua profissão que é fundamental para uma sociedade democrática”, descrevem em publicação do portal Catarinas.

As primeiras linhas do texto publicado sobre o feminicídio de Mayara Amaral, no Portal Catarinas, em 27 de julho de 2017, expressam a proposta diferenciada do conteúdo que essas jornalistas/ativistas se propõem a entregar. Escrito em primeira pessoa do plural, o texto é, em verdade, uma nota de solidariedade do coletivo “Rede Sonora – músicas e feminismos”. Apesar da linguagem incomum aos padrões jornalísticos convencionais, o texto é de caráter informativo. Ao trazer informações sobre o caso de Mayara, faz referências ao *site* sul-mato-grossense Campo Grande News; porém, dá caráter nacional à publicação, ao citar dados sobre feminicídio no Brasil. Aliás, é interessante fazer uma breve comparação com a primeira notícia publicada pelo *site* regional. Na notícia “Corpo de mulher é encontrado carbonizado na região do Inferninho”<sup>124</sup>, de 25 de julho de 2017, Mayara ainda não tem nome e, muito menos, o crime que a vitimou tem tipificação, até pelo imediatismo da publicação, de horas após o cadáver ter sido encontrado seminu e carbonizado. Publicada pouco mais de 24 horas depois da primeira notícia do CGNews, a nota do Portal Catarinas apresenta Mayara Amaral e está focada em repudiar o crime, além de reconhecê-lo, mesmo ainda com preliminares indícios, como crime de feminicídio.

O caráter ciberfeminista da publicação não é notado apenas na escrita coletiva que, ao mesmo tempo, soa subjetiva – aspecto apontado por Hollanda (2018) como característica dos grupos da Quarta Onda Feminista -, mas, também, no reconhecimento do crime como feminicídio, logo na primeira publicação, independentemente das investigações estarem em curso, e, antes mesmo, da publicação da carta de Pauline, ao contrário do verificado nas análises do levantamento do *site* local. Aliás, o uso da tipificação não pareceu uma

<sup>124</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/corpo-de-mulher-e-encontrado-carbonizado-na-regiao-do-inferninho>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

dificuldade entre os veículos nacionais. O levantamento nos mostrou que, do total de 45 textos verificados, 35 trazem a tipificação; portanto, quase 80% das publicações.

Fica explícita, pela utilização da hashtag “#NenhumaAMenos” no título da publicação feita pelo Portal Catarinas, a intenção de disseminar o conteúdo nas redes sociais. A *tag* demonstra, também, o caráter local-global, como Castells (2013) e Santos (2001) caracterizam os movimentos sociais originários nas redes. Nasceram em contextos específicos, como foi o feminicídio de Mayara Amaral, mas passam a se conectar com ações globais; neste caso, com o movimento que surge, inicialmente, como #NiUnaMenos. A hashtag foi disseminada com intensidade, em 2017, como forma de dar visibilidade para os casos de feminicídio ocorridos na América Latina. Estampou cartazes durante a greve geral de 8 de março daquele ano e correu mais de 55 países. Tal elemento ajuda a explicar a reação envolvendo o caso de Mayara. Ele ocorreu justamente, em um contexto de intensificação desse movimento de repercussão mundial.

Outros aspectos textuais são verificados nas publicações feitas pelos *sites* de caráter midiavivista. Tomam mais panfletário e opinativo, linguagem semelhante à utilizada nas redes sociais. Alguns chegam a ser escritos em primeira pessoa, por jornalista e ou militantes. Possuem tanto características de manifesto, quanto formato mais pessoal, como uma carta, dando a impressão de que falam diretamente a cada um dos que leem aquele conteúdo; portanto, um diálogo direto com a leitora. No texto publicado no dia 28 de junho de 2017 “Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio no Brasil”<sup>125</sup>, no *site* Esquerda Diário, por exemplo, encontramos o seguinte trecho, finalizado com as expressões “Nem Uma a Menos” e “Mayara Amaral, presente!”:

É preciso exigir dos governos um programa sério de combate à violência contra a mulher que combata e previna a violência e o feminicídio, que inclua casas abrigos transitórias para as mulheres vítimas de violência, licenças remuneradas do trabalho, seguro-desemprego que cubra o custo de vida para todas as mulheres que necessitarem, acesso a crédito familiar sem taxa de juros para que as mulheres possam restabelecer suas vidas (DA REDAÇÃO, 2017).

É interessante notar que, apesar da aparente informalidade da publicação, ela nos traz propostas consistentes sobre as medidas necessárias para combater a violência contra a mulher, demonstrando embasamento em relação ao tema.

---

<sup>125</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Mayara-Amaral-mais-uma-vitima-de-femicidio-no-Brasil>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Alguns textos têm a autoria da própria Pauliane Amaral, pois são reprodução de seus comentários no Facebook, em relação ao caso da irmã. Foram os casos das publicações: “Quem é Mayara Amaral, minha irmã”<sup>126</sup>, de 30 de julho de 2017, e “Carta da irmã de Mayara Amaral: Minha irmã, que o machismo matou”<sup>127</sup>, de 31 de julho de 2017. Além da publicação feita pelo Portal Catarinas, podemos verificar autoria coletiva na seguinte publicação “Para Pauliane Amaral, irmã de Mayara: foi feminicídio, sim!”<sup>128</sup>, assinado pelo Grupo de Mulheres Pão e Rosa, de 1 de agosto de 2017.

O conteúdo do Portal Catarinas foi ainda reproduzido por alguns *sites*. Dois deles atrelaram a publicação a conteúdos próprios e, por isso, foram incluídos em nosso levantamento. São eles: “Mayara Amaral, 27 anos, mais uma vítima de feminicídio do Brasil”<sup>129</sup>, do *site* Pragmatismo Político, publicado no dia 28 de julho de 2017; e “Mayara Amaral, mas uma vítima de feminicídio no Brasil”<sup>130</sup>, do *site* Esquerda Diário, também no dia 28. Os textos não trazem fontes pessoais, embora a essa altura a carta da irmã de Mayara já circulasse nas redes sociais. Mesmo assim, as publicações classificam o crime como feminicídio. No mesmo dia, foi, também, registrado por nosso levantamento, o primeiro veículo nacional da chamada grande imprensa a noticiar o feminicídio de Mayara: o *site* da revista Cláudia. O artigo “Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada”<sup>131</sup>, traz ainda outra especificidade em relação às publicações nacionais feitas entre os dias 25 e 28 de julho de 2017, é a primeira a identificar a autoria do texto. A semelhança com as outras publicações está no tom opinativo; no entanto, a denúncia passou a ser personificada.

O artigo foi publicado na coluna da jornalista Patrícia Zaidan, o que nos mostra uma diferença em relação aos textos citados até aqui, de autoria coletiva ou não identificada. Neste caso, o texto é investido da autoridade de uma jornalista renomada e publicado em um veículo

<sup>126</sup> Disponível em: <<https://www.diariocentrodomundo.com.br/quem-e-mayara-amaral-minha-irma-por-pauliane-amaral/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>127</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Carta-da-irma-de-Mayara-Amaral-Minha-irma-que-o-machismo-matou>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>128</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Para-Pauliane-Amaral-irma-de-Mayara-foi-femicidio-sim>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>129</sup> Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/07/mayara-amaral-27-anos-mais-uma-vitima-de-femicidio.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>130</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Mayara-Amaral-mais-uma-vitima-de-femicidio-no-Brasil>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>131</sup> Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

convencional. Como dito anteriormente, há características que nos mostram uma espécie de descrença da grande imprensa com as publicações de caráter ativista, assim como, com os próprios conteúdos produzidos pelos movimentos feministas, mesmo estando investidos de profissionais com formação em Jornalismo, como se tal conteúdo carecesse de uma legitimidade. A dificuldade em reconhecer estes conteúdos como jornalísticos está, muitas vezes, ancorada em uma ideia de imparcialidade, surgida ainda no século XIX, quando a imprensa “é concebida de um modo radicalmente diferente, fornecendo agora principalmente fatos e não opiniões” (TRAQUINA, 2005, p. 125). Ainda reconhecido como um valor da profissão, a objetividade pode, também, ser um fator que leva equivocadamente ao não reconhecimento destes textos como jornalísticos. Traquina (2005, p. 135) recorre a Michael Schudson para explicar que “o conceito de objetividade no jornalismo não surgiu como negação da subjetividade, mas como reconhecimento de sua inevitabilidade”.

Ao identificar a autoria do artigo publicado pela revista *Cláudia*, é como se o caso de Mayara ganhasse outro patamar, deixasse de ser mero conteúdo panfletário, para ganhar o *status* de fato digno de ser debatido. Aliás, a utilização do gênero opinativo foi muito frequente nas publicações nacionais e internacionais, sobre o caso. Além dos textos já citados, são exemplos da utilização deste recurso as seguintes publicações: “Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio, palavra e crime que o Brasil não reconhece”<sup>132</sup>, 29 de julho de 2017, e “Carta a Mayara Amaral”<sup>133</sup>, de 3 de agosto de 2017.

Embora, a essa altura, a imprensa local tenha feito a cobertura do caso de forma intensa, a publicação da revista *Cláudia* ganha relevância por dar atenção ao caso regional. Além disso, a principal matéria-prima do artigo é, justamente, a carta publicada nas redes sociais, pela irmã de Mayara, a jornalista Pauliane Amaral. Portanto, antes de ser cancelado por Patrícia Zaidan, uma representante da imprensa tradicional, o caso ganhou legitimidade de outra importante instância social, a família. Tais camadas demonstram as inúmeras esferas que, muitas vezes, os casos de feminicídio precisam percorrer, para despertar comoção e, até mesmo, reações da sociedade civil. É como se precisassem superar uma série de etapas para serem reconhecidos. Fato que não é verificado da mesma forma em relação a crimes reconhecidos há mais tempo, pelo Código Penal.

Em tom crítico, inclusive à própria imprensa, a jornalista considera a tipificação de feminicídio logo no subtítulo do texto “A polícia embarca na versão dos agressores, investiga

<sup>132</sup> Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/mayara-amaral-mais-uma-vitima-de-femicidio-palavra-e-crime-que-o-brasil-nao-reconhece-por-nathali-macedo/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>133</sup> Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/carta-a-mayara-amaral/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

como latrocínio e desconsidera a hipótese de feminicídio. O jornalismo erra junto com ela” (ZAIDAN, 2017). Em outro trecho, ela continua a defesa do qualificante:

Embora tenha todas as características de feminicídio, de crime horrendo que envolveu três homens, rito machista que subjogou a mulher e abuso sexual seguido de morte, as autoridades do caso conduzem as investigações no escopo do latrocínio — o roubo que se completa na extinção da vida (ZAIDAN, 2017).

A opinião publicada pela revista *Cláudia* é, também, a primeira publicação neste levantamento a citar diretamente a carta de Pauliane Amaral, colocando-a como fator determinante para a utilização da palavra feminicídio, pela imprensa local “Foi preciso que Pauliane Amaral, irmã mais velha de Mayara, se insurgisse contra o tratamento dado por policiais e jornalistas. Só assim soubemos o que aconteceu de verdade. Antes de ela postar seu texto nas redes sociais, nenhum veículo havia usado a palavra feminicídio” (ZAIDAN, 2017).

Das 45 reportagens nacionais e internacionais levantadas, 15 fazem referência à carta publicada por Pauliane Amaral, em seu perfil pessoal, no Facebook. Em porcentual, isto equivale a pouco mais de 30% do total de notícias sobre o caso; portanto, incidência um pouco menor que a verificada no levantamento referente ao Campo Grande News. No entanto, alguns fatores podem ajudar a explicar tais números. Verificamos em algumas matérias nacionais e internacionais a tentativa de colocar o caso em um contexto mais amplo. Portanto, em dado momento, o caso passa a representar um problema coletivo, além de se tornar oportunidade para problematizações mais aprofundadas sobre feminicídio. O tom opinativo e crítico faz parte, também, destas publicações. Seguem alguns exemplos que, pelo título, já revelam esse posicionamento: “Mayara Amaral. Um crime que tem nome. E a voz das mulheres”<sup>134</sup>, de 3 de agosto de 2017, “Caso Mayara Amaral: para que serve tipificar feminicídio?”<sup>135</sup>, de 7 de agosto de 2017, “11 anos da lei Maria da Penha a violência segue real e escancarada”<sup>136</sup>, de 7 de agosto de 2017, ‘O “culto” ao patriarcado e o sacrifício cotidiano das mulheres’, de 9 de agosto de 2017, “Feminicídio, Mayara Amaral e Lei Maria da Penha”<sup>137</sup>, 9 de agosto de 2018, “Combate à cultura da violência”<sup>138</sup>, de 17 de agosto de

<sup>134</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres\\_a\\_23063968/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>135</sup> Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-anis-instituto-de-bioetica/caso-mayara-amaral-para-que-serve-tipificar-feminicidio-07082017>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

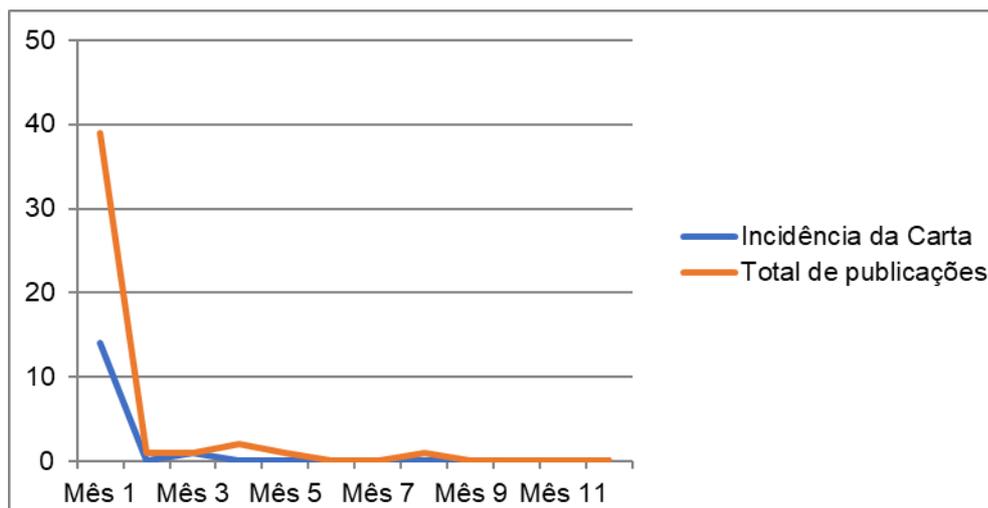
<sup>136</sup> Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/11-anos-da-lei-Maria-da-Penha-a-violencia-segue-real-e-escancarada>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>137</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905379-assassinato-de-jovem-professora-a-marteladas-choca-ms-e-3-sao-presos.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>138</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/combate-cultura-da-violencia-21714083>>. Acesso em: 20 jul. 2019

2017, “Nossa opinião: feminicídio, um crime evitável”<sup>139</sup>, 25 de agosto de 2017, “Justiça de Saia: O que a justiça não vê, as mulheres sentem”<sup>140</sup>, 1 de setembro de 2017, “Feminicídio: como estancar as veias abertas da impunidade”<sup>141</sup>, de 27 de outubro de 2017, e “Raphaella, Maria Aparecida, Marli e Kelly. Em 3 dias, a crueldade de 4 feminicídios”<sup>142</sup>, de 7 de novembro de 2017.

**Gráfico 9** – Referência à carta de Pauliane Amaral nas publicações nacionais/internacionais



**Fonte:** da autora

O **gráfico 9** mostra a frequência com que a carta da irmã de Mayara Amaral foi citada nas publicações nacionais/internacionais, em relação às que foram publicadas nos doze meses analisados. Verificamos que a maioria das referências à carta ocorreu no primeiro mês analisado, período, portanto, mais próximo da divulgação do depoimento nas redes sociais e da própria morte de Mayara Amaral. Deste modo, verificamos, também, aqui, a efemeridade das reivindicações dos movimentos em rede (CASTELLS, 2013; SANTOS, 2001; HOLLANDA, 2018). Embora a transição de uma voz subjetiva para uma voz coletiva tenha mantido o assunto por mais tempo nas páginas dos jornais nacionais e internacionais, verificamos longos hiatos nas publicações; o mais longo deles foi verificado entre 4 de dezembro de 2017, quando foi publicado o texto “Toca Que Nem Homem!”<sup>143</sup>, e 6 de março de 2018, quando o Correio Braziliense publicou a seguintes reportagem “Mayara Amaral:

<sup>139</sup> Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/08/nossa-opiniao-femicidio-um-crime-evitavel.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>140</sup> Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Justica-de-Saia/noticia/2017/09/justica-de-saia-o-que-justica-nao-ve-mulheres-sentem.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>141</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/opinion/1509058722\\_463298.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/opinion/1509058722_463298.html)>. Acesso em: 20 jul. 2019

<sup>142</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/07/raphaella-maria-aparecida-marli-e-kelly-em-3-dias-a-crueldade-de-4-femicidios\\_a\\_23269882/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/07/raphaella-maria-aparecida-marli-e-kelly-em-3-dias-a-crueldade-de-4-femicidios_a_23269882/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>143</sup> Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/toca-que-nem-homem/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Correio relembra história de jovem morta em Campo Grande”<sup>144</sup>. Além disso, o assunto se esgotou mais rapidamente na imprensa nacional, do que na imprensa local, que, um ano depois, ainda realizava publicações sobre o caso e repercutia o julgamento.

A partir do texto opinativo publicado na revista *Cláudia*, notamos que outras publicações foram feitas na imprensa, também, no furor do desabafo de Pauliane Amaral. No dia 29 de julho de 2017, o caso é abordado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. A reportagem “Assassinato de jovem professora a martelada choca MS e 3 são presos”<sup>145</sup>, é assinado pela jornalista Sílvia Frias, de Campo Grande. Diferentemente, das publicações nacionais levantadas até então, o texto não tem tom opinativo. De finalidade noticiosa, podemos perceber características comuns deste gênero, como a objetividade e a vasta utilização de fontes pessoais. No entanto, nota-se um esforço para ir além das informações meramente factuais. O caso, bem como o andamento das investigações, é abordado na reportagem; no entanto, percebemos a tentativa de humanizar a imagem de Mayara. Embora o título da matéria tenha um tom apelativo, até o quinto parágrafo do texto, a jornalista não fala do assassinato, mas se dedica a fazer um perfil da musicista, com considerável destaque para suas virtudes. Foram entrevistados para a reportagem: uma prima da vítima, um professor da época de faculdade, além de própria irmã de Mayara. Além disso, o texto é acompanhado de vídeos da musicista, interpretando composições no violão. Nesta altura, a carta escrita por Pauliane Amaral já ganhara repercussão e é citada diretamente na reportagem. A hipótese de o crime ser um caso de feminicídio é considerada. Portanto, a reportagem foi escrita diante das duras críticas de Pauliane à cobertura do caso, pela imprensa local, e o pedido de reconhecimento do assassinato como um crime de ódio contra a mulher. Mesmo diante da tentativa de colocar o que até então era uma causa ativista (o reconhecimento dos feminicídios) para a imprensa nacional em um padrão de publicação, a reportagem acabou apreendendo algumas reivindicações não só da irmã de Mayara, mas, também, dos movimentos feministas, confirmando a influência direta das redes na cobertura convencional. Contudo, notamos que, nos dois momentos em que a palavra feminicídio aparece, ela não é problematizada. Primeiramente, a tipificação é utilizada para explicar a indignação e comoção das pessoas nas redes sociais, mas notamos o esforço da jornalista em colocar a reivindicação como algo externo, como explicitado no trecho “Mas a irmã da jovem, a jornalista Pauliane

---

<sup>144</sup> Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil,664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>145</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha\\_a\\_23069643/](https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha_a_23069643/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Amaral, 31, contesta alguns pontos da versão do único suspeito que confessou o crime, e acredita que ela tenha sido vítima de estupro e feminicídio”. A outra incidência da tipificação ocorre no sentido de explicar as penas previstas, tanto para latrocínio, quanto para feminicídio, reforçando a ideia de que o uso de latrocínio seria mais justo, por prever uma pena maior, de 20 a 30 anos de reclusão, enquanto o feminicídio prevê de 12 a 30 anos<sup>146</sup>.

Enquanto os veículos de caráter midialivrista fazem uso de uma linguagem mais característica das redes, os veículos mais tradicionais forjam um certo rigor nas apurações e um relativo distanciamento dos fatos. Além de trazer fontes de informação diversas, a imprensa tradicional apostou também, na profundidade das investigações, com o encaminhamento de repórteres até o local do crime, como a Revista Veja. Embora o conteúdo tenha sido publicado tardiamente, a primeira reportagem saiu apenas no dia 5 de agosto de 2017, mais de dez dias depois de o corpo de Mayara ser encontrado; foram cinco reportagens publicadas sobre assunto, nas versões impressa e online do periódico. As reportagens são as seguintes: “A verdadeira história”<sup>147</sup> e “A confissão do assassino de Mayara: “Fui movido pelo ódio””<sup>148</sup>, ambas de 5 de agosto de 2017; “Assassino confesso de Mayara é indiciado por latrocínio”<sup>149</sup>, de 7 de agosto de 2017, ““Só consigo pensar na falta que ela me faz falta””<sup>150</sup>, de 9 de agosto de 2017, e “Promotoria denuncia assassino confesso de Mayara por latrocínio”<sup>151</sup>, 10 de agosto de 2017. A série de reportagens rendeu, ainda, o grande furo jornalístico, ou seja, aquele material dado em primeira mão, sobre o feminicídio de Mayara Amaral: a confissão do assassino Luiz Alberto Bastos que, até àquela altura, não tinha sido feita nem em depoimentos à polícia.

A confissão do assassino foi publicada em entrevista no estilo *pingue-pongue* (pergunta e resposta). O formato escolhido é, também, uma forma de o jornalista se distanciar do fato e colocar toda a responsabilidade pela cobertura, apenas no entrevistado. No entanto, tal artifício não isenta o veículo de imprensa da reprodução de estigmas, já que é a responsável pela edição do material. Considerando a formulação de Prado e Sanematsu

<sup>146</sup> A reportagem publicada no *site* Folha de S. Paulo foi analisada também, no artigo “A cobertura jornalística do caso Mayara Amaral: reflexões sobre um feminicídio anunciado”, publicado no volume 19, número 40, da revista Comunicação e Inovação. Disponível em: <[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/5156](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5156)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>147</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-verdadeira-historia/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>148</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/fui-movido-pelo-odio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>149</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/suspeito-de-matar-mulher-a-marteladas-e-indiciado-por-latrocinio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>150</sup> Disponível em: <<https://complemento.veja.abril.com.br/primeira-pessoa/ilda-cardoso-mae-mayara.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>151</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/promotoria-denuncia-assassino-confesso-de-mayara-por-latrocinio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

(2017), quanto às tentativas recorrentes de justificar os crimes de feminicídio e culpabilizar a vítima, constatamos que o material cria uma imagem vitimizada do autor do crime. Tal elemento pode ser verificado no próprio título da entrevista ‘Fui movido pelo ódio’. Ao colocar a declaração do acusado para apresentar o conteúdo ao público, é como se o jornalista trouxesse uma justificativa para o crime e tentasse, de certa forma, amenizar o ocorrido. “‘Ataque de ciúmes’, ‘perdeu a cabeça’, ‘estava fora de si’, ‘ficou transtornado’, ‘teve um surto’, ‘ataque de loucura’, estas são as principais alegações para ‘justificar’ um feminicídio e (...) são reproduzidas com grande destaque pela imprensa” (PRADO SANEMATSU, 2017, p. 143)<sup>152</sup>.

A série de reportagens publicadas pela revista *Veja* nos traz outro aspecto. Apesar de serem publicadas depois da divulgação da carta de Pauliane Amaral e do agendamento das manifestações de rua contra os casos de feminicídio, a revista ignora tais fatos. Depois da reportagem aprofundada, com acesso restrito a assinantes do periódico, e de dar o grande furo, as notícias publicadas posteriormente se dedicaram aos desdobramentos das investigações, logicamente por uma questão de não deixar sem final a história vendida aos leitores. Inclusive, as duas primeiras matérias publicadas pelo periódico não citam o crime de feminicídio, vindo a tipificação aparecer apenas, posteriormente, diante do impasse travado no Judiciário, quanto à tipificação do crime.

Mesmo ignorando as mobilizações e a carta de grande repercussão publicada pela irmã de Mayara nas redes sociais, a revista *Veja* se aproxima da linguagem das redes sociais, ao publicar o depoimento da mãe da musicista, Ilda Cardoso, justamente, na editoria Primeira Pessoa, dedicada à participação direta dos personagens. Ou seja, traz a possibilidade de identificação de outras mães, com o caso individual da dona de casa. Podemos avaliar como uma iniciativa mais conservadora; talvez, pelo perfil dos leitores do periódico, já que a prioridade foi considerar o depoimento pessoal de uma mãe, e não de uma irmã, feminista declarada.

A revista *Veja* foi um dos veículos nacionais que mais abordou o caso, juntamente ao *site* *Esquerda Diário*, de caráter midialivrista. Ao fazermos uma comparação, notamos uma diferença gritante entre as abordagens. Embora tenha se dedicado ao assunto, com considerável frequência, o *Esquerda Diário* mostra uma cobertura superficial do assunto, pela

---

<sup>152</sup> A reportagem publicada no site *Folha* de S. Paulo também foi analisada no artigo “A cobertura jornalística do caso Mayara Amaral: reflexões sobre um feminicídio anunciado”, publicado no volume 19, número 40, da revista *Comunicação e Inovação*. Disponível em: <[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/5156](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5156)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

reprodução de conteúdos publicados nas redes sociais e a utilização de colaboradores que publicaram artigos sobre o tema. Conteúdo de caráter mais ativista do que jornalístico. As publicações feitas pelo *site* foram as seguintes: “Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio no Brasil”<sup>153</sup>, de 28 de julho de 2017, “Carta da irmã de Mayara Amaral: Minha irmã”<sup>154</sup>, de 31 de julho de 2017, “Para Pauliane Amaral, irmã de Mayara: foi feminicídio, sim!”<sup>155</sup>, de 1 de agosto de 2017, “Contra o feminicídio, em memória de Mayara Amaral”<sup>156</sup>, 4 de agosto de 2017, e “11 anos da lei Maria da Penha a violência segue real e escancarada”<sup>157</sup>, de 7 de agosto de 2017. No entanto, devemos considerar que, apesar da precariedade das apurações, o *site* se mostrou sintonizado com as pautas dos movimentos feministas e as mobilizações nas redes sociais e nas ruas, o que faltou, ao menos diretamente, à cobertura da revista *Veja*.

Apesar destas constatações, os conteúdos de cunho midialivrista ou independentes se apresentam também, em sintonia com boas práticas de apuração, como a diversidade de fontes, bem como com os debates em voga na sociedade. O *site* HuffPost Brasil, por exemplo, mesmo não acionando repórter da região onde o crime ocorreu, fez uma apuração ampla e problematizou as questões relacionadas aos casos de feminicídio. Dele, foram as seguintes publicações: Por que a morte de Mayara Amaral não está sendo investigada como feminicídio”<sup>158</sup>, 30 de julho de 2017, “Mayara Amaral. Um crime que tem nome. E a voz das mulheres”<sup>159</sup>, 3 de agosto de 2017, “Feminicídio, Mayara Amaral e Lei Maria da Penha”<sup>160</sup>, de 9 de agosto de 2017, “Raphaella, Maria Aparecida, Marli e Kelly. Em 3 dias, a crueldade de 4 feminicídios”<sup>161</sup>. Nas reportagens, foram entrevistadas amigas da vítima, advogadas e militantes feministas. Houve, ainda, referência a documentos e levantamentos relativos a casos de violência contra a mulher. O *site* surgiu em 2005, como um agregador de blogs

<sup>153</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Mayara-Amaral-mais-uma-vitima-de-feminicidio-no-Brasil>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>154</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Carta-da-irma-de-Mayara-Amaral-Minha-irma-que-o-machismo-matou>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>155</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Para-Pauliane-Amaral-irma-de-Mayara-foi-feminicidio-sim>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>156</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Contra-o-feminicidio-em-memoria-de-Mayara-Amaral>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>157</sup> Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/11-anos-da-lei-Maria-da-Penha-a-violencia-segue-real-e-escancarada>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>158</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/30/por-que-a-morte-de-mayara-amaral-nao-esta-sendo-investigada-como\\_a\\_23056841/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/30/por-que-a-morte-de-mayara-amaral-nao-esta-sendo-investigada-como_a_23056841/)>. Acesso em: 20 jul. 2019

<sup>159</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres\\_a\\_23063968/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/)>. Acesso em: 20 jul. 2019

<sup>160</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha\\_a\\_23069643/](https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha_a_23069643/)>. Acesso em: 20 jul. 2019

<sup>161</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/07/raphaella-maria-aparecida-marli-e-kelly-em-3-dias-a-crueldade-de-4-feminicidios\\_a\\_23269882/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/07/raphaella-maria-aparecida-marli-e-kelly-em-3-dias-a-crueldade-de-4-feminicidios_a_23269882/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

norte-americanos. Constituído depois, como um grupo de mídia, com 117 milhões de visitas por mês, o *site* passou a publicar conteúdo essencialmente jornalístico. A versão brasileira foi criada em 2011<sup>162</sup>.

Outra característica de alguns veículos, verificada, também, no *site* HuffPost Brasil, é uma espécie de especialização em assuntos relacionados a questão de gênero. Os *sites* Pragmatismo Político, Esquerda Diário e HuffPost Brasil possuem editorias específicas para tratar de assuntos relacionados ao gênero, sendo que o primeiro possui uma editoria específica para tratar de casos de violência contra a mulher. Portanto, os jornais de caráter midialivrista e com criação recente mostraram uma abertura maior para o assunto, frente aos veículos da imprensa tradicional. Os veículos, embora não tenham dado imediata importância ao assunto, realizaram uma cobertura mais ampla e detalhada.

A partir da publicação da carta de Pauliane Amaral, outro fator que avaliamos como responsável por manter o feminicídio de Mayara Amaral por mais tempo, nos veículos nacionais e internacionais, foi a realização das manifestações contra o feminicídio. Das 45 publicações, 7 fazem referência às mobilizações. Apesar de parecer pouco, é importante lembrar que as mobilizações foram publicadas em apenas duas notícias, do total de 103 sobre o caso, pelo *site* Campo Grande News. A reportagem “Mulheres organizam manifestações por justiça a Mayara Amaral”<sup>163</sup>, publicada pelo *site* da revista Cláudia, no dia 2 de agosto de 2017, é a primeira a tratar das manifestações. Em “Feminicídio contra Mayara Amaral mobiliza ativista em todo o Brasil”<sup>164</sup>, publicada pelo Jornal do Brasil, 3 de agosto de 2017, o termo “ativista” aparece com destaque. A matéria trata da organização das mobilizações, bem como a repercussão do caso, nas redes sociais. O HuffPost Brasil tratou do assunto em “Mayara Amaral. Um crime que tem nome. E a voz das mulheres”<sup>165</sup>, publicada em 3 de agosto de 2017, fala, também, sobre a organização das manifestações. Esta publicação traz elementos da campanha lançada na internet, para reconhecer o assassinato de Mayara como feminicídio. A Carta Capital, em “Mulheres pedem justiça para Mayara, mais uma vítima de feminicídio”<sup>166</sup>, publicada em 4 de agosto de 2017, as manifestações são citadas também. É

<sup>162</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ariana-huffington-mulher-que-reinventou-jornalismo-on-line-2965451>>. Acesso em: 20 jul. 2019

<sup>163</sup> Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-organizam-manifestacoes-por-justica-a-mayara-amaral/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>164</sup> Disponível em: <[https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd\\_matia=860860&dinamico=1&preview=1](https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=860860&dinamico=1&preview=1)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>165</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres\\_a\\_23063968/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>166</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-pedem-justica-para-mayara-mais-uma-vitima-de->

importante notar que alguns veículos apenas abordaram o caso, diante da possibilidade de realização das manifestações. Tal fato demonstra o alcance do discurso das feministas e dos movimentos feministas ecoados pelas redes sociais. Nas ruas, o caso Mayara Amaral ganha, além de mais um componente a ser abordado pelos veículos de comunicação, um fator de legitimação da causa dos movimentos feministas, no caso, o reconhecimento de crimes de feminicídio. Tal fator corrobora com a elaboração de Castells (2013), de que mesmo organizados por meio *online*, que proporciona ainda a possibilidade de construção quase permanente, as mobilizações necessitam de base no espaço urbano. Conforme Costa (2018), neste caso, como em outros, há transposição de ações realizadas nas redes e nas ruas.

Além das ruas, o caso Mayara Amaral também ganhou as páginas de alguns veículos internacionais. Foram feitas duas publicações: “¿Por qué en Brasil es más grave matar para robar un coche que acabar brutalmente con la vida de una mujer?”<sup>167</sup>, de 5 de agosto de 2017, e “Mayara Amaral: Le Féminicide Dont On Ne Dit Pas Le Nom Au Brésil”<sup>168</sup>, de 8 de agosto de 2017. O primeiro é uma tradução da reportagem “Mayara Amaral, a violonista de Campo Grande morta duas vezes”<sup>169</sup>, de 4 de agosto de 2017. As datas das publicações, tanto da versão em Português, quanto da em Espanhol, coincidem com a realização das manifestações em algumas capitais brasileiras; embora, o material não cite literalmente os protestos. A publicação da também não fala das mobilizações também, mas entrevista a irmã de Mayara, repercutindo o conteúdo da carta amplamente compartilhada nas redes sociais.

É interessante verificar que entre os dias 28 de julho e 10 agosto de 2017, ao menos um *site* nacional abordou o caso. Portanto, durante 14 dias seguidos, o caso figurou nos veículos da imprensa nacional e internacional. Notamos que o movimento feminista, somado ao apelo emocional de grande repercussão de um familiar de Mayara, por meio de um depoimento aberto no Facebook, ajudou a pautar o caso na mídia nacional e internacional. Em relação ao levantamento feito no *site* de notícia locais, Campo Grande News, percebemos que esse fenômeno não ocorreu da mesma forma. Isso mostra a força do caráter global dos movimentos em rede; no entanto, demonstra, também, que a capacidade de absorção destas pautas ainda é restrita. Além disso, podemos notar que o fluxo das publicações funciona de forma mais imediata, ficando escasso no decorrer do período analisado, reproduzindo a lógica

---

feminicídio/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres\\_a\\_23063968/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>167</sup> Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2017/07/30/actualidad/1501370790\\_128982.html](https://elpais.com/internacional/2017/07/30/actualidad/1501370790_128982.html)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>168</sup> Disponível em: <<http://cheekmagazine.fr/societe/mayara-amaral-feminicide-bresil/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>169</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790\\_128982.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

midiática convencional. Mesmo assim, o caráter mais dialógico proporcionado pelas novas tecnologias tem, seguramente, a capacidade de afetar debates, problematizar questões e, sobretudo, pautar os diferentes veículos de comunicação. Vamos sintetizar esses resultados nas nossas considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar mais de perto os complexos temas entrelaçados nesta pesquisa se revelou algo desafiador. Entender as novas formas de mobilizações sociais, com uso intensivo das novas tecnologias de comunicação, a partir de um problema social específico, como a expressão máxima da violência de gênero, os feminicídios, apesar de difícil, mostrou-se, antes de tudo, algo urgente, tendo em vista os altos índices desses crimes verificados no Brasil e na América Latina e as formas de reação frente a esses casos. Ainda em curso e com desdobramentos recorrentes, tais fenômenos apontaram o Jornalismo como proveitoso termômetro para mensurar as reações da sociedade perante as transformações verificadas no atual contexto histórico que vivemos no Brasil e no mundo, sendo a própria prática profissional afetada pelas reações expressas nas redes sociais e nas ruas, fazendo do jornalista muito mais do que instrumento para reportar tais reações, mas, agente impactado diretamente, por tais fenômenos.

Apesar do contexto de novas possibilidades em que o trabalho foi elaborado, serviu-nos de motivação para aprofundar, também, os temas de longa trajetória no meio social. A desigualdade de gênero é tema que perpassa toda a história humana na Terra. No entanto, muito se fez para que ela chegasse, inclusive, a ser denominada com esta expressão, cuja problemática está explícita. Mesmo com refinamentos conceituais, elaborados a partir de problemas da realidade e com impacto no dia a dia, mulheres continuam sendo mortas apenas por serem mulheres.

O desenho proporcionado pelas ondas feministas, apesar de suas limitações, mostrou-nos a possibilidade de superação de determinadas questões, sem deixar que outras surgissem, ou, como verificamos no capítulo 1, outras voltasse à tona. Entre os inúmeros questionamentos teóricos colocados com certa proeminência nesta emergente Quarta Onda Feminista, um em particular nos perseguiu durante todo processo de elaboração da pesquisa e, mesmo que, de forma comedida, perpassou nossos estudos. Sob a ótica da perspectiva interseccional, elaborada pelas feministas negras, as respostas para a grande repercussão do feminicídio de Mayara Amaral ganharam outras nuances.

Estas são algumas das perguntas que pairam sobre o filtro da interseccionalidade: teria o caso de Mayara repercutido nesta proporção, caso ela fosse uma mulher negra, sem títulos acadêmicos e moradora de favela, por exemplo? Por que os casos das jovens Mayara Fontoura Holsback, a moradora de periferia morta dias depois de Mayara Amaral, ou de Isis

Caroline da Silva Santos, a mulher negra a protagonizar o primeiro caso de feminicídio registrado em Mato Grosso do Sul, não ganharam tanta atenção da imprensa local, ou não sensibilizaram jornais de âmbito nacional e internacional, sendo estas moradores de periferia ? É notório que, somente o fato de ter uma irmã jornalista, a qual, com plena consciência do poder de influência das redes sociais e da imprensa, tendo divulgado uma carta pública, apelando por outra narrativa sobre o caso de feminicídio, não é suficiente para explicar todo o eco verificado. É necessário, ainda, levar em conta que tais casos ocorreram em contexto de emergência da Quarta Onda Feminista e, apesar de estes movimentos terem por características tornar coletivos dramas pessoais, Mayara Amaral ganhou um protagonismo que não se aplica às outras vítimas de crime igualmente cruéis.

Desta forma, a análise dos fluxos informativos do caso Mayara, apesar de nos revelar a afetação do conteúdo jornalístico pelas reivindicações dos movimentos feministas e da carta de Pauliane Amaral, não foi capaz de abarcar os diversos aspectos possibilitados pelo tema; por isso, atentamo-nos a questionamento capazes de serem respondidos na análise de dois âmbitos comunicacionais, por si só bem complexos: as redes sociais da internet e a produção jornalística. Mesmo assim, o trabalho mostrou elementos para além da resposta que buscávamos.

Comprovada a influência dos debates travados na esfera da sociedade, sobre a cobertura da imprensa, questão principal a ser respondida por nossa análise, a pesquisa foi capaz, também, de nos revelar as resistências por parte dos veículos mais tradicionais à narrativa paralela realizada pelos movimentos feministas. Ainda, revelou-nos o oposto: a apreensão desta narrativa por algumas publicações, como recurso de aproximação com determinado público, ou, mesmo, como forma de demonstrar atualidade, sintonia com os debates da sociedade. Além disto, por mas que de forma discreta, verificamos, especialmente nas análises relativas ao levantamento do conteúdo publicado pelo *site* Campo Grande News, as tentativas de tentar entender os casos de feminicídio, para além dos desdobramentos das investigações e do trâmite judicial, com a elaboração de reportagens mostrando especialistas e autoridades no assunto. Logo, percebemos um esforço dos profissionais da imprensa, apesar do afogadilho, de forma pontual e a partir de cobranças públicas, de entender questões relativas à desigualdade de gênero, trazida, novamente, para o centro dos debates, a partir sanção da Lei do Feminicídio, cerca de dois anos antes da morte de Mayara Amaral. Portanto, podemos considerar que o caso, com sua repercussão significativa, serviu como uma oportunidade para os profissionais entenderem melhor tais crimes e rever as coberturas feitas até então.

Os números apresentados diante dos critérios adotados para nossos levantamentos, discutidos no capítulo 3, no entanto, demonstraram a resistência das coberturas jornalística em deixar explícita que a recirculação do conteúdo jornalístico partiu de um diálogo com as mobilizações feministas, as quais, adotando as redes sociais como principal ferramenta de disseminação de conteúdo, ecoaram para além da internet, consolidando-se nas ruas.

Como demonstramos na etapa empírica, das 148 publicações jornalísticas levantadas, apenas 22 fizeram referência explícita à carta da irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, publicada em seu perfil no Facebook. O uso do termo feminicídio, apesar de estar presente em 76 das 148 publicações, encontrou resistência de uso no veículo local analisado e, também, serve como parâmetro para nos mostrar a dificuldade de admitir a relação mais horizontal com o público, já que o uso da palavra era reivindicado por parte dos movimentos feministas. Mesmo assim, a análise do período em que as notícias, reportagens e os artigos sobre o caso foram publicados deixa explícita que a incidência da tipificação se tornou mais comum após a grande repercussão da carta de Pauliane.

Como dissemos anteriormente, mesmo comprovada a nossa hipótese inicial quanto à influência das redes sociais na cobertura jornalística do caso Mayara Amaral, ficam outras perguntas a se fazer: por que a resistência do Jornalismo em deixar evidente a influência do público? Será que o público que se manifestou quanto ao caso representa realmente parcela considerável dos consumidores de notícias? Ou será que o Jornalismo está fora de sintonia com parte significativa de seus leitores e com o contexto histórico em que se desenvolve? Tais questões fogem da alçada da nossa pesquisa, mas temos elementos e indícios para análises futuras.

Apesar de certa dificuldade de penetração da linguagem e das demais expressões dos conteúdos publicados nas redes sociais, sobre o feminicídio de Mayara Amaral, em certa medida, verificamos na imprensa comportamentos semelhantes aos que ocorrem na disseminação dos conteúdos pelos usuários na internet, como os picos de publicações. Apesar de não analisarmos as citações ao caso, em determinadas plataformas das redes sociais, o conteúdo jornalístico caso convertido em *hashtags* do Twitter, por exemplo, demonstram tendência a seguir dinâmica semelhante de campanhas pontuais da internet, como o próprio #NenhamAMenos, ficando por certo tempo, nos *trending topics* (assuntos do momento). Na nossa análise, verificamos que a publicação de maior parte das notícias se concentrou nos dois primeiros meses, a partir da ocorrência do feminicídio.

No *site* Campo Grande News, as buscas com o nome de Mayara Amaral, relativas ao ano seguinte à realização da nossa pesquisa, revelaram número bem menor de publicações.

Foram 26 notícias sobre o caso, entre 25 de julho de 2018 e 25 de julho de 2019; portanto, número bem inferior ao de 103 publicações verificadas no primeiro ano de ocorrência do caso. Nesse período, as publicações se restringiram a relatar a realização de audiências na Justiça, sobre o feminicídio, que voltou a ter algum pico de publicação no dia do julgamento de Luís Alberto Bastos, em 29 de março de 2019. Depois do período analisado, nos veículos de âmbito nacional e internacional, apenas uma publicação foi feita citando o nome de Mayara Amaral: “Mães do feminicídio: elas contam como sobrevivem à dor de perder as filhas”<sup>170</sup>, publicada em 15 de dezembro de 2018, no *site* *Universa*, do UOL. Portanto, mesmo o desfecho do caso resultando em uma condenação que reconheceu o crime de feminicídio, tipificação a qual se tornou bandeira das mobilizações à época da morte de Mayara, o episódio não foi lembrado pelos veículos de imprensa que agem fora do âmbito local. Logo, o Jornalismo, embora não tratasse o caso de forma engajada, agiu com as publicações do conteúdo sobre o caso, de forma difusa, como o fazem os próprios movimentos feministas. Deste modo, mesmo perante narrativas distintas e resistências quanto ao reconhecimento da maneira de narrar do outro, verificamos paralelos entre os fluxos informativos das redes sociais da internet e dos veículos de imprensa; afinal, ambos se realizam dentro de um mesmo contexto social. As manifestações de rua são a expressão desta convivência, pois elas funcionam como materialização dos debates travados em rede, ato capaz de romper barreiras impostas pela imprensa quanto ao reconhecimento de determinados problemas sociais, passando, a partir deste formato, a ter maiores chances de serem abordadas pelos jornais.

O interessante é que, mesmo passado mais de um ano do feminicídio de Mayara Amaral, podemos verificar a conexão do caso com os movimentos feministas organizados por meio das redes sociais. As reportagens publicadas pelo *site* *Campo Grande News*, relativas ao dia do julgamento, relatam a realização de protestos em frente ao Fórum, localizado na Capital sul-mato-grossense, onde o assassino de Mayara passou por júri popular.

Cartazes com as *hashtags* #MayaraVive e #NenhumaAMesmo foram empunhados por participantes dos movimento feministas, fazendo clara referência aos movimentos em rede. Além disto, *performance* para protestar contra os feminicídios, também, fez parte das mobilizações, em clara conexão com o fenômeno de microfones-humanos, descrito por Bogado (2018), como método de propagação da voz que tem o corpo humano como

---

<sup>170</sup> Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/15/maes-do-femicidio-elas-contam-como-sobrevivem-a-dor-de-perder-as-filhas.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

tecnologia, prática apropriada pelo movimentos feministas<sup>171</sup>. Ou seja, mesmo depois de longo período de ocorrência do caso, com práticas difusas, o movimento feminista, mesmo em menor potência, conseguiu se materializar novamente, nas ruas, para pedir Justiça e o fim dos feminicídios.

**Figura 6** - Imagem de Henrique Kawaminami de performance realizada em frente ao Fórum de Campo Grande, MS, no dia do julgamento do Luís Aberto Bastos, autor do feminicídio de Mayara Amaral, no dia 29 de março de 2019.



**Fonte:** Campo Grande News

Diante do cenário descentralizado e difuso de disseminação de informação, é necessário o aprofundamento das pesquisas, para que se chegue a um modelo teórico capaz de dar respostas mais completas quanto a esses fenômenos comunicacionais. Ao aliar a análise dos fluxos informativos, ocorridos tanto nas redes sociais da internet, quanto nos veículos de comunicação, aos atos de uma emergente Quarta Onda Feminista, além de darmos atualidade a nosso questionamento, conseguimos entender em parte como o Jornalismo tem lidado com esta espécie de contraponto, vindo de quem teoricamente tem (ou deveria ter) maior legitimidade perante a prática jornalística, o consumidor de informação. Também, entendemos melhor as novas formas de organização social e uso dos meios de produção de informação por estes movimentos. Esta pesquisa nos revela como a disputa de narrativas adquiriu contornos nítidos na sociedade em rede; porém, ainda exigem lentes de aumento para entender os inúmeros fenômenos os quais perpassam o, aparentemente simples, ato de se comunicar.

<sup>171</sup> Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-quanto-vale-a-vida-de-uma-mulher-protesto-e-pedido-de-justica-em-julgamento>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres: violência doméstica e familiar**. Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

AMARAL, Pauliane. **Quem é Mayara Amaral? [POR FAVOR, COMPARTILHEM]**. Liège, 27 jul. 2017. Facebook: paulianeamaral. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1637173466326965&set=a.884418651602454&type=3&theater>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOGADO, Maria. Rua. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**, p. 23-42, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, José Luís. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Planalto, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 18 mai. 2018.

BUENO, Mayara. **Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contra-femicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mapa da Violência Contra a Mulher 2018. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CARDOSO, Gustavo; CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Centro Cultural de Belém, 2005. CRITICAL ART ESEMBLE. Desobediência civil eletrônica. In: REUNION DE OVEJAS ELECTRONICAS. **Ciberactivismo. Sobre usos políticos y sociales de la red**. Barcelona: Virus editorial, 2006.

COELHO, A. **Entre acolhimentos e resistências**: A circulação responsiva nas redações. Vozes e Diálogo, Itajaí, v. 16, n. 1, p 51-63, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9595>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

COSTA, Cristiane. Rua. In: **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade, p. 43-60, 2018.

DA REDAÇÃO. Mayara Amaral mais uma vítima de feminicídio no Brasil. Esquerda Diário, 2017. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Mayara-Amaral-mais-uma-vitima-de-femicidio-no-Brasil>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESCARRIES, Francine. **Teorias Feministas**: Liberação e Solidariedade no Plural. Tradução de Tânia Navarro Swain (Universidade de Brasília). Textos de História, vol.8, nº 1, 2000.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. pp. 151-170.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. **Feminismo Web**: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Dossiê: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. Cadernos Pagu (44), janeiro-junho de 2015:199-228. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8637329>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesse**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insula, 2009.

GONZALES, Mariana. **Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos**. 19 nov 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>.

Acesso em: 22 jul. 2018.

HENRI, Guilherme. **Especialista da USP avalia que morte de Mayara foi feminicídio**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/especialista-da-usp-avalia-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: O grifo é meu. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**, p. 11-19. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2014.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <[https://tecnos.cienciassociais.ufg.br/up/410/o/Dissertação\\_\\_Ciberfeminismo\\_\\_novos\\_discursos\\_do\\_feminino\\_em\\_redes\\_eletronicas.pdf](https://tecnos.cienciassociais.ufg.br/up/410/o/Dissertação__Ciberfeminismo__novos_discursos_do_feminino_em_redes_eletronicas.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2018.

LOBO, Patrícia Alves. O feminicídio de Juárez: alterações econômicas, narrativas sociais e discursos coloniais na fronteira dos EUA e México. *Ex æquo*, n.º 34, 2016, pp. 45-58. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.04>. Acesso em: 26 jul. 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 2005.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação. In: **Pesquisa em Comunicação: Metodologia e Práticas Acadêmicas**, pp. 99-107, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropológica*, n.º 284, Brasília, pp. 2-19, 2000.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MARTINS, Moises Lemos e CARVALHO, Carlos Alberto. Crimes de proximidade contra mulheres em relações de gênero: dimensões políticas de um problema no Brasil e em Portugal a partir da cobertura jornalística. In: PRIOR, Helder, GUAZINA, Liziane, ARAUJO, Bruno (orgs). **Diálofos Lusófonos em Comunicação e Política**. Labcom. IFP, Covilhã, 2016, pp. 125-148.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. **O conhecimento feminista na era digital: grupos de discussão do Facebook como uma nova epistemologia do conhecimento**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017.

Disponível em:

<[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1520948963\\_ARQUIVO\\_ST037-Oconhecimentofeministanaeradigital-FabianaJordaoMartinez.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1520948963_ARQUIVO_ST037-Oconhecimentofeministanaeradigital-FabianaJordaoMartinez.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MAYORGA, Cláudia. **Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária**. Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social, Barcelona, v. 14, n. 1, p.221-236, maio. 2014. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53730481010>>.. Acesso em: 15 mai. 2018.

MCCOMBS, Maxwell. **Estableciendo la agenda: el impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento**. 2004, p. 31.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007. MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vânia Naomi. **Feminicídios: mortalidade por agressão em mulheres no Brasil**. In: Fazendo Gênero 9: Diáspora, Diversidades e Deslocamentos, 2010. Disponível em:

<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276533377\\_ARQUIVO\\_FEMICIDIO\\_S.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276533377_ARQUIVO_FEMICIDIO_S.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2018.

MELITO, Leandro. **Lei Maria da Penha também vale para transexuais; entenda aplicação**. 27 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/06/lei-maria-da-penha-entenda-quando-lei-pode-ser-aplicada>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

NOGUERA, Renato. **Mulheres e Deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual**. Rio de Janeiro: Haper Collins, 2017.

OIT. **Lei nº 11.340: Maria da Penha**. Organização Internacional do Trabalho, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002185/218596POR.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

ONU MULHERES. **ONU Mulheres procura unir forças de todos os setores para o fim dos feminicídios na América Latina e Caribe**. 02 dez 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-busca-unir-forcas-de-todos-os-setores-para-o-fim-dos-femicidios-na-america-latina-e-caribe/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

OPAS. **Violência contra a mulher: estratégia e plano de ação para reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher**. Washington,DC: Organização Panamericana de Saúde, 2013. Disponível em: <[http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18386/CD549Rev2\\_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y](http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Primavera Árabe"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

PENHA, Maria da. **Maria da Penha**. Fortaleza, Instituto Maria da Penha, 2009. Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/2016/index.php/sobre-maria-da-penha>>.

Acesso em: 20 jul 2018.

PETERLE, P. **Reinventando a história de Olympe de Gouges**. Rev. Estud. Fem. vol.17 no.2 Florianópolis May/Aug. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000200021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200021)>. Acesso em: 25 mai. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In ALMEIDA e SZWAKO. **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, 2008, pp. 263-274

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?**. In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001. (Textos Didáticos, n. 48).

PNUD. **Relatório Humano da América Central**, PNUD, 2009. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20009.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs.). **Femicídio: invisibilidade mata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

RAMONET, Ignacio. **La explosión del periodismo**. Madrid: Clave Intelectual, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Rafael. **Amigos estão chocados com envolvimento de bateristas na morte de Mayara**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-estao-chocados-com-envolvimento-de-baterista-na-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. Unisinos. RDBU, São Leopoldo. 2017. Disponível em: <[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6728/Fernanda%20de%20Brito%20Mota%20Rocha\\_.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6728/Fernanda%20de%20Brito%20Mota%20Rocha_.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

RODRIGUES, Luana; FERREIRA, Marta. **Irmã cobre investigação de estupro antes da morte de Mayara**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20. jul, 2019.

RODRIGUES, Nielder. **Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contra-femicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANCHEZ, Izabela. **Mayara Amaral a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que- virou-simbolo-contra-o-femicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Aline. **Feminicídio é lei de 2015 e tem marcar do desprezo a mulher**. Campo Grande News, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/femicidio-e-lei-de-2015-e-tem- marca-do-desprezo-a-mulher>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Los nuevos movimientos sociales**. Debates, Osal, p. 1770183 . 2001.

SANTOS, Magda Guadalupe **O feminismo e suas ondas**. Revista Cult, São Paulo, ano 19, n. 219, pp. 32-35, dez /2016.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Luiz Martins. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**, pp. 84-104, 2010.  
SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

UGARTE, David de. **El poder de las redes: Manual para personas, colectivos y empresas abocadas al ciberperiodismo**. Madrid: Ediciones El Cobre, 2007.

VEIGA-NETO, **Alfredo. É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de Educação. Rio de janeiro, v.17,n.50, pp. 267-492, maio/ago. 2012.

Z AidAN, Patrícia. Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada. Cláudia, 2017. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: set. 2017.

## **APÊNDICES**

### Apêndice 1 – Levantamento realizado no site Campo Grande News sobre o feminicídio de Mayara Amaral

	TÍTULO	DATA/HORA	VEÍCULO	EDITORIA	AUTORES	SUBTÍTULO	LINK	FEMINICÍDIO	CARTA
1	Corpo de mulher é encontrado carbonizado na região do Inferninho	25/07/2017 19:34	CGNews	Capital	Nyelder Rodrigues e Adriano Fernandes	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/corpo-de-mulher-e-encontrado-carbonizado-na-regiao-do-inferninho">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/corpo-de-mulher-e-encontrado-carbonizado-na-regiao-do-inferninho</a>	Não	Não
2	Mulher encontrada carbonizada pode ter morrido com pancada na cabeça	25/07/2017 20:17	CGNews	Capital	Nyelder Rodrigues e Adriano Fernandes	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mulher-encontrada-carbonizada-pode-ter-morrido-com-pancada-na-cabeca">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mulher-encontrada-carbonizada-pode-ter-morrido-com-pancada-na-cabeca</a>	Não	Não
3	Mulher achada carbonizada havia saído na segunda para ensaiar com banda	26/07/2017 10:55	CGNews	Capital	Viviane Oliveira e Marta Ferreira	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mulher-achada-carbonizada-havia-saido-na-segunda-para-ensaiar-com-banda">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mulher-achada-carbonizada-havia-saido-na-segunda-para-ensaiar-com-banda</a>	Não	Não
4	Polícia prende suspeito de matar mulher encontrada carbonizada	26/07/2017 14:14	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-prende-suspeito-de-matar-mulher-encontrada-carbonizada">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-prende-suspeito-de-matar-mulher-encontrada-carbonizada</a>	Não	Não
5	Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro	26/07/2017 17:42	CGNews	Capital	Luana Rodrigues e Amanda Bogo	Trio foi preso pelo crime na tarde desta quarta-feira (26); entre os envolvidos está um músico, que teria um relacionamento com a jovem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro</a>	Não	Não
6	Caçula entre quatro filhos, Mayara foi inspirada na	26/07/2017 19:13	CGNews	Capital	Nyelder Rodrigues e Luana Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cacula-entre-quatro-filhos-mayara-foi-inspirada-na-musica-por-pai-e-avo">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cacula-entre-quatro-filhos-mayara-foi-inspirada-na-musica-por-pai-e-avo</a>	Não	Não

	música por pai e avô								
7	Era desses talentos que nasce um em 1 milhão, diz professor sobre Mayara	27/07/2017 06:05	CGNews	Lado B	Eduardo Fregatto	A jovem nunca quis ser estrela, amava ensinar; amigos prestaram homenagem a sua arte uma semana antes da morte	<a href="https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/era-desses-talentos-que-nasce-um-em-1-milhao-diz-professor-sobre-mayara">https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/era-desses-talentos-que-nasce-um-em-1-milhao-diz-professor-sobre-mayara</a>	Não	Não
8	Suspeitos usaram celular de Mayara para tentar incriminar ex-namorado	27/07/2017 08:42	CGNews	Capital	Viviane Oliveira	Corpo de Mayara Amaral, 27 anos, vai ser sepultado nesta manhã no cemitério Memorial Park	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/suspeitos-usaram-celular-de-mayara-para-tentar-incriminar-ex-namorado">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/suspeitos-usaram-celular-de-mayara-para-tentar-incriminar-ex-namorado</a>	Não	Não
9	Juiz decreta preventiva e manda para presídio suspeitos de matar Mayara	27/07/2017 09:56	CGNews	Capital	Viviane Oliveira e Guilherme Henri	Em audiência com juiz, suspeito de matar Mayara reclama de fome e frio	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-decreta-preventiva-e-manda-para-presidio-suspeitos-de-matar-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-decreta-preventiva-e-manda-para-presidio-suspeitos-de-matar-mayara</a>	Não	Não
10	Amigos estão chocados com envolvimento de baterista na morte de Mayara	27/07/2017 10:50	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-estao-chocados-com-envolvimento-de-baterista-na-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-estao-chocados-com-envolvimento-de-baterista-na-morte-de-mayara</a>	Não	Não
11	Irmã cobra investigação de estupro antes da morte de Mayara	27/07/2017 18:50	CGNews	Capital	Luana Rodrigues e Marta Ferreira	Delegado diz que investigação pode mudar rumos, mas que até o momento tudo indica que foi um roubo seguido de morte	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara</a>	Sim	Sim
12	Filho de ex-vereador morto diz que Mayara tocava em missa de 7º dia	28/07/2017 09:00	CGNews	Capital	Viviane Oliveira	O cineasta Filipi Silveira abre o relato no Facebook com a frase: “Uma triste e trágica coincidência”	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/filho-de-ex-vereador-morto-diz-que-mayara-tocaria-em-missa-de-7o-dia">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/filho-de-ex-vereador-morto-diz-que-mayara-tocaria-em-missa-de-7o-dia</a>	Não	Não
13	Defurv assume caso e investiga quem compraria carro de Mayara	28/07/2017 11:45	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Delegacia também aguarda laudos, entre eles o que pode comprovar se houve violência	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defurv-assume-caso-e-investiga-quem-compraria-carro-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defurv-assume-caso-e-investiga-quem-compraria-carro-de-mayara</a>	Não	Não

						sexual			
14	Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio	28/07/2017 12:42	CGNews	Capital	Mayara Bueno	A morte da musicista está sendo investigada como latrocínio, mas a irmã defende que houve violência sexual no crime	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contra-feminicidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contra-feminicidio</a>	Sim	Sim
15	Especialista da USP avalia que morte de Mayara foi feminicídio	28/07/2017 14:21	CGNews	Capital	Guilherme Henri	Para ela, além da pena rígida, o reconhecimento da violência de gênero é importante	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/especialista-da-usp-avalia-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/especialista-da-usp-avalia-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio</a>	Sim	Não
16	Defesa quer livrar músico da acusação de matar Mayara e culpar comparsas	28/07/2017 16:47	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Advogado afirma que Luís Alberto, 29 anos, preso com outros 2 homens, não teve participação direta na morte	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-quer-livrar-musico-da-acusacao-de-matar-mayara-e-culpar-comparsas">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-quer-livrar-musico-da-acusacao-de-matar-mayara-e-culpar-comparsas</a>	Não	Não
17	Defesa de suspeitos de crimes chocantes apela na estratégia	29/07/2017 07:00	CGNews	Jogo Aberto	Marta Ferreira (Colaboraram Rafael Ribeiro, Mayara Amaral e Aline dos Santos)	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/defesa-de-suspeitos-de-crimes-chocantes-apela-na-estrategia">https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/defesa-de-suspeitos-de-crimes-chocantes-apela-na-estrategia</a>	Sim	Não
18	Após tragédias, OAB-MS vai lançar campanha contra violência na Capital	29/07/2017 08:50	CGNews	Capital	Leonardo Rocha	Intenção é realizar debates e também cobrar as autoridades	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/apos-tragedias-oab-ms-vai-lancar-campanha-contra-violencia-na-capital">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/apos-tragedias-oab-ms-vai-lancar-campanha-contra-violencia-na-capital</a>	Não	Não
19	Subsecretária da Mulher diz que vai consultar polícia sobre "Caso Mayara"	29/07/2017 11:06	CGNews	Capital	Leonardo Rocha	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/subsecretaria-da-mulher-diz-que-vai-consultar-policia-sobre-caso-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/subsecretaria-da-mulher-diz-que-vai-consultar-policia-sobre-caso-mayara</a>	Sim	Não
20	Manifestações em MS e SP homenageiam Mayara e discutem feminicídio MOBILIZAÇÕES	29/07/2017 18:51	CGNews	Cidades	Nyelder Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/manifestacoes-em-ms-e-sp-homenageiam-mayara-e-discutem-feminicidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/manifestacoes-em-ms-e-sp-homenageiam-mayara-e-discutem-feminicidio</a>	Sim	Sim

21	Na voz de Marina Peralta, Mayara se foi, mas deixou força para a luta feminista (cita mobilizações dentro)	30/07/2017 07:15	CGNews	Lado B	Eduardo Fregatto	Em show de Bonito, cantora homenageou Mayara com canção que escreveu logo depois de receber notícia da morte	<a href="https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/na-voz-de-marina-peralta-mayara-se-foi-mas-deixou-forca-para-a-luta-feminista">https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/na-voz-de-marina-peralta-mayara-se-foi-mas-deixou-forca-para-a-luta-feminista</a>	Não	Não
22	Rastreamento de celular indicou passo a passo de trio preso por matar Mayara	30/07/2017 13:00	CGNews	Capital	Viviane Oliveira e Marta Ferreira	Além do carro, eles levaram mil reais da vítima e um deles comprou equipamento no dia seguinte à morte	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/rastramento-de-celular-indicou-passo-a-passo-de-trio-presopor-matar-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/rastramento-de-celular-indicou-passo-a-passo-de-trio-presopor-matar-mayara</a>	Não	Não
23	Para 95% dos internautas, estupradores devem ser condenados à prisão perpétua	31/07/2017 07:58	CGNews	Enquete	Viviane Oliveira	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-95-dos-internautas-estupradores-devem-ser-condenados-a-prisao-perpetua">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-95-dos-internautas-estupradores-devem-ser-condenados-a-prisao-perpetua</a>	Não	Não
24	Para os pais, interesse de assassinos de Mayara era outro carro da família	31/07/2017 10:20	CGNews	Capital	Amanda Bogo e Marta Ferreira	"Minha filha lutou no motel igual uma leoa. Ela era linda, foi um tesouro que caiu nas mãos deles e se divertiram com isso".	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-os-pais-interesse-de-assassinos-de-mayara-era-outro-carro-da-familia">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-os-pais-interesse-de-assassinos-de-mayara-era-outro-carro-da-familia</a>	Sim	Sim
25	"Nasceu para a música", desabafa mãe de Mayara, assassinada há uma semana	31/07/2017 11:16	CGNews	TVNews	Amanda Bogo	Emocionada, Ilda recebeu o Campo Grande News para uma conversa exclusiva sobre a filha	<a href="https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2363-nasceu-para-a-msica-desabafa-me-de-mayara-assassinada-h-uma-semana">https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2363-nasceu-para-a-msica-desabafa-me-de-mayara-assassinada-h-uma-semana</a>	Não	Não
26	Polícia Civil mantém como latrocínio investigação sobre morte de Mayara	31/07/2017 11:27	CGNews	Capital	Leonardo Rocha	Comando da Corporação realizou reunião nesta manhã, para discutir o questionamento de que seria feminicídio	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-civil-mantem-como-latrocinio-investigacao-sobre-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-civil-mantem-como-latrocinio-investigacao-sobre-morte-de-mayara</a>	Sim	Não
27	Sob investigação, quarto onde	31/07/2017 13:10	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro e	Funcionários disseram que	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sob-investigacao-quarto-onde-mayara-morreu-e-interditado-em">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sob-investigacao-quarto-onde-mayara-morreu-e-interditado-em</a>	Não	Não

	Mayara morreu é interditado em motel				André Bittar	chegaram a pensar que era um aborto, mas não acionaram polícia	motel		
28	Polícia diz que provas mudaram "Caso Mayara" de feminicídio para latrocínio	31/07/2017 13:52	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Investigação segue em curso e será concluída até a próxima sexta-feira (04), segundo a polícia	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-diz-que-provas-mudaram-caso-mayara-de-feminicidio-para-latrocinio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-diz-que-provas-mudaram-caso-mayara-de-feminicidio-para-latrocinio</a>	Sim	Não
29	Amigos e familiares preparam homenagem para missa de 7º dia de Mayara	31/07/2017 15:08	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Cerimônia será realizada às 19h desta segunda-feira (31), na comunidade São João Bosco, localizada na Rua Paraíba, 1787	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-e-familiares-preparam-homenagem-para-missa-de-7o-dia-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-e-familiares-preparam-homenagem-para-missa-de-7o-dia-de-mayara</a>	Não	Não
30	Com música, amigos e família prestam homenagem à Mayara Amaral em missa	31/07/2017 22:22	CGNews	Lado B	Nyelder Rodrigues e Thaila Torres	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/com-musica-amigos-e-familia-prestam-homenagem-a-mayara-amaral-em-missa">https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/com-musica-amigos-e-familia-prestam-homenagem-a-mayara-amaral-em-missa</a>	Não	Não
31	Dona de motel onde Mayara foi morta presta depoimento em delegacia	01/08/2017 11:34	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro e Yarima Mecchi	Hoje é o primeiro dia de testemunhos colhidos pela delegacia especializada, que assumiu o caso na sexta	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/dona-de-motel-onde-mayara-foi-morta-presta-depoimento-em-delegacia">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/dona-de-motel-onde-mayara-foi-morta-presta-depoimento-em-delegacia</a>	Não	Não
32	Assassinos de Mayara mentiram ao sair de motel, alega dona à polícia	01/08/2017 13:08	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Luís Barbosa e comparsa enganaram atendente dando desculpas para justificar ausência da vítima em carro e deixaram RG dela prometendo voltar para quitar taxa de R\$ 10 por lençóis sujos	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/assassinos-de-mayara-mentiram-ao-sair-de-motel-alega-dona-a-policia">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/assassinos-de-mayara-mentiram-ao-sair-de-motel-alega-dona-a-policia</a>	Não	Não
33	Polícia quer ouvir os 3 presos por	01/08/2017 13:32	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-quer-ouvir-os-3-presos-por-matar-mayara-novamente-">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-quer-ouvir-os-3-presos-por-matar-mayara-novamente-</a>	Não	Não

	matar Mayara novamente até sexta-feira						ate-sexta-feira		
34	Três presos pelo assassinato de Mayara Amaral são ouvidos novamente pela polícia	02/08/2017 11:37	CGNews	TVNews	Guilherme Henri	O objetivo é esclarecer quem seria o receptor do veículo.	<a href="https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2372-trs-presos-pelo-assassinato-de-mayara-amaral-so-ouvidos-novamente-pela-polcia">https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2372-trs-presos-pelo-assassinato-de-mayara-amaral-so-ouvidos-novamente-pela-polcia</a>	Não	Não
35	No 2º depoimento, suspeito de tramar morte de Mayara fica em silêncio	02/08/2017 15:15	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Luis Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, esteve na delegacia para prestar depoimento na manhã desta quarta-feira (02)	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/no-2o-depoimento-suspeito-de-tramar-morte-de-mayara-fica-em-silencio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/no-2o-depoimento-suspeito-de-tramar-morte-de-mayara-fica-em-silencio</a>	Não	Não
36	Preso por morte de Mayara indicou namorada como visitante em presídio	03/08/2017 11:57	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Luis Bastos Barbosa, 29 anos, está no Presídio de Trânsito, onde teve a cabeça raspada, como é praxe	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-indicou-namorada-como-visitante-em-presidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-indicou-namorada-como-visitante-em-presidio</a>	Não	Não
37	Em memória de Mayara	03/08/2017 14:55	CGNews	Artigos	Jaceguara Dantas da Silva Passos	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/artigos/em-memoria-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/artigos/em-memoria-de-mayara</a>	Sim	Não
38	Defesa de preso por matar Mayara Amaral quer adiar conclusão de inquérito	04/08/2017 10:38	CGNews	TVNews	Guilherme Henri	A conclusão do inquérito está prevista para esta sexta-feira, 04.	<a href="https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2389-defesa-de-preso-por-matar-mayara-amaral-quer-adiar-concluso-de-inquirito">https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2389-defesa-de-preso-por-matar-mayara-amaral-quer-adiar-concluso-de-inquirito</a>	Não	Não
39	Preso por matar Mayara quer trocar de presídio com medo de ameaças	04/08/2017 10:50	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Advogado diz que Luís Barbosa, 29 anos, "se sente inseguro" com ameaças em atual cárcere e quer voltar para Depac Piratininga, onde se enturmour com "turma dos evangélicos"	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-matar-mayara-quer-trocar-de-presidio-com-medo-de-ameacas">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-matar-mayara-quer-trocar-de-presidio-com-medo-de-ameacas</a>	Não	Não
40	Preso por morte de Mayara vai recorrer ao MPE	04/08/2017 16:42	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Defesa de Luis Alberto Bastos Barbosa quer	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-vai-recorrer-ao-mpe-para-responder-por-homicidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-vai-recorrer-ao-mpe-para-responder-por-homicidio</a>	Sim	Não

	para responder por homicídio					mudar tipificação do crime de latrocínio - roubo seguido de morte - para homicídio simples			
41	Para amenizar pena, assassino de Mayara apela para entrevista nacional	05/08/2017 09:16	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Luís Alberto só aceitou falar com a revista Veja e diz que matou e ocultou cadáver de violonista sozinho	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-amenizar-pena-assassino-de-mayara-apela-para-entrevista-nacional">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-amenizar-pena-assassino-de-mayara-apela-para-entrevista-nacional</a>	Sim	Não
42	Feminicídio é lei de 2015 e tem marca do desprezo à mulher	05/08/2017 09:25	CGNews	Capital	Aline dos Santos	"Toda morte de mulher é feminicídio? Não. Mas quando a morte de uma mulher ocorre por uma questão de gênero", afirma juíza	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/feminicidio-e-lei-de-2015-e-tem-marca-do-desprezo-a-mulher">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/feminicidio-e-lei-de-2015-e-tem-marca-do-desprezo-a-mulher</a>	Sim	Não
43	"Isso é estratégia", diz pai de Mayara sobre nova versão de assassino	05/08/2017 10:06	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Para o pai de Mayara, Alziro Lopes do Amaral, o assassino quer apenas se livrar da acusação de latrocínio	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/isso-e-estrategia-diz-pai-de-mayara-sobre-nova-versao-de-assassino">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/isso-e-estrategia-diz-pai-de-mayara-sobre-nova-versao-de-assassino</a>	Sim	Não
44	Para 73% dos leitores, musicista Mayara foi vítima de latrocínio	07/08/2017 07:31	CGNews	Enquete	Priscilla Peres	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-73-dos-leitores-musicista-mayara-foi-vitima-de-latrocinio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-73-dos-leitores-musicista-mayara-foi-vitima-de-latrocinio</a>	Sim	Não
45	Polícia diz que baterista matou Mayara, queimou corpo e tentou culpar outros 2	07/08/2017 15:01	CGNews	Capital	Anahi Zurutuza	Laudos não comprovaram se houve estupro, segundo o relatório do inquérito enviado ao MPE	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-diz-que-baterista-matou-mayara-queimou-corpo-e-tentou-culpar-outras-2">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/policia-diz-que-baterista-matou-mayara-queimou-corpo-e-tentou-culpar-outras-2</a>	Sim	Não
46	Promotor avalia pedido de novo depoimento de assassino confesso de Mayara	07/08/2017 15:37	CGNews	TVNews	Luana Rodrigues	O advogado de Luís solicita que a nova versão de seu cliente sobre a morte da violinista Mayara	<a href="https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2408-promotor-avalia-pedido-de-novo-depoimento-de-assassino-confesso-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2408-promotor-avalia-pedido-de-novo-depoimento-de-assassino-confesso-de-mayara</a>	Sim	Não

						Amaral seja substituída pela anterior.			
47	Delegada pede revogação da prisão de pedreiro preso por morte de Mayara	07/08/2017 16:40	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/delegada-pede-revogacao-da-prisao-de-pedreiro-presos-por-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/delegada-pede-revogacao-da-prisao-de-pedreiro-presos-por-morte-de-mayara</a>	Não	Não
48	Entre farsa e 'silêncio', defesa já deu 3 versões sobre morte de Mayara	07/08/2017 17:28	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Para a família de Mayara, mudança de versões do assassino confesso representa estratégia	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/entre-farsa-e-silencio-defesa-ja-deu-3-versoes-sobre-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/entre-farsa-e-silencio-defesa-ja-deu-3-versoes-sobre-morte-de-mayara</a>	Sim	Não
49	Para se manter, Hospital da Cassems amplia clientela	08/08/2017 06:00	CGNews	Jogo Aberto	Marta Ferreira	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/para-se-manter-hospital-da-cassems-amplia-clientela">https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/para-se-manter-hospital-da-cassems-amplia-clientela</a>	Não	Não
50	Justiça decide fechar processo sobre assassinato de Mayara	08/08/2017 09:16	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/justica-decide-fechar-processo-sobre-assassinato-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/justica-decide-fechar-processo-sobre-assassinato-de-mayara</a>	Sim	Não
51	Assassino de Mayara comprou cerveja antes de atear fogo ao corpo; veja imagens	08/08/2017 10:09	CGNews	TVNews	Guilherme Henri	Luis Alberto Bastos Oliveira foi indiciado por latrocínio. Ronaldo Olmedo foi enquadrado em tráfico de drogas e receptação e Anderson Sanches por crime de receptação.	<a href="https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2413-assassino-de-mayara-comprou-cerveja-antes-de-atear-fogo-ao-corpo-veja-imagens">https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2413-assassino-de-mayara-comprou-cerveja-antes-de-atear-fogo-ao-corpo-veja-imagens</a>	Não	Não
52	Inocentada do assassinato de Mayara, dupla reza na cadeia para agradecer	08/08/2017 10:31	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	'Cachorrão' e Anderson Pereira, antes cúmplices do assassinato, agora foram indiciados por crimes de menor potencial ofensivo	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentada-do-assassinato-de-mayara-dupla-reza-na-cadeia-para-agradecer">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentada-do-assassinato-de-mayara-dupla-reza-na-cadeia-para-agradecer</a>	Sim	Não
53	Abalada com	08/08/2017	CGNews	Capital	Rafael	Ela participaria	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/abalada-com">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/abalada-com</a>	Não	Não

	desenrolar de caso, mãe de Mayara não vai à Câmara	11:42			Ribeiro e Richelieu de Carlo	de sessão, mas ida foi cancelada nesta manhã, depois que a dona de casa passou mal	ada-com-desenrolar-de-caso-mae-de-mayara-nao-vai-a-camara		
54	Mayara nunca esteve sozinha, há talentos promissores da música por aí	09/08/2017 06:25	CGNews	Lado B	Thailla Torres	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/mayara-nunca-esteve-sozinha-ha-talentos-promissores-da-musica-por-ai">https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/mayara-nunca-esteve-sozinha-ha-talentos-promissores-da-musica-por-ai</a>	Não	Não
55	Apesar de inocentado, preso por morte de Mayara ainda não foi solto	09/08/2017 09:50	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Anderson Sanches foi preso como participante do assassinato, mas acabou indiciado por receptação do veículo roubado da vítima Rafael Ribeiro	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/apesar-de-inocentado-presos-por-morte-de-mayara-ainda-nao-foi-solto">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/apesar-de-inocentado-presos-por-morte-de-mayara-ainda-nao-foi-solto</a>	Sim	Não
56	Promotor entrega denúncia sobre morte de Mayara na próxima segunda	09/08/2017 17:19	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Até lá, os três envolvidos no crime permanecerão presos	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/promotor-entrega-denuncia-sobre-morte-de-mayara-na-proxima-segunda">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/promotor-entrega-denuncia-sobre-morte-de-mayara-na-proxima-segunda</a>	Não	Não
57	PM terá cartilha para orientar tropa sobre violências contra a mulher	11/08/2017 09:00	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Comandante-geral da corporação quer que texto ajude policiais militares a melhorar atendimento em casos de violência de gênero	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pm-tera-cartilha-para-orientar-tropa-sobre-violencias-contra-a-mulher">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pm-tera-cartilha-para-orientar-tropa-sobre-violencias-contra-a-mulher</a>	Sim	Não
58	Familiares e amigos de Kauan param Afonso Pena pedindo por Justiça	12/08/2017 17:32	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro e Nyelder Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/familiares-e-amigos-de-kauan-param-afonso-pena-pedindo-justica">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/familiares-e-amigos-de-kauan-param-afonso-pena-pedindo-justica</a>	Não	Não
59	No olhar de uma mãe, a esperança é superar o sofrimento de perder o filho	12/08/2017 19:17	CGNews	Capital	Nyelder Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/no-olhar-de-uma-mae-a-esperanca-e-superar-o-sofrimento-de-perder-o-filho">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/no-olhar-de-uma-mae-a-esperanca-e-superar-o-sofrimento-de-perder-o-filho</a>	Não	Não
60	Promotor arquiva acusação contra	14/08/2017 12:06	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Clóvis Smaniotto alega que não há	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/promotor-arquiva-acusacao-contra-um-dos-presos-pelo-">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/promotor-arquiva-acusacao-contra-um-dos-presos-pelo-</a>	Não	Não

	um dos presos pelo assassinato de Mayara					provas de que Ronaldo Olmedo traficasse drogas; Promotor também recusou recomendação para soltura de receptor de Gol e endureceu acusações contra Luizinho	assassinato-de-mayara		
61	Defesa pedirá liberdade provisória de envolvido em morte de Mayara	14/08/2017 16:31	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Promotor arquivou acusação contra um dos presos que havia sido indiciado por tráfico de drogas, mas manteve prisão de outro, que responde por receptação	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-pedira-liberdade-provisoria-de-envolvido-em-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-pedira-liberdade-provisoria-de-envolvido-em-morte-de-mayara</a>	Não	Não
62	Ronaldo da Silva Olmeido, o 'Chachorrão', 30 anos, e Anderson Sanches Pereira, 31 anos, devem ser soltos entre hoje e amanhã	15/08/2017 14:42	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Juiz livra de acusação e manda soltar dois dos presos por morte de Mayara	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-livra-de-acusacao-e-manda-soltar-dois-dos-presos-por-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-livra-de-acusacao-e-manda-soltar-dois-dos-presos-por-morte-de-mayara</a>	Não	Não
63	Livre, dupla inocentada da morte de Mayara pode pedir indenização	15/08/2017 17:30	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Anderson Sanches e Ronaldo da Silva foram soltos na tarde desta terça-feira (15)	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/livre-dupla-inocentada-da-morte-de-mayara-pode-pedir-indenizacao">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/livre-dupla-inocentada-da-morte-de-mayara-pode-pedir-indenizacao</a>	Não	Não
64	Inocentados do caso Mayara passam o dia em família, após deixar prisão	16/08/2017 10:25	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Anderson Pereira e Ronaldo Olmeido preferiram não dar declarações públicas e permaneceram ao lado de parentes no primeiro dia	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentados-do-caso-mayara-passam-o-dia-em-familia-apos-deixar-prisao">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentados-do-caso-mayara-passam-o-dia-em-familia-apos-deixar-prisao</a>	Não	Não

						de liberdade após serem inocentados de latrocínio de musicista			
65	Defesa vai pedir exame de sanidade mental para assassino de Mayara	24/08/2017 14:30	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Luís Alberto Bastos Barbosa está preso desde o dia 25 de julho e, segundo advogado, passou mal na cadeia	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-vai-pedir-exame-de-sanidade-mental-para-assassino-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-vai-pedir-exame-de-sanidade-mental-para-assassino-de-mayara</a>	Sim	Não
66	"Chega a ser ridículo", diz irmã de Mayara sobre exame mental de assassino	24/08/2017 17:58	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Pauliane Amaral enxerga pedido como estratégia da defesa para livrar Barbosa da acusação de latrocínio	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-chega-a-ser-ridiculo-diz-irma-de-mayara-sobre-exame-mental-de-assassino">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-chega-a-ser-ridiculo-diz-irma-de-mayara-sobre-exame-mental-de-assassino</a>	Não	Não
67	Inocentados de caso Mayara buscam recomeço e ainda temem represálias	28/08/2017 19:28	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Ronaldo Olmedo e Anderson Pereira falaram pela primeira vez do ocorrido desde que foram soltos oficialmente pela Justiça	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentados-de-caso-mayara-buscam-recomeco-e-ainda-temem-represalias">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/inocentados-de-caso-mayara-buscam-recomeco-e-ainda-temem-represalias</a>	Não	Não
68	Assassino confesso de Mayara quer sair do presídio para sacar FGTS	04/09/2017 11:00	CGNews	Capital	Rafael Ribeiro	Advogado de acusado pede autorização para ele ir escoltado a banco retirar valor a que tem direito após demissão motivada pela prisão	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/assassino-confesso-de-mayara-quer-sair-do-presidio-para-sacar-fgts">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/assassino-confesso-de-mayara-quer-sair-do-presidio-para-sacar-fgts</a>	Não	Não
69	Na Justiça, defesa de acusado insiste que morte de Mayara foi feminicídio	10/09/2017 11:40	CGNews	Capital	Luana Rodrigues	Advogado apresentou defesa prévia à Justiça nesta sexta-feira (8)	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-justica-defesa-de-acusado-insiste-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-justica-defesa-de-acusado-insiste-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio</a>	Sim	Não
70	Coincidência	18/09/2017	CGNews	Jogo Aberto	Anahi	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/coincide">https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/coincide</a>	Sim	Sim

	trágica e violenta uniu Mayaras na Capital	06:00			Zurutuza		ncia-tragica-e-violenta-uniu-mayaras-na-capital		
71	Alunos e colegas de Mayara fazem sarau para homenagear professora	23/09/2017 11:38	CGNews	Capital	Bruna Kaspary	No sarau alunos apresentaram músicas e poesias ensinadas por Mayara em sala de aula, evento continua à tarde	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/alunos-e-colegas-de-mayara-fazem-sarau-para-homenagear-professora">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/alunos-e-colegas-de-mayara-fazem-sarau-para-homenagear-professora</a>	Não	Não
72	Feriado tem Alceu Valença, Almir, culinária e festival de música clássica	10/10/2017 07:26	CGNews	Lado B	Graziella Almeida	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/feriado-tem-alceu-valenca-almir-culinaria-e-festival-de-musica-classica">https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/feriado-tem-alceu-valenca-almir-culinaria-e-festival-de-musica-classica</a>	Não	Não
73	Quase 2 meses após crime, celular de réu pela morte de Mayara será periciado	18/10/2017 14:47	CGNews	Capital	Geisy Garnes	O celular chegou a polícia no fim de setembro e foi enviado para perícia	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/quase-2-meses-apos-crime-celular-de-reu-pela-morte-de-mayara-sera-periciado">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/quase-2-meses-apos-crime-celular-de-reu-pela-morte-de-mayara-sera-periciado</a>	Sim	Não
74	Juiz vê feminicídio e manda caso de Mayara Amaral para o Tribunal do Júri	18/10/2017 19:56	CGNews	Capital	Nyelder Rodrigues	Não tem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-ve-feminicidio-e-manda-caso-de-mayara-amaral-para-o-tribunal-do-juri">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-ve-feminicidio-e-manda-caso-de-mayara-amaral-para-o-tribunal-do-juri</a>	Sim	Não
75	Defesa vai pedir liberdade provisória de réu pela morte de Mayara	19/10/2017 10:05	CGNews	Capital	Viviane Oliveira e Bruna Kaspary	“Pode ser que estamos lidando com uma pessoa que não tem capacidade para responder por esse crime”, diz advogado de defesa	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-vai-pedir-liberdade-provisoria-de-reu-pela-morte-de-mayara">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defesa-vai-pedir-liberdade-provisoria-de-reu-pela-morte-de-mayara</a>	Sim	Não
76	Família de Mayara acredita que tese de feminicídio não vai passar	19/10/2017 12:00	CGNews	Capital	Viviane Oliveira	“Vamos continuar lutando. Claro que quanto maior a pena, maior a sensação de Justiça. Testemunhas ainda serão ouvidas e muita coisa ainda pode	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-familia-de-mayara-acredita-que-tese-de-feminicidio-nao-vai-passar">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-familia-de-mayara-acredita-que-tese-de-feminicidio-nao-vai-passar</a>	Sim	Não

						acontecer”, diz Alziro, pai de Mayara			
77	MPE pede que Tribunal defina em qual vara caso Mayara será julgado	23/10/2017 15:43	CGNews	Capital	Guilherme Henri, Geisy Gernes e Marta Ferreira	A musicista foi morta a golpes de martelo em um motel na madrugada em julho deste ano	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mpe-pede-que-tribunal-defina-em-qual-vara-caso-mayara-sera-julgado">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mpe-pede-que-tribunal-defina-em-qual-vara-caso-mayara-sera-julgado</a>	Sim	Não
78	Irmã de Mayara Amaral denuncia celular "on-line" de réu preso pelo assassinato	23/10/2017 18:25	CGNews	Capital	Geisy Gernes	Luís Alberto Bastos Barbosa estaria tendo acesso ao Facebook, mas segundo a defesa informação é falsa e leviana	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-de-mayara-amaral-denuncia-celular-on-line-de-reu-presos-pelo-assassinato">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-de-mayara-amaral-denuncia-celular-on-line-de-reu-presos-pelo-assassinato</a>	Não	Não
79	Flagrado com celular, réu pela morte de Mayara é isolado em presídio	24/10/2017 12:36	CGNews	Capital	Viviane Oliveira	O acusado, que está preso no Ptran (Presídio de Trânsito) desde o dia 27 de julho, foi isolado em cela disciplinar	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/flagrado-com-celular-reu-pela-morte-de-mayara-e-isolado-em-presidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/flagrado-com-celular-reu-pela-morte-de-mayara-e-isolado-em-presidio</a>	Não	Não
80	Lobby das operadoras impede fiscalização de celular em presídio, diz secretário	25/10/2017 12:13	CGNews	Capital	Viviane Oliveira e Leonardo Rocha	Segundo José Carlos Barbosa, os Estados não têm recursos para investir no básico, quanto mais em tecnologias que mudam constantemente	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/lobby-das-operadoras-impede-fiscalizacao-de-celular-em-presidio-diz-secretario">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/lobby-das-operadoras-impede-fiscalizacao-de-celular-em-presidio-diz-secretario</a>	Não	Não
81	Feminicídio é desprezado em 75% das mortes violentas de mulheres em MS	30/10/2017 18:44	CGNews	Cidades	Izabela Sanchez	Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que fez pesquisa, afirma que cultura ainda é mais forte que a lei	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/feminicidio-e-desprezado-em-75-das-mortes-violentas-de-mulheres-em-ms">https://www.campograndenews.com.br/cidades/feminicidio-e-desprezado-em-75-das-mortes-violentas-de-mulheres-em-ms</a>	Sim	Não
82	Tribunal vai decidir onde será julgado réu pela morte de Mayara Amaral	01/11/2017 17:58	CGNews	Capital	Guilherme Henri	Juiz deferiu pedido do MPE que suscitasse conflito de competência no caso que é tratado como	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/tribunal-vai-decidir-onde-sera-julgado-reu-pela-morte-de-mayara-amaral">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/tribunal-vai-decidir-onde-sera-julgado-reu-pela-morte-de-mayara-amaral</a>	Sim	Não

						feminicídio			
83	Outdoor condena "injustiça" no Caso Brunão	19/12/2017 08:13	CGNews	Jogo Aberto	Marta Ferreira	Sem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/outdoor-condena-injustica-no-caso-brunao">https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/outdoor-condena-injustica-no-caso-brunao</a>	Não	Não
84	Os feminicídios provaram em 2017 que nenhuma "Mayara" está a salvo	31/12/2017 08:39	CGNews	Reportagens Especiais	Izabela Sanches e Geisy Garnes	Legislação e proteção do poder público avançam, mas aspectos culturais ainda fazem das mulheres vítimas de relacionamentos violentos	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo">https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo</a>	Sim	Sim
85	Crimes, tragédias, curiosidades... diversos assuntos deram o que falar	31/12/2017 15:16	CGNews	Cidades	Liniker Ribeiro e Marta Ferreira	Relembre o que foi mais lido no Campo Grande News no ano que passou	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/crimes-tragedias-curiosidades-diversos-assuntos-deram-o-que-falar">https://www.campograndenews.com.br/cidades/crimes-tragedias-curiosidades-diversos-assuntos-deram-o-que-falar</a>	Não	Não
86	Sangue no banheiro confirma que baterista matou Mayara sozinho	26/01/2018 17:31	CGNews	Capital	Danielle Valentim	A Perícia não encontrou material genético de Anderson Sanches Pereira e Ronaldo da Silva Olmedo	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sangue-no-banheiro-confirma-que-baterista-matou-mayara-sozinho">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sangue-no-banheiro-confirma-que-baterista-matou-mayara-sozinho</a>	Sim	Não
87	Morte de Mayara deve ser julgada como latrocínio, defende procuradora	15/03/2018 18:10	CGNews	Capital	Geisy Garnes	Luis Alberto Bastos Barbosa está preso pelo assassinato há oito meses e alegou ter cometido o crime em um "ataque de raiva"	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/morte-de-mayara-deve-ser-julgada-como-latrocinio-defende-procuradora">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/morte-de-mayara-deve-ser-julgada-como-latrocinio-defende-procuradora</a>	Não	Não
88	Violência no Rio mobiliza deputados	23/03/2018 06:00	CGNews	Jogo Aberto	Marta Ferreira	Sem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/violencia-no-rio-mobiliza-deputados">https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/violencia-no-rio-mobiliza-deputados</a>	Não	Não
89	Deputado quer que MDB rompa com Reinaldo	04/05/2018 06:00	CGNews	Jogo Aberto	Marta Ferreira	Sem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/deputado-quer-que-mdb-rompa-com-reinaldo">https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/deputado-quer-que-mdb-rompa-com-reinaldo</a>	Sim	Não
90	Juiz faz inspeção no "Inferinho": ponto tradicional	12/05/2018 08:02	CGNews	Capital	Aline dos Santos	"Os algozes destes crimes sabem que se	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-faz-inspecao-no-inferinho-ponto-tradicional-para-desovar-cadaver">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-faz-inspecao-no-inferinho-ponto-tradicional-para-desovar-cadaver</a>	Não	Não

	para desovar cadáver					trata de um buraco com aproximadamente 70 metros de profundidade e diâmetro de 150 metros, constituindo-se num verdadeiro fosso rochoso, macabro"			
91	Desembargadores decidem nesta terça se assassino de Mayara vai a júri	14/05/2018 11:48	CGNews	Capital	Geisy Garnes	Luís Alberto Bastos Barbosa é réu confesso da morte da musicista e afirmou à polícia que cometeu crime em um "rompante de raiva"	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/desembargadores-decidem-nesta-terca-se-assassino-de-mayara-vai-a-juri">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/desembargadores-decidem-nesta-terca-se-assassino-de-mayara-vai-a-juri</a>	Sim	Não
92	TJ descarta latrocínio e assassino de Mayara será julgado no Tribunal do Júri	15/05/2018 18:55	CGNews	Capital	Humberto Marques	Decisão da 1ª Câmara Cível descarta tese de que Luís Barbosa matou musicista para roubar; advogado afirma que avaliação do tribunal "zera" o processo	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/tj-descarta-latrocínio-e-assassino-de-mayara-sera-julgado-no-tribunal-do-juri">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/tj-descarta-latrocínio-e-assassino-de-mayara-sera-julgado-no-tribunal-do-juri</a>	Não	Não
93	Primeira audiência sobre morte de musicista é marcada pela justiça	21/06/2018 08:57	CGNews	Capital	Geisy Garnes	Onze meses depois do assassinato de Mayara Amaral, testemunhas de acusação serão ouvidas pelo juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/primeira-audiencia-sobre-morte-de-musicista-e-marcada-pela-justica">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/primeira-audiencia-sobre-morte-de-musicista-e-marcada-pela-justica</a>	Sim	Não
94	Réu pela morte de musicista deve ser ouvido em audiência na segunda-feira	29/06/2018 23:54	CGNews	Capital	Adriano Fernandes		<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/reu-pela-morte-de-musicista-deve-ser-ouvido-em-audiencia-na-segunda-feira">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/reu-pela-morte-de-musicista-deve-ser-ouvido-em-audiencia-na-segunda-feira</a>	Não	Não
95	Primeira	01/07/2018	CGNews	Capital	Gabriel Neris	Luís Alberto	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/primeira">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/primeira</a>	Não	Não

	audiência sobre caso de musicista assassinada será amanhã	20:00				Bastos Barbosa confessou o crime e deve contar a sua versão pela primeira vez diante de um juiz	eira-audiencia-sobre-caso-de-musicista-assassinada-sera-amanha		
96	Em silêncio, familiares de musicista recebem assassino em fórum	02/07/2018 13:42	CGNews	Capital	Geisy Garnes e Guilherme Henri	“Prisão perpétua para o assassino cruel”, a frase estampada nas faixas traduzia o sentimento dos parentes de Mayara Amaral	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-silencio-familiares-de-musicista-recebem-assassino-em-forum">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-silencio-familiares-de-musicista-recebem-assassino-em-forum</a>	Sim	
97	“Não subtraí nada”, esbraveja advogado de assassino de musicista	02/07/2018 14:07	CGNews	Cidades	Anahi Zurutuza e Guilherme Henri	Sem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/-nao-subtraui-nada-esbraveja-advogado-de-assassino-de-musicista">https://www.campograndenews.com.br/cidades/-nao-subtraui-nada-esbraveja-advogado-de-assassino-de-musicista</a>	Não	Não
98	Em audiência sobre morte de Mayara, irmão de assassino mantém versão	02/07/2018 18:32	CGNews	Capital	Geisy Garnes e Guilherme Henri	Mayara Amaral foi morta a golpes de martelo no dia 25 de julho do ano passado. Luís foi preso dois dias depois e espera julgamento no Presídio de Trânsito de Campo Grande	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-audiencia-sobre-morte-de-mayara-irmao-de-assassino-mantem-versao">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-audiencia-sobre-morte-de-mayara-irmao-de-assassino-mantem-versao</a>	Não	Não
99	Juiz acata pedido e réu por morte de Mayara fará teste de insanidade mental	17/07/2018 18:00	CGNews	Capital	Geisy Garnes e Izabela Sanchez	Musicista foi assassinada em julho do ano passado. Desde então a defesa tenta que Luíz Alberto, réu confesso do crime, passe por exames	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-acata-pedido-e-reu-por-morte-de-mayara-fara-teste-de-insanidade-mental">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-acata-pedido-e-reu-por-morte-de-mayara-fara-teste-de-insanidade-mental</a>	Não	Não
100	Decisões judiciais surpreendem famílias de 2 Mayaras assassinadas	18/07/2018 16:02	CGNews	Capital	Izabela Sanchez	Juiz que assumiu a 2ª Vara do Tribunal do Júri acatou pedidos das defesas e alterou rumo dos	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/decisoes-judiciais-surpreendem-familias-de-2-mayaras-assassinadas">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/decisoes-judiciais-surpreendem-familias-de-2-mayaras-assassinadas</a>	Sim	Não

						julgamentos			
101	Festival de Bonito traz artistas de Pernambuco, São Paulo, Brasília e Minas	21/07/2018 10:16	CGNews	Lado B	Thaís Pimenta	Sem	<a href="https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/festival-de-bonito-traz-artistas-de-pernambuco-sao-paulo-brasilia-e-minas">https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/festival-de-bonito-traz-artistas-de-pernambuco-sao-paulo-brasilia-e-minas</a>	Não	Não
102	Mayara Amaral, a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio	25/07/2018 07:55	CGNews	Cidades	Izabela Sanchez	Aos 27 anos, ela foi brutalmente assassinada por quem dedicava afeto, há um ano. Seguir o caminho da música e da arte é uma forma de entender como a musicista ainda “vive” e inspira lutas	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-viceu-simbolo-contra-o-femicidio">https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-viceu-simbolo-contra-o-femicidio</a>	Sim	Sim
103	Um ano após morte de Mayara, saiba em que pé está o caso na Justiça	25/07/2018 16:27	CGNews	Capital	Izabela Sanchez	Nova audiência foi marcada e Justiça agendou data para exame psiquiátrico do autor do crime	<a href="https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/um-ano-apos-morte-de-mayara-saiba-em-que-pe-esta-o-caso-na-justica">https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/um-ano-apos-morte-de-mayara-saiba-em-que-pe-esta-o-caso-na-justica</a>	Sim	Não

**Fonte:** da autora

## Apêndice 2 – Levantamento realizado em veículos nacionais e internacionais sobre o feminicídio de Mayara Amaral

	TÍTULO	DATA/HORA	VEÍCULO	EDITORIA	AUTORES	SUBTÍTULO	LINK	FEMINICÍDIO	CARTA
01	Pela Memória de Mayara Amaral, pelas vidas das mulheres na música e no mundo: #NenhumaAMenos	26/07/2017, 22:41	Portal Catarinas	XXXXXX	Por Portal Catarinas	XXXXXXXXXX	<a href="https://catarinas.info/pela-memoria-de-mayara-amaral-pelas-vidas-das-mulheres-na-musica-e-no-mundo-nenhumaamenos/">https://catarinas.info/pela-memoria-de-mayara-amaral-pelas-vidas-das-mulheres-na-musica-e-no-mundo-nenhumaamenos/</a>	Sim	Não
02	Mayara Amaral, 27 anos, mais uma vítima de feminicídio no Brasil	28/07/2017, 10:36	Pragmatismo Político	Mulheres Violadas	Redação Pragmatismo Político	Professora, pesquisadora e exímia musicista, Mayara Amaral, 27 anos, estava na melhor fase de sua vida. Além de uma tragédia pessoal, seu assassinato brutal é uma tragédia coletiva	<a href="https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/07/mayara-amaral-27-anos-mais-uma-vitima-de-feminicidio.html">https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/07/mayara-amaral-27-anos-mais-uma-vitima-de-feminicidio.html</a>	Sim	Não
03	Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada	28/07/2017, 18h43	Site Revista Cláudia	Coluna de Atualidades – Patrícia Zaidan	Patrícia Zaidan	A polícia embarca na versão dos agressores, investiga como latrocínio e desconsidera a hipótese de feminicídio. O jornalismo erra junto com ela	<a href="https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada/">https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada/</a>	Sim	Sim
04	Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio no Brasil	28/07/2017	Esquerda Diário – Movimento Revolucionário	Gênero e Sexualidade	Redação	Mayara Amaral, musicista e pesquisadora, foi	<a href="https://www.esquerdadiario.com.br/Mayara-Amaral-mais-uma-vitima-de-feminicidio-no-Brasil">https://www.esquerdadiario.com.br/Mayara-Amaral-mais-uma-vitima-de-feminicidio-no-Brasil</a>	Sim	Não

			dos Trabalhadores			morta a pancadas e teve seu corpo parcialmente carbonizado. Tinha apenas 27 anos.			
05	Assassinato de jovem professora a marteladas choca MS e 3 são presos	29/07/2017 02:00	Folha de S. Paulo	Cotidiano	Silvia Frias	XXXXXXXXXXXX	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905379-assassinato-de-jovem-professora-a-marteladas-choca-ms-e-3-sao-presos.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905379-assassinato-de-jovem-professora-a-marteladas-choca-ms-e-3-sao-presos.shtml</a>	Sim	Sim
06	Irmã de jovem morta a marteladas em motel desabafa	29/07/2017 20:00	Metrópoles	Polícia	Paulo Lannes	O crime é investigado como latrocínio. Pauliane Amaral, irmã da vítima, diz que se trata de um bárbaro feminicídio	<a href="https://www.metropoles.com/brasil/policia-br/irma-de-jovem-morta-a-marteladas-em-motel-desabafa">https://www.metropoles.com/brasil/policia-br/irma-de-jovem-morta-a-marteladas-em-motel-desabafa</a>	Sim	Sim
07	Mayara Amaral, a violonista de Campo Grande morta duas vezes	29/07/2017 21:11	<i>El País</i> Brasil	Brasil	María Martín	Crime reacende debate sobre a tipificação do feminicídio no país e as dificuldades de aplicá-lo	<a href="https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html">https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html</a>	Sim	Sim
08	Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio, palavra e crime que o Brasil não reconhece.	29/07/2017	DCM/Ig	XXXX	Nathali Macedo	XXXXXX	<a href="https://www.diariodocentrodomundo.com.br/mayara-amaral-mais-uma-vitima-de-feminicidio-palavra-e-crime-que-o-brasil-nao-reconhece-por-nathali-macedo/">https://www.diariodocentrodomundo.com.br/mayara-amaral-mais-uma-vitima-de-feminicidio-palavra-e-crime-que-o-brasil-nao-reconhece-por-nathali-macedo/</a>	Sim	Sim
09	Marina Peralta, reggae, dreads e feminismo na terra do sertanejo	30/07/2017 – 21:17	<i>El País</i> Brasil	Cultura	Maria Martín	Cantora se apresenta no Festival de Inverno de Bonito (MS) como a "revelação do reggae brasileiro"	<a href="https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/cultura/1501373099_425202.html">https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/cultura/1501373099_425202.html</a>	Não	Não
10	Por que a morte de Mayara Amaral não está sendo investigada como feminicídio	30/07/2017 16:53	HuffPost Brasil	Mulheres	Marcella Fernandes	"Existe uma relutância de assumir que a mulher foi morta por sua condição de mulher", diz a promotora de Justiça Gabriela Mansur.	<a href="https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/30/por-que-a-morte-de-mayara-amaral-nao-esta-sendo-investigada-como_a_23056841/">https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/30/por-que-a-morte-de-mayara-amaral-nao-esta-sendo-investigada-como_a_23056841/</a>	Sim	Sim
11	Quem é Mayara Amaral, minha irmã	30/07/2017	DCM/Ig	XXXXXXX	Pauliane Amaral	XXXXXX	<a href="https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-e-mayara-amaral-minha-irma-por-pauliane-amaral/">https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-e-mayara-amaral-minha-irma-por-pauliane-amaral/</a>	Não	Sim
12	Carta da irmã de Mayara Amaral: Minha irmã, que o machismo matou	31/07/2017	Esquerda Diário – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores	Gênero e Sexualidade	Pauliane Amaral	Publicamos aqui a carta escrita por Pauliane Amaral, irmã da musicista Mayara Amaral, morta no último dia 24, vítima de feminicídio. Nem Uma a Menos!	<a href="https://www.esquerdadiario.com.br/Carta-da-irma-de-Mayara-Amaral-Minha-irma-que-o-machismo-matou">https://www.esquerdadiario.com.br/Carta-da-irma-de-Mayara-Amaral-Minha-irma-que-o-machismo-matou</a>	Não	Sim

						Mayara Amaral, Presente!			
13	Para Pauliane Amaral, irmã de Mayara: foi feminicídio, sim!	01/08/2017	Esquerda Diário – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores	Gênero e sexualidade	Grupo de Mulheres Pão e Rosas	Carta do grupo de mulheres Pão e Rosas a Pauline Amaral, irmã de Mayara Amaral, morta aos 27 anos, vítima do machismo, vítima de feminicídio.	<a href="https://www.esquerdadiario.com.br/Para-Pauliane-Amaral-irma-de-Mayara-foi-femicidio-sim">https://www.esquerdadiario.com.br/Para-Pauliane-Amaral-irma-de-Mayara-foi-femicidio-sim</a>	Sim	Não
14	Encontros e diálogos no primeiro dia do 13º MM e FG 11	01/08/2017 – 9:53	Portal Catarinas	XXXXX	Portal Catarinas	XXXXXXXXXXXXXXX	<a href="https://catarinas.info/encontros-e-dialogos-no-primeiro-dia-do-13o-mm-e-fg-11/">https://catarinas.info/encontros-e-dialogos-no-primeiro-dia-do-13o-mm-e-fg-11/</a>	Não	Não
15	Mayara Amaral presente no palco do Fazendo Gênero e Mundos de Mulheres	02/08/2017 – 11:20	Portal Catarinas	XXXX	Paula Guimarães	XXXXXXXXXXXXXXX	<a href="https://catarinas.info/mayara-amaral-presente-no-palco-do-fazendo-genero-e-mundos-de-mulheres/">https://catarinas.info/mayara-amaral-presente-no-palco-do-fazendo-genero-e-mundos-de-mulheres/</a>	Não	Não
16	Mulheres organizam manifestações por justiça a Mayara Amaral	02/08/2017 – 16:08	Site Revista Cláudia	XXXX	Camila Bahia Braga	Atos estão marcados em pelo menos quatro capitais, incluindo São Paulo	<a href="https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-organizam-manifestacoes-por-justica-a-mayara-amaral/">https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-organizam-manifestacoes-por-justica-a-mayara-amaral/</a>	Sim	Sim
17	Carta a Mayara Amaral	03/08/2017 - 10:52	Estadão	Blog Nana Soares	Nana Soares	XXXX	<a href="https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/carta-a-mayara-amaral/">https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/carta-a-mayara-amaral/</a>	Sim	Sim
18	Feminicídio contra Mayara Amaral mobiliza ativistas em todo país	03/08/2017 – 16h02	Jornal do Brasil	Acervo	Jornal do Brasil	XXXXX	<a href="https://www.jb.com.br/index.php?id=acervo/materia.php&amp;cd_matia=860860&amp;dinamico=1&amp;preview=1">https://www.jb.com.br/index.php?id=acervo/materia.php&amp;cd_matia=860860&amp;dinamico=1&amp;preview=1</a>	Sim	Sim
19	Mayara Amaral. Um crime que tem nome. E a voz das mulheres	03/08/2017 - 20:58	HuffPost Brasil	Mulheres	Ana Beatriz Rosa	Caso de violonista morta em Campo Grande (MS) reacendeu debate sobre crimes de feminicídio e seu reconhecimento pela justiça.	<a href="https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/">https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/</a>	Sim	Não
20	Mulheres pedem justiça para Mayara, mais uma vítima de feminicídio	04/08/2017	Carta Capital	Política	Da Redação	XXXXX	<a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-pedem-justica-para-mayara-mais-uma-vitima-de-femicidio/">https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-pedem-justica-para-mayara-mais-uma-vitima-de-femicidio/</a>	Sim	Sim
21	Contra o feminicídio, em memória de Mayara Amaral	04/08/2017	Esquerda Diário – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores	Gênero e sexualidade	Victória Silvério e Maria Duarte	Essa sexta feira, aconteceu em São Paulo, um ato em homenagem a Mayara Amaral, contra o feminicídio e por nenhuma a menos	<a href="https://www.esquerdadiario.com.br/Contra-o-femicidio-em-memoria-de-Mayara-Amaral">https://www.esquerdadiario.com.br/Contra-o-femicidio-em-memoria-de-Mayara-Amaral</a>	Sim	Não
22	A verdadeira história	05/08/2017 – 06h00	Veja	XXX	Ullisses Campbell	Depois de uma discussão banal, a violonista de 27 anos é morta a marteladas pelo baterista com	<a href="https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-verdadeira-historia/">https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-verdadeira-historia/</a>	Não	Não

						quem saía havia três meses. A VEJA, ele confessou o crime			
23	A confissão do assassino de Mayara: "Fui movido pelo ódio"	05/08/2017 - 08:00	Veja	Brasil	Ullisses Campbell	Em entrevista a VEJA, Luís Alberto Bastos Barbosa conta como matou, a golpes de martelo, a violonista e depois ateou fogo em seu corpo em um terreno baldio	<a href="https://veja.abril.com.br/brasil/fui-movido-pelo-odio/">https://veja.abril.com.br/brasil/fui-movido-pelo-odio/</a>	Não	Não
24	¿Por qué en Brasil es más grave matar para robar un coche que acabar brutalmente con la vida de una mujer?	05/08/2017 – 08:51	<i>El País</i>	Internacional	María Martín	El asesinato de una joven guitarrista reabre el debate sobre la tipificación del feminicidio en Brasil y las dificultades de aplicarlo. El feminicidio no es una buena estrategia de acusación	<a href="https://elpais.com/internacional/2017/07/30/actualidad/1501370790_128982.html">https://elpais.com/internacional/2017/07/30/actualidad/1501370790_128982.html</a>	Sim	Sim
25	"Toda noite grito por Deus", diz assassino da violonista Mayara	05/08/2017 - 11:54	Metrópoles	Brasil	Rafael Campos	Luís Alberto Bastos Barbosa, de 29 anos, admitiu ter desferido os golpes de martelo que mataram a jovem	<a href="https://www.metropoles.com/brasil/toda-noite-grito-por-deus-diz-assassino-da-violonista-mayara">https://www.metropoles.com/brasil/toda-noite-grito-por-deus-diz-assassino-da-violonista-mayara</a>	Não	Sim
26	Caso Mayara: a confissão de um assassino que se sabe perdoado.	05/08/2017	DCM/Ig	XXXX	Nathali Macedo	XXXX	<a href="https://www.diariodocentrodomundo.com.br/caso-mayara-a-confissao-de-um-assassino-que-se-sabe-perdoado-por-nathali-macedo/">https://www.diariodocentrodomundo.com.br/caso-mayara-a-confissao-de-um-assassino-que-se-sabe-perdoado-por-nathali-macedo/</a>	Sim	Não
27	Irmão de Mayara Amaral critica Veja por entrevistar assassino	06/08/2017 – 13:07	Brasil 247	XXXX	Pauliane Amaral	Por "É triste pensar que o repórter Ulisses Campbell, o qual minha mãe, apesar da dor de seu luto, tão bem recebeu em nossa casa em Campo Grande, tenha dado um espaço para as mentiras do assassino e se esquecido de dar voz à minha mãe, que conversou com ele por mais várias horas", diz Pauliane Amaral	<a href="https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/310304/Irm%C3%A3-de-Mayara-Amaral-critica-veja-por-entrevistar-assassino.htm">https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/310304/Irm%C3%A3-de-Mayara-Amaral-critica-veja-por-entrevistar-assassino.htm</a>	Não	Não
28	Como o assassino da violonista Mayara Amaral usou entrevista na Veja para tentar	06/08/2017	DCM/Ig	XXX	Reprodução do site CGNews	XXXXXX	<a href="https://www.diariodocentrodomundo.com.br/para-amenizar-pena-assassino-de-mayara-apela-para-entrevista-nacional/">https://www.diariodocentrodomundo.com.br/para-amenizar-pena-assassino-de-mayara-apela-para-entrevista-nacional/</a>	Sim	Não

	amenizar pena								
29	Assassino confesso de Mayara é indiciado por latrocínio	07/08/2017 – 22:44	Veja	Brasil	Ullisses Campbell	Com base em e-mails interceptados, polícia suspeita que crime foi motivado por discussão entre baterista e musicista envolvendo suposta contaminação por DST	<a href="https://veja.abril.com.br/brasil/suspeito-de-matar-mulher-a-marteladas-e-indiciado-por-latrocinio/">https://veja.abril.com.br/brasil/suspeito-de-matar-mulher-a-marteladas-e-indiciado-por-latrocinio/</a>	Sim	Não
30	Caso Mayara Amaral: para que serve tipificar feminicídio?	07/08/2017 – 23:42	JOTA	Coluna ANIS - INSTITUTO DE BIOÉTICA	Gabriel Rondon	Debate sobre a violência feminicida deve ir além da pena mínima	<a href="https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-anis-instituto-de-bioetica/caso-mayara-amaral-para-que-serve-tipificar-femicidio-07082017">https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-anis-instituto-de-bioetica/caso-mayara-amaral-para-que-serve-tipificar-femicidio-07082017</a>	Sim	Não
31	11 anos da lei Maria da Penha a violência segue real e escancarada	07/08/2017	Esquerda Diário – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores	Gênero e sexualidade	Iaci Maria	A Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, completa 11 anos de vigência hoje, 7 de agosto. Infelizmente, os números da violência contra a mulher seguem escandalosos.	<a href="http://www.esquerdadiario.com.br/11-anos-da-lei-Maria-da-Penha-a-violencia-segue-real-e-escancarada">http://www.esquerdadiario.com.br/11-anos-da-lei-Maria-da-Penha-a-violencia-segue-real-e-escancarada</a>	Sim	Não
32	Assassino confesso da violonista Mayara é indiciado por latrocínio	08/08/2017 – 11:09	Metrópoles	Brasil	Da Redação	De acordo com a delegada, se ele for julgado por homicídio ou feminicídio, poderá pegar penas menores	<a href="https://www.metropoles.com/brasil/assassino-confesso-de-violonista-mayara-e-indiciado-por-latrocinio">https://www.metropoles.com/brasil/assassino-confesso-de-violonista-mayara-e-indiciado-por-latrocinio</a>	Sim	Não
33	Assassino confesso de Mayara Amaral diz que foi “movido pelo ódio”	08/08/2017 – 23:08	Pragmatismo Político	Mulheres Violadas	Redação Pragmatismo Político	Baterista que matou a musicista Mayara Amaral a marteladas diz que foi movido pelo ódio. Assassino, que tem uma namorada, mantinha um relacionamento escondido com a vítima. Investigação aponta que desentendimento ocorreu por causa de uma discussão envolvendo suposta contaminação por DST	<a href="https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/08/assassino-confesso-de-mayara-amaral-diz-que-foi-movido-pelo-odio.html">https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/08/assassino-confesso-de-mayara-amaral-diz-que-foi-movido-pelo-odio.html</a>	Sim	Não
34	O “culto” ao patriarcado e o sacrifício cotidiano das mulheres	09/08/2017	Carta Capital	Blog Diálogos de Fé	Da Redação	XXXX	<a href="https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-201cculto201d-ao-patriarcado-e-o-sacrificio-cotidiano-das-mulheres/">https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-201cculto201d-ao-patriarcado-e-o-sacrificio-cotidiano-das-mulheres/</a>	Sim	Não

35	Feminicídio, Mayara Amaral e Lei Maria da Penha	09/08/2017 - 14:42	HuffPost Brasil	Opinião	Gabriella Manssur	A morte de Mayara foi um crime de ódio e menosprezo, com requintes de crueldade e por questões de gênero.	<a href="https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha_a_23069643/">https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha_a_23069643/</a>	Sim	Não
36	“Só consigo pensar na falta que ela me faz”	09/08/2017 – 15:00	Veja	Primeira Pessoa	Ilda Cardoso	Ilda Cardoso, 50 anos, mãe de Mayara, musicista assassinada a golpes de martelo	<a href="https://complemento.veja.abril.com.br/primeira-pessoa/ilda-cardoso-mae-mayara.html">https://complemento.veja.abril.com.br/primeira-pessoa/ilda-cardoso-mae-mayara.html</a>	Sim	Não
37	Promotoria denuncia assassino confesso de Mayara por latrocínio	10/08/2017 - 17:56	Veja	Brasil	Ullisses Campbell	Acusação contra Luís Alberto Bastos Barbosa cita motivo torpe e agravantes como violência contra a mulher e ocultação de cadáver; pena pode chegar a 43 anos	<a href="https://veja.abril.com.br/brasil/promotoria-denuncia-assassino-confesso-de-mayara-por-latrocinio/">https://veja.abril.com.br/brasil/promotoria-denuncia-assassino-confesso-de-mayara-por-latrocinio/</a>	Sim	Não
38	Combate à cultura da violência (ARTIGO MUITO BOM)	17/08/2017 - 00:00	O Globo	Opinião	Flávia Piovesan e Silvia Pimentel	No Brasil, há 13 feminicídios por dia — um crime de acentuada gravidade, a revelar a violência de gênero, que carrega um componente essencialmente cultural	<a href="https://oglobo.globo.com/opiniao/combate-cultura-da-violencia-21714083">https://oglobo.globo.com/opiniao/combate-cultura-da-violencia-21714083</a>	Sim	Não
39	Nossa opinião: feminicídio, um crime evitável	25/08/2017 – 21:05	Época	Brasil	XXXX	O ciclo da violência contra a mulher pode ser interrompido se, diante de cada um dos muitos sinais de perigo, houver ações para impedir um desfecho fatal	<a href="https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/08/nossa-opiniao-feminicidio-um-crime-evitavel.html">https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/08/nossa-opiniao-feminicidio-um-crime-evitavel.html</a>	Sim	Não
40	Justiça de Saia: O que a justiça não vê, as mulheres sentem	01/09/2017 – 06:00	Época	Blog Justiça de Saia	Gabriella Manssur	No texto de estreia de Gabriela Manssur, a Promotora de Justiça comenta os casos de feminicídios e estupros que ocorreram nos últimos dias	<a href="https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Justica-de-Saia/noticia/2017/09/justica-de-saia-o-que-justica-nao-ve-mulheres-sentem.html">https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Justica-de-Saia/noticia/2017/09/justica-de-saia-o-que-justica-nao-ve-mulheres-sentem.html</a>	Sim	Não
41	Mayara Amaral: Le Féminicide Dont On Ne Dit Pas Le Nom Au Brésil	08/10/2017 – 10:00	ChEEK MAGAZINE	Société	Myriam Levain	En juillet, Mayara Amaral a été sauvagement assassinée au Brésil et sa sœur Pauliane se bat pour que ce féminicide soit reconnu comme tel	<a href="http://cheekmagazine.fr/societe/mayara-amaral-feminicide-bresil/">http://cheekmagazine.fr/societe/mayara-amaral-feminicide-bresil/</a>	Sim	Sim

						par les médias.			
42	Feminicídio: como estancar as veias abertas da impunidade	27/10/2017 – 21:49	<i>El País</i>	Opinião	Ana Lara Camargo de Castro	No debate sobre a tipificação de crimes, a problemática não é exatamente de pena e, sim, de contexto sociocultural	<a href="https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/opinion/1509058722_463298.html">https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/opinion/1509058722_463298.html</a>	Sim	Não
43	Raphaella, Maria Aparecida, Marli e Kelly. Em 3 dias, a crueldade de 4 feminicídios	07/11/2017 – 20:05	HuffPost Brasil	Mulheres	Andréa Martinelli	A violência machista colocou fim na vida de mulheres entre 16 e 45 anos.	<a href="https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/07/raphaella-maria-aparecida-marli-e-kelly-em-3-dias-a-crueldade-de-4-feminicidios_a_23269882/">https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/07/raphaella-maria-aparecida-marli-e-kelly-em-3-dias-a-crueldade-de-4-feminicidios_a_23269882/</a>	Sim	Não
44	Toca Que Nem Homem!	04/12/2017 – 14:13	Portal Catarinas	Coluna da Antonilde Rosa	Antonilde Rosa	XXXXXXXXXXXX	<a href="https://catarinas.info/colunas/toca-que-nem-homem/">https://catarinas.info/colunas/toca-que-nem-homem/</a>	Não	Não
45	Mayara Amaral: Correio relembra história de jovem morta em Campo Grande	06/03/2018 – 08:00	Correio Braziliense	Brasil	Ingrid Soares	No terceiro capítulo da série sobre feminicídio, a reportagem do Correio refaz os últimos passos de uma violonista de 27 anos assassinada em um motel de Campo Grande. Sem chances de defesa, ela ainda teve o corpo queimado	<a href="https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil,664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml">https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil,664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml</a>	Sim	Não

Fonte: da autora

